

RAPHAEL COPSTEIN

◈ TRIGO NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NO CONTINENTE E NA PROVÍNCIA



RAPHAEL COPSTEIN

◊ TRIGO NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NO CONTINENTE E NA PROVÍNCIA

IHGRGS
2018

Autor: Raphael Copstein

Organizador: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

Conselho Editorial: Alfredo de Jesus Dal Molin Flores (UFRGS), Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS), Eduardo Santos Neumann (UFRGS), Ezequiel Abásolo (UCA), Fábio Kuhn (UFRGS), Gustavo Buzai (UNLu), Gustavo Silveira Siqueira (UERJ), Heinrich Hasenack (UFRGS), Luis Cavalcanti Bahiana (UFRJ), Ricardo Marcelo Fonseca (UFPR)

Editoração: Priscila Pereira Pinto

Capa: Composição de Priscila Pereira Pinto sobre mapa do Continente de São Pedro de Paulo von Poser, in VERISSIMO, Erico. *O tempo e o vento [parte 1] O Continente vol. 1*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

C782t

Copstein, Raphael

O trigo no Rio Grande de São Pedro no continente e na província [recurso eletrônico] / Raphael Copstein. Organizado por: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – Dados eletrônicos - Porto Alegre: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 2018.

Modo de acesso:

<http://ihgrgs.org.br/#ebooks>

ISBN: 978-85-62943-140

1. Trigo 2. Cultura agrícola. 3. Economia agrícola. 4. Agricultura. 5. Contrabando. 6. Imigração Açoriana. 7. Imigração Alemã. 8. Imigração Italiana. I. Copstein, Raphael. II. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. III. Título.

CDU 633.11

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

Rua Riachuelo, 1317 - 90010-271 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

Horário de Funcionamento: Seg-Sex, das 9h às 12h e das 13h às 18h

Atendimento ao Público: Ter-Sex, das 13h30min às 17h30min

Telefone/Fax: (51) 3224-3760

e-mail: ihgrgs@terra.com.br / ihgrgs.biblioteca@gmail.com

Site: www.ihgrgs.org.br

Site da Revista: seer.ufrgs.br/revistaihgrgs

APRESENTAÇÃO

RAPHAEL COPSTEIN: PROFESSOR, PESQUISADOR, PIONEIRO E EXEMPLAR.

Gervasio Rodrigo Neves¹

Raphael Copstein, autor dos artigos a seguir transcritos, é Bacharel e Licenciado em Geografia e História pela então Universidade do Rio Grande do Sul, hoje professor aposentado de Geografia Humana da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dedicou-se a pesquisas em Geografia Histórica da qual foi pioneiro no espaço acadêmico sul-rio-grandense. Nas suas pesquisas concentrou-se, principalmente, na geografia agrária, utilizando métodos e técnicas modernas associadas à documentação histórica confrontadas com o discurso do poder. Abria, assim, as portas ao conhecimento da dinâmica da produção e da circulação das mercadorias numa complexa área pioneira, fronteira e contrabandista que foi e é o Rio Grande do Sul.

No âmbito das investigações sobre as bases produtivas do Rio Grande do Sul pesquisou também, a questão fundamental da sua formação econômica: o trabalho escravo. Além de estudos da população, dentre os quais a imigração judaica no Rio Grande do Sul. Adicionalmente, investigou questão urbana, orientando o primeiro trabalho profissional de consultoria realizado pelo Departamento de Geografia, por solicitação do Estado do Rio Grande do Sul² sobre a rede urbana e a dinâmica demografia gaúcha.

Quando ainda não se instituía a pós-graduação, *Raphael Copstein* participava ativamente das reuniões da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB). Estagiou na França, com o jovem professor *Bernard Kayser*³ (1929-2001) geógrafo vinculado aos estudos dos espaços rurais e camponeses, na Universidade de Toulouse, hoje Toulouse-le-Mirail.

Modesto, pesquisou muito, quando a pesquisa acadêmica balbuciava. Pesquisou intensamente para ministrar suas aulas nos cursos de Geografia, História, Ciências Sociais e Jornalismo na UFRGS. Como seu ex-aluno no curso na Geografia e seu colega, na UFRGS, testemunhei esse generoso e honesto comportamento. Foi exemplar no exercício da profissão de professor.

O IHGRGS inicia, nesta edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, a transcrição e publicação eletrônica de seu trabalho pioneiro e inovador da investigação geográfica acadêmica no Rio Grande do Sul.

1 - Bacharel e Licenciado em Geografia. Professor Livre docente da UF de Minas Gerais. Titular, aposentado, da UFRGS. Ex Presidente do IHGRGS.

2 - Pela Secretaria de Estado de Obras Públicas do Estado do Rio Grande do Sul. Divisão de Urbanismo.

3 - Um dos mais inovadores geógrafos franceses que trabalhou com *Pierre George*, *Raymond Gueliemo* e *Yves Lacoste*, publicando o livro *Geografia ativa* em 1964. Foi pesquisador do fenômeno rural e camponês da França, tendo autor de *Paysans et ruraux* (1990), *Économie et sociétés rurales dans les Pays Tropicales* (1961), entre muitos outros.

O CÉU E NÃO A TERRA É QUEM PRODUZ TRIGO

Provérbio russo

SUMÁRIO

I O TRIGO NO CONTINENTE DE SÃO PEDRO

1. Introdução.....	6
2. Os primórdios do trigo no Brasil.....	8
3. Trigo no Rio Grande de São Pedro ou a perversa conjugação de condições naturais desfavoráveis, escassez de lavradores e métodos arcaicos.....	12
3.1 Nos primeiros tempos: o açoriano era do mar, não da terra.....	12
3.2 Solo, clima, tempo.....	15
3.3 A mão de obra e as frentes de expansão.....	21
3.4 A renda de uma agricultura atrasada.....	30
3.5 Dados da produção e da comercialização ou a memória não faz cerimônia para trair.....	32
3.6 O trigo era para ser exportado não para o consumo.....	40
3.7 Na importação a parte do leão era dos Estados Unidos.....	46
3.8 O contrabando, que gozou da aceitação geral.....	48
3.9 A logística de transporte naqueles ermos.....	51
3.10 O trigo desapareceu: ferrugem, calote e recrutamento forçado ou o trigo desapareceu quando o contrabando encolheu.....	54
4. Conclusão.....	57

II O TRIGO NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

1. Introdução.....	60
2. Vêm os imigrantes: os colonos alemães e italianos não conheciam a agricultura moderna.....	61
3. Poucos moinhos para a lavoura provincial conservadora e refratária a inovações.....	80
4. Na importação a parte do leão continuava com os Estados Unidos.....	82
5. Conclusão.....	85

I - O TRIGO NO CONTINENTE DE SÃO PEDRO

1 . Introdução

Em consagrada generalização, o trigo aparece como o pão dos homens brancos, o milho, dos vermelhos e o arroz, dos amarelos. Para os habitantes do sul do Saara, menos por preconceito do que por desconhecimento, não sobrou grão para alimento característico.

As lavouras cerealíferas distribuem-se, geograficamente, a partir da terra de origem, não em face da coloração da pele dos consumidores, mas em atenção às condições ambientais aliadas às migrações humanas. Modernamente, a intervenção da Genética ampliou as possibilidades mesológicas dos cereais de tal maneira que se os resultados obtidos tivessem ocorrido no Medievo, certamente seriam taxados de obra do demônio.

A explanação seguinte ocupar-se-á apenas de um dos grãos citados - o trigo - em uma reduzida porção da superfície terrestre, nomeada no título e, em um período bastante curto, o compreendido entre a libertação do Rio Grande e o fim do período colonial. Não abordará, portanto, os notáveis progressos obtidos no século atual.

Exceto na China do Norte, o trigo foi lavoura que se expandiu na companhia do homem branco na medida em que este colonizava áreas favoráveis ao cultivo. Popularizou-se pelo seu emprego mais comum, o fabrico do pão, alimento de certo caráter místico, de reprodução milagrosa nas páginas bíblicas. Era possível ouvir, ainda há meio século, e talvez ainda se ouça em regiões isoladas, mães recomendarem à filharada não jogar pão fora ou deixá-lo cair por ser pecado.

Da terra de origem - Crescente Fértil - o trigo, na peregrinação para o Ocidente, cobriu terras da Europa e África do Norte. Da importância adquirida onde vicejou desde há muito no Velho Mundo, são testemunhos, entre outros, os grãos encontrados nas palafitas suíças do neolítico, nas páginas da Bíblia, nas tábuas de barro mesopotâmicas, nos textos hieroglíficos, na distribuição gratuita sujeitadora plebe romana. O comércio do cereal-rei registrou-se, muito cedo, na bacia do Mediterrâneo e inclusive foi responsável por alguma guerra tritícola. Na Europa Medieval, lá onde o transporte era deficiente, o excedente de boas safras engordava animais, enquanto que em distâncias muito curtas, onde se verificara má colheita, grassava a fome. Já nas regiões de melhores caminhos, estabeleceram-se linhas de comercialização.

A introdução da cultura do milho na Europa, no século XVI, modificou o panorama do consumo tritícola no sul daquele Continente. O cereal americano tornou-se o gênero base da alimentação rural. O trigo era o fornecedor do recurso necessário ao camponês para o pagamento dos impostos. A modificação deu prestígio aos consumidores, pois só os mais bem aquinhoados podiam adquiri-lo. No Medievalismo, na Alemanha, a plebe comia pão de aveia ou de centeio, o de trigo era reservado à nobreza, donde o nome de pão dos senhores.

Desconhecido na América pré-colombiana, sua introdução nas terras tropicais do Novo Mundo seria obra dos espanhóis, no tempo do descobrimento¹ e trouxe consigo dificuldades de ordem climática e luta contra insetos e pragas².

¹MENA BARRETO, Gabriel. Aspectos econômicos do Rio Grande do Sul - esboço histórico. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE, 1., 1936, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Globo, 1936.

²BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII*. S.Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 37.

Portugal iniciou a triticultura em terras brasileiras. País eminentemente agrícola, em certa época de sua História, tendo escolhido os caminhos do mar como atividade mais importante, (...) *abandonou a cultura do trigo para adquiri-lo em mercados estrangeiros a melhor preço do que o produzido em seus vales*³.

Se a epopeia marítima refletiu-se, prejudicialmente, na agricultura lusa, não menor foi o impacto sofrido por ela em virtude do êxodo rural das populações não-cristãs, cristãs-novas e mesmo cristãs⁴, como afirmou. A consequência foi a busca do grão no exterior e, quando possível, nas terras do império que Portugal começara a formar.

A triticultura portuguesa, com a exploração marítima, encolheu. Tradição e condições satisfatórias de cultivo não permitiram o seu desaparecimento. A produção, entretanto, tornou-se cara e insuficiente, o consumo ficou apenas ao alcance da nobreza, de alguns outros privilegiados e dependendo de trigo proveniente de outras terras.

Tornando-se compradora de trigo, a Lusitânia, seguindo a escola econômica acreditada na época, estimularia a cultura nas colônias que incorporava. As sementes faziam parte da bagagem das naus que singravam o oceano em direção a embarcadouros de além-mar.

³FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 1991, p. 21.

⁴SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira/MEC, 1978, p.13.

2. Os primórdios do trigo no Brasil

Onde e quando os primeiros grãos aportaram à América Lusa é uma interrogação que os documentos não esclareceram até agora e, provavelmente, nunca o farão.

Para Gomes do Carmo⁵:

A lógica das coisas induz a crer que a cultura do trigo e a dos demais cereais de climas temperados foram iniciadas na capitania de São Vicente e dali se estenderam pelo planalto em direção sul, onde as condições físico-mesológicas tanto se assemelham às de Portugal e arquipélagos vizinhos.

Aceitável a ideia do autor quanto à primeira terra brasileira a receber as sementes. Insatisfatória, por não esclarecer como e quando teriam chegado a Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, que registraram alguma produção. Duvidosas, as comparações climática e vizinhança dos arquipélagos,

Lery que esteve na França Antártica, no início da segunda metade do século XVI, falou de produção lusa em São Vicente e, também, da fracassada tentativa de plantio francês no Rio de Janeiro. Teriam sido os gauleses os introdutores da malograda triticultura carioca ou os vicentinos os fornecedores das sementes? Sua observação sobre a cultura é notável, se bem que a interpretação do desenlace deixe a desejar⁶:

Quanto ao trigo e ao centeio que semeamos, embora crescesse viçoso, as espigas não tinham grãos (...) é de supor que a terra por ser muito forte tivesse apressado em excesso o trigo e o centeio (os que pedem maior demora na terra para produzir, como vemos na Europa), o que não teria dado tempo à planta para formar o grão.

Adiante:

(...) nesta terra nova sou de opinião que seria necessário cansá-la e enfraquecê-la (...) para que venha a produzir melhor trigo.

Segundo o trigo ao contrário de outras plantas não deseja solo rico em húmus, o que o torna impróprio como primeira cultura em terra de mata. Fora isso, o clima do Rio de Janeiro não é apropriado ao desenvolvimento desta lavoura⁷.

Anchieta salientou a fertilidade paulista dizendo produzir⁸:

(...) e outras frutas da Espanha e trigo e cevada posto que os homens não curam de o semear pela facilidade e bondade mantimentos da terra que chamam de mandioca.

O Padre Luís da Grã⁹, afirmou, em 1555, que só há pão de trigo em Portugal ainda que se semeie [trigo] e colha mui formoso. O Padre Baltazar Fernandes¹⁰, anos mais tarde, manifestou-se: dá pão como lá [Portugal]. A última afirmativa evidencia, exagero.

⁵CARMO, A. Gomes do. *O Problema nacional da produção do trigo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1911, p. 7.

⁶ LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961, p.116,117.

⁷ MARKMAN Filho, Manuel. *Cultura racional do trigo. Agritrigo*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, 1958, p.170.

⁸ SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira/MEC, 1978, p. 52.

⁹ MILLIET, Sérgio. *Trigais em São Paulo: roteiro do café*. São Paulo: Bipa, 1946, p. 167

¹⁰ MILLIET, Sérgio. Op. cit. p. 167.

Gandavo, que viveu na Bahia, referiu-se ao trigo em duas passagens do Tratado da Terra do Brasil, escrito em 1575¹¹. Ei-las:

Nesta Capitania (São Vicente) se deu já trigo, mas não no querem semear por haver na terra outros mantimentos de menos custo.

Nestas partes do Brasil não se semeiam trigo nem se dá outro mantimento algum deste Reino, o que lá se come em lugar de pão é farinha de pau.

Da mesma época, são os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, onde se lê¹²:

(...) eu semeei já por duas ou três vezes na capitania de Pernambuco trigo (...) do qual trigo deixei crescer uma parte dele na forma que fora semeado, e a segunda parte lhe meti a foice para que tornasse atrás, e a terceira seguei da mesma maneira duas vezes; todo este trigo veio à perfeição, posto que o que foi segado deu melhores espigas, do qual colhi perto de um alqueire dele, por a semente não ser para mais; e cada grão filhava de maneira que correspondia com cinco e seis espigas. Verdade seja que algumas delas eram Faulhentas(...). (1956, p. 277)

É de Fernão Cardim, pouco mais tarde, (1584) o seguinte trecho¹³:

No Rio de Janeiro e Campo de Piratininga se dá bem o trigo, não no usam por não terem atafonas nem moinhos, e também têm trabalho em o colher porque pelas muitas águas e viço da terra não vem todo junto e multiplica tanto que um grão deita setenta e oitenta espigas, e humas maduras vão nascendo outras, e multiplica quase ad infinitum.

No século seguinte, (1627) Frei Vicente do Salvador escreveu em sua *História do Brasil*¹⁴:

Dá-se o trigo em São Vicente em muita quantidade e dar-se-á nas mais partes cansando primeiro as terras, porque o viço lhe faz mal.

As citações testemunham, desde cedo, a existência de lavouras de trigo em terras brasileiras, sem quantificar produções. Apesar do entusiasmo de alguns, percebe-se que o trigo não encontrou condições favoráveis de desenvolvimento. Na alimentação comum não fazia parte do cardápio, mas teria preferência da gente de recurso. Escravo não o ingeria. O consumo de pão, mesmo reduzido, talvez tenha sido, também, uma forma de mostrar a falsa superioridade dos que dominaram grande parte da vida brasileira. O verdadeiro pão colonial foi a mandioca. Uma minoria endinheirada buscava um status compensador à inferioridade colonial pela imitação dos hábitos usuais no Velho Mundo, entre eles, a dieta alimentar. Portugal não dispunha de produção para satisfazer essa demanda de volume reduzidíssimo. Além disso, a demorada transposição oceânica limitaria a condução de gêneros facilmente perecíveis como a farinha de trigo¹⁵. A terra, apesar dos esforços despendidos, não correspondeu à pretensão, ou, quem sabe, a economia foi muito mais sábia do que as vaidades... A

¹¹GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924, p. 37, 43.

¹²BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso, 1956, p.277.

¹³CARDIM, Fernão. *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939, p.94.

¹⁴SALVADOR, Vicente Frei. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo: Melhoramentos, 1931, p.97.

¹⁵SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira/MEC, 1978, p. 138.

situação não se tornou muito diferente nos séculos seguintes e nem em grande parte do século XX.

Não obstante a impropriedade das primeiras áreas brasileiras de produção, o trigo sem vicejar, como descreveu a maioria dos cronistas, granou mui modestamente, no primeiro século. São Vicente e o Planalto Paulista tornaram-se fornecedoras das solicitações das outras capitanias, solicitações, diga-se, de escasso vulto. Apesar de não se dispor de dados quantitativos, pode-se afirmar, as safras eram reduzidas e insuficientes à parca demanda de uma população pequena e não consumidora de pão, na maior parte.

Raro na alimentação civil, o trigo, indispensável à Igreja, fazia parte da ração do soldado português em serviço nas paragens rio-grandenses, como se pode constatar no trecho da correspondência enviada em janeiro de 1776, ao Marquês de Lavradio pelo Tenente-General João Henrique Boehn¹⁶:

Pour épargner cette denrée, je suis à établir dans mon Camp, un petite Boulangerie, aux dépens du Roi, pour fournir aux Troupes du pain, à proportion que ces chetifs moulins peuvent moudre de bleds(forma arcaica de blé) de cette nouvelle récolte, dont je fais prendre une connaissance exacte.

Cada praça recebia, segundo relatório de 1784 do Vice-rei D. Luís de Vasconcelos¹⁷ um pão chamado de municio ou de munição pesando duas e meia libras após o cozimento ou três quartas de farinha por mês.

O comércio entre o Brasil e as terras sulinas da América Hispânica, estabeleceu-se, nos fins do primeiro século, com a Bahia por iniciativa do Bispo de Tucumã. Estendeu-se, logo após, por e contra a vontade dos respectivos soberanos ibéricos. Entre a recém-fundada Buenos Aires, Rio de Janeiro e São Vicente, inaugurou-se um contrabando regional, interrompido por licenças esporádicas de comércio legal. Incluía trigo a melhor preço do que o proveniente dos Açores¹⁸.

A política tritícola da Metrópole autorizou ao sétimo Governador-Geral do Brasil, D. Francisco de Souza, (1591/1602), o das *Manhas*, através de Cédula real,

Visando ao sustento da gente que acudisse ao entabulamento das minas e ao bem dos moradores (...) importar do Rio da Prata ou de Tucumã até três mil fangas¹⁹ (sic) de bom trigo (...)²⁰

Segundo o autor da citação, ao que parece, o referido trigo chegou, melhorou e expandiu a cultura. Esta teria crescido até meados do século XVII. Ao trigo trazido ou mandado por Martim Afonso de Souza juntou-se o proveniente de Tucumã.

Aparentemente, há uma contradição entre a vinda deste e de outros trigos como afirmado mais adiante sobre a moderna triticultura platina. É de se considerar que, normalmente, o comércio, inclusive o de alimentos, pouco ou nada se importa com necessidades locais, o seu objetivo é bem definido e sabido.

Trigo para o Brasil Colonial provinha, também, dos Açores e, alguma vez, da Metrópole. As Ilhas tinham preferência por muitas razões, entre elas preço e menor

¹⁶BOEHN, João Henrique. *Memoires relatifs à l'expédition au rio grande laquelle je fus charge par le roi Dom Jozé Iº depuis le décembre de 1774 jusqu'à sa fin à l'an de 79 avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio Vice Roi du Brésil, 1776-1776*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979, p. 91.

¹⁷VASCONCELOS E SOUZA, Luiz de. *Relatório apresentado ao governo de Lisboa pelo vice-rei (...) em outubro de 1784, sobre o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Tip. do Centro, 1929, p. 25.

¹⁸SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira/MEC, 1978, p. 366.

¹⁹Fanga ou fanega equivale a quatro alqueires.

²⁰SALVADOR, José Gonçalves. *Op. cit.*, p. 83.

distância, permitindo um desembarque melhor do grão. Nem por ser ilhéu, o trigo, como outros produtos da mesma procedência, deixava de passar a alfândega para trás.

Rocha Pitta²¹, em 1730, registrou a carência de farinha de trigo nas capitanias do Norte e salientou a abundância nas do Sul, acrescentando em todas a *comum he a de mandioca*. Ao referir-se à região de São Paulo, mencionou grandes searas de trigo estendendo-se até o rio da Prata.

Luccock²², o inglês que deixou notável obra sobre o Brasil, intitulada *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*, afirmou, em 1808, não dar trigo no Rio de Janeiro e que apenas se produz pequenas quantidades nas províncias distantes. Anotou a carestia do pão o que o torna alimentos de poucos e salientou como seu substituto *um pó chamado farinha, produto da mandioca*.

Freireyss²³ viajando por Minas Gerais, em 1814, ali observou a farinha de milho substituir a de mandioca como pão. No Rio de Janeiro, este dificilmente era servido. A raridade do pão na mesa brasileira do passado é ainda comentada por Nizza da Silva²⁴. Ao verificar, que com o estabelecimento da Corte no Rio de Janeiro (1808), surgiram, anunciados na imprensa, vários tipos de pães, exigência de reinóis e estrangeiros atraídos pela sede do poder e por que não por algum mazombo? O povo, não aderiu a moda.

Aires de Casal²⁵, em 1817 reportou à irregularidade do tempo a inexistência de cereais europeus em todas as províncias exceto arroz e milho. Adiante, disse cultivar-se o trigo com grande proveitona Província de São Pedro e registrou, quanto a São Paulo, exportações de trigo proveniente de áreas atualmente pertencentes ao estado do Paraná.

No *Relatório da comissão encarregada da revisão da tarifa em vigor* (1853) dois pequenos trechos dão uma boa ideia da dieta popular na segunda metade do século passado²⁶:

O alto preço dos comestíveis não deixa de apoquentar a indústria dos campos. O sistema geral dos nossos trabalhadores se reduz à carne, farinha de mandioca, feijão, milho e outras espécies de legumes.

Entre nós o uso do pão não é geral. Nas nossas províncias centrais não se pode obter este alimento, e às vezes não passa (sic) quando chega às classes abastadas.

A situação não era muito diferente no terceiro quartel do século vinte. O trigo continuava sendo consumido pelos privilegiados cidadãos e em algumas áreas de colonização europeia. Adil Raul da Silva, técnico do Ministério da Agricultura, analisando o assunto diante de uma comissão do Legislativo Rio-grandense, afirmou não ser o grão nem essencial e nem indispensável ao povo brasileiro, acrescentando: *sempre haverá consumo de trigo principalmente pelas classes de maior poder aquisitivo*.

Simonsen²⁷ salientando a inferioridade alimentícia da mandioca em relação ao trigo, confirmou a mesma como a base alimentar do período colonial.

²¹PITTA, Sebastião da Rocha. *História da América Portuguesa*. Bahia: Progresso, 1950, p. 34; p. 95.

²²LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Martins, 1942, p. 30.

²³NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Vida privada e quotidiana na época de D. Maria e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993, p. 219.

²⁴NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. Op. cit., p. 221.

²⁵CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira*, São Paulo: Cultura, 1943, p. 60.

²⁶ MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa em Vigor*: Relatório. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1874, p. 275.

²⁷SIMONSEN Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1962, p. 371.

3. Trigo no Rio Grande de São Pedro ou a perversa conjugação de condições naturais desfavoráveis, escassez de lavradores e métodos arcaicos

3.1 Nos primeiros tempos: o açoriano era do mar, não da terra

A triticultura brasileira, datada dos primórdios da colonização, encontrou melhor acolhida no Sul. Este deslocamento é facilmente explicado. Nas latitudes mais baixas da América Lusa, independentemente de testemunhos e das referências históricas favoráveis, a climatologia impediu-lhe o sucesso. O continente de São Pedro, com mais possibilidades, comparativamente, apareceu como fornecedor do trigo brasileiro.

Segundo as melhores fontes, a triticultura, incentivada pelo governo, se desenvolveria para atender demandas externa, colonial e metropolitana.

No relatório do segundo Marquês do Lavradio²⁸, (1779) confeccionado ao passar o governo do Brasil ao sucessor Luís de Vasconcelos e Sousa, há prova do afirmado:

Aquelas Províncias podem não só dar toda a farinha de trigo necessária para América, evitando-se por esta sorte que da Europa nos venham um gênero, que tanto lá necessitam; provendo-se esta lavoura e dando-se providências necessárias para os prontos transportes dos efeitos d'aquela continente, poderemos mandar ainda para Europa uma grande porção d'esta mesma farinha*

* apesar do plural, o Marquês refere-se ao Rio Grande

Com o pretendido, ou o Marquês não conhecia o Rio Grande o que é muito provável, ou as informações por ele recebidas não se referiam ao Rio Grande real.

Opiniões tidas como abalizadas atestavam dispor o Rio Grande de terras ubérrimas, clima propício, rendimentos altíssimos, mão-de-obra abundante e prática dos açorianos e dos retirantes da Colônia do Sacramento. Por razões diversas, nem sempre as mesmas, nas citações dos vários autores, a triticultura, ou pelo menos o seu reflexo mais evidente, a exportação, havia desaparecido no ano da Independência.

Procurando compreender a ocorrência, o exame do material disponível apresentou várias interrogações: os dados existentes são esclarecedores e facilmente compreensíveis atualmente? Representam volumes expressivos tanto os de produção como os de exportação? Teria, o seu comércio, se refletido no desenvolvimento de Porto Alegre, enquanto que o de Rio Grande dependeu da pecuária? Como se explica a variação das áreas produtoras reveladas pelas estatísticas? As condições naturais nas áreas plantadas correspondem às exigências da lavoura? Esta, na época, poderia se considerar como moderna e rendosa? O trigo procedia, totalmente, das terras gaúchas? Qual, na realidade, a importância da exportação?

Localizando o campo de interesse deste trabalho na área mundial produtora de trigo, o mesmo ocupa uma pequena parte da situada no Hemisfério Sul. As plantações mais expressivas têm como limite setentrional, grosseiramente, o paralelo de trinta graus de latitude sul. Dois países que no conjunto mundial podem ser classificados como médios produtores, Argentina e Austrália, são responsáveis por altíssima proporção do trigo regional. A triticultura argentina é mais antiga do que a

²⁸ LAVRADIO, Marquez de. Relatório do (...) entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 16, p.480, 1843.

rio-grandense, em que pese a afirmação contrária de Fernandes Teixeira²⁹.

Segundo Medina³⁰, a existência de moinhos em Córdoba, em 1585, atesta a cultura. Buenos Aires, em 1597, registrava exportação de 1458 fangas de farinha para o Brasil. A lavoura australiana é bem mais jovem. A ocupação europeia da Austrália é posterior à existência de notícias sobre a produção gaúcha. Um prolongamento da área tritícola argentina é a uruguaia, menos expressiva, quantitativamente, em virtude de menor disponibilidade territorial.

A triticultura rio-grandense ocupava terras das Planícies Lacustre e Costeira, estendia-se pelas situadas entre o médio e o baixo Jacuí e o Camaquã, atingindo, como está registrado em Saint-Hilaire (1820)³¹, fazendas da Campanha e terras missioneiras, nas vésperas da Independência. Das Missões não se falará porque quando passaram ao domínio luso a agricultura não tinha mais expressão.

A mais antiga indicação que se localizou sobre cultura de trigo no Rio Grande português, foi em Aurélio Porto³². Segundo este autor, o açoriano Cosme da Silveira e Ávila, antes da chegada de Silva Pais à Barra do Rio Grande, teria cultivado o cereal na fazenda de sua propriedade situada à margem direita do rio Capivari.

Outra menção do passado deve-se a Cristóvão Pereira³³ ao informar ao Pe. Diogo Soares sobre a terra. É citada por Aurélio Porto:

Compõe-se este país dum clima muito ameno, saudável e criador de riquíssimas e férteis terras em que produzem grande maneira, e com vantagem mui crescida todos os frutos da Europa, assim Trigo (...).

Grande conhecedor do Continente, Cristóvão Pereira expressa uma opinião bastante pessoal.

Oficialmente, as primeiras sementes de trigo devem ter chegado ao Continente no ano seguinte à fundação do Rio Grande. Em carta a Silva Pais, datada de 11 de maio de 1737, Gomes Freire mandou o fundador do Presídio distribuir às famílias que ali foram se estabelecer, sementes de lentilhas e feijão enviadas para a próxima semeadura e a São Paulo aviso serem remetidas à ordem de V. S. alguns moyos de trigo para se repartirem da mesma forma³⁴. Este deve ser o trigo expedido pela Câmara de Curitiba conforme registra a ata de 25 de setembro de 1738 publicada por Spalding nos *Anais do III Congresso Sul-riograndense de História e Geografia*³⁵. Pelo documento sabe-se que os vereadores dessa Câmara:

determinaram fazer a remessa de setenta alqueires de Trigo para sementeira da nova povoação do Rio Grande de São Pedro do Sul; (...).

Teriam os moyos citados ou os grãos colhidos por Cosme da Silveira, segundo Porto³⁶ o pai dos agricultores do Rio Grande, dado origem aos trigaís do Rio Grande

²⁹ TEIXEIRA, Edgar Fernandes. *O Trigo no Sul do Brasil*. S. Paulo: Linotype, 1958. p. 19.

³⁰ MEDINA, Rodolfo. *Industria moageira*. Rio de Janeiro/Buenos Aires: Peuser, 1922. p. 4.

³¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro/Erus, 1987.

³² PORTO, Aurélio. *Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Minuano, 1937, p. 83. (v.1)

³³ PORTO, Aurélio. *Presídio do Rio Grande de São Pedro*. In: _____. *Terra Farroupilha*, Porto Alegre: [s.n.], 1935. p. 185.

³⁴ PORTO, Aurélio. *Op. cit.* p. 195.

³⁵ SPALDING, Walter. *Cinco documentos interessantes*. Porto Alegre: Globo, 1940. p. 184. (v.2)

³⁶ PORTO, Aurélio. *Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Minuano, 1937. p. 83. (v.1)

setecentista? Não parece e têm-se a concordância tanto de Xavier como de Queiroz³⁷. O alimento da população instalada em Rio Grande vinha de fora. Por ocasião do levante conhecido como dos Dragões, em 1742, que entre suas causas teve a da fome dos soldados e moradores, segundo Borges Fortes³⁸:

(...) desde cinco meses que nenhuma embarcação chegara ao porto [de Rio Grande] e, a última, trouxera mil e seiscentos alqueires de trigo quando há muito já não havia pão.

Fortunato Pimentel³⁹ escreveu: *afirma-se ter, o cultivo do trigo, sido iniciado em novembro de 1742*. Não deixa de ser curiosa a afirmativa, pois o mês confere com o princípio da colheita no território do Rio Grande do Sul.

Se a cultura houvesse vingado, cinco anos após a criação do primeiro núcleo gaúcho, haveria trigo à disposição dos habitantes.

Para Schiling⁴⁰:

Os açorianos trouxeramem sua bagagem a semente nobre, velha como a humanidade, base da civilização.

As grandes propriedades instaladas no Continente de São Pedro tinham em mira o criatório e na estância, segundo Xavier⁴¹:

A alimentação é quase toda extraída da propriedade. Primitivamente, fundamentou-se em carne com farinha de mandioca, sendo aos poucos enriquecida com produtos da lavoura.

Em Aurélio Porto verifica-se a mesma opinião com o acréscimo que o cultivado mal dava para suprir as necessidades caseiras⁴². O comportamento de Cosme da Silveira não seria comum. Pelo contrário.

Excepcionalmente, nos primeiros tempos, as grandes propriedades praticavam a agricultura. A do Morro de Santana, pertencente a Inácio Francisco, conforme o documento de sua desapropriação, datado de 1772, o trigal foi assim mencionado⁴³:

Três roçados grandes que levam nove alqueires de trigo de planta cerrada(...).

Uma área dessa medida corresponde a 22 hectares, superfície que não seria cultivada para autoconsumo.

Décio Freitas citou Inácio de Melo que plantava muito trigo em sua estância em Arroio dos Ratos no século XVIII⁴⁴ e Pauwels acrescentou que muitos dos grandes estancieiros possuíam extensas lavouras⁴⁵. No segundo decênio do século passado

³⁷QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: FURGS, 1987. p.63.

³⁸BORGES FORTES, João. O levante dos dragões do Rio Grande em 1742. *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre: Globo, 1939. p. 218.

³⁹PIMENTEL, Fortunato. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas*, Porto Alegre: Continente, 1944. p. 271.

⁴⁰SCHILING, Paulo. *O Trigo*. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1959. p. 16.

⁴¹XAVIER, Paulo. A Estância no Rio Grande do Sul. In: _____. *Rio Grande do Sul: Terra e Povo*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1964. p. 58

⁴²PORTO, Aurélio. Op.cit., 1937. p. 83

⁴³PORTO, Aurélio. 1975. p. 27.

⁴⁴FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Caxias do Sul: EST /Universidade de Caxias do Sul, 1980. p. 34.

⁴⁵PAUWELS, Geraldo José S.J. Autos principais do Conselho de Guerra a que foi submetido Rafael Pinto Bandeira. *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n.23, p. 503, 1930.

Saint-Hilaire testemunhou a existência de plantações de trigo em fazendas no sul do município do Rio Grande, e na área da fronteira. Estes trigais não constituíam atividade econômica predominante, mas, sua comercialização poderia significar alguma contribuição à renda da propriedade. Os exemplos de triticultura na grande propriedade não espelham prática comum, apesar da afirmativa de Fernando Henrique Cardoso⁴⁶ de que agricultores eram também criadores de gado até 1763. Como bem notou Alvarino Fontoura Marques⁴⁷, a limitação da agricultura nas estâncias decorria da falta de proteção da cultura contra a depredação dos animais do criatório. Não se conhecia a cerca de arame e as divisões feitas com outros materiais eram por demais trabalhosas e demoradas para construir e de discutível eficiência. Fontoura Marques encontra apoio na correspondência de Paulo José da Silva Gama. No relatório que acompanhou a carta de 25/08/1803, enviada ao Visconde de Anadia, escreveu:

Outros[estancieiros] não podendo conter dentro dos limites de suas terras os gados por se multiplicarem em número exorbitante, inundam com eles os campos confinantes destruindo as suas lavouras e impossibilitando os seus cultivadores para nelas continuarem.

Já os terrenos distribuídos nas proximidades do Forte Jesus Maria José, a soldados, eram de tamanho reduzido e pouco férteis, permitindo apenas criação e lavoura de "quintal" que atenderia somente às necessidades familiares⁴⁸. Xavier detalhou o cultivado e não faz referência ao trigo. A grande lavourado cereal, segundo este autor⁴⁹, teria surgido, mais tarde, com os açorianos, (1752) mas teria se firmado após o Tratado de Santo Ildefonso (1777) quando retirantes da Colônia do Sacramento fixaram-se nos arredores de Rio Grande. Isto é comprovado em uma petição de comerciantes, lavradores e fazendeiros, datada de 1799, onde disseram⁵⁰:

Desde o ano de 1777 (...) foi restaurada a margem meridional do Rio Grande, (...) começaram e progressivamente continuaram os seus colonos, proporcionalmente a sua população a cultivar as terras e a criarem os gados(...)

Retirantes e açoritas, ao se estabelecerem, eram contemplados com 272ha de terras, destinadas à agricultura. O trigo incentivado pela Metrópole, deveria encontrar no que, com exagero, se chamou de pequena propriedade, o terreno para o seu desenvolvimento.

3.2 Solo, clima, tempo

O escoamento das safras pode condicionar a localização da cultura aos transportes. Pragas refletem-se no rendimento. Disposições legais podem ser decisivas ao êxito de uma cultura.

As interrogações anteriormente apresentadas encontrarão respostas na análise dos requisitos citados. Tratando-se de um estudo do passado, elementos essenciais devem ser apreciados na realidade então existente como a localização, o transporte, a

⁴⁶CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1991. p. 53.

⁴⁷MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do ciclo do charque*. Porto Alegre: EDIGAL, 1987. p. 43.

⁴⁸QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: FURG, 1987. p.75.

⁴⁹XAVIER, Paulo. Primeiro a agricultura. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 01 jan. 1976.

⁵⁰CARMO, A. Gomes do. *O Problema nacional da produção do trigo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1911. p. 110.

população. Outros, como os naturais, por não apresentarem modificações em tempos históricos, permitem a transposição da realidade atual para o pretérito. Por estes começar-se-á o exame da realidade existente na triticultura rio-grandense em estudo.

O trigo é uma cultura de inverno no Rio Grande do Sul. As terras para o plantio são preparadas em maio, a sementeira principal, até recentemente, iniciava-se, em junho e prolongava-se até o fim do mês seguinte. A colheita ocorre nos meses de novembro e dezembro⁵¹.

Dentro dos limites impostos pelas condições do meio, o homem estendeu o âmbito das espécies vegetais domesticadas, através de variedades criadas, até recentemente, de forma empírica. Quanto maiores as possibilidades de adaptação da planta a meios diferenciados, maior a área de expansão da espécie, mas anote-se que nem sempre o ajuste é obtido.

Clima e solo balizam as áreas de extensão das espécies vegetais. O clima propício a uma cultura é definido por características genéricas obtidas através de médias de valores correspondentes a seus fatores. Quando se diz, por ex., que a maior parte do território rio-grandense corresponde ao tipo Cfa da classificação climática de Koeppen, propício a diversas culturas, entre as quais a do trigo, procede-se a uma generalização que a vida vegetal desconhece. Esta sujeita-se, realmente, a variações temporais. O tempo é o marcador do ciclo vegetativo de uma planta, desde a sementeira, passando pelo desenvolvimento e atingindo a maturação. Anos em que a temperatura ou a precipitação - os fatores mais importantes - ou ambos, afastam-se do comportamento costumeiro, as culturas refletem os mesmos no rendimento. O agricultor incapaz diante dos caprichos da natureza sofre os prejuízos decorrentes. Onde as precipitações são as exigidas, os rendimentos dependem da variação da temperatura. Nas regiões semi-áridas, a subordinação transfere-se à pluviometria⁵². Ainda o tempo se faz sentir sobre a maior ou menor intensidade do ataque de pragas ou de variações nas possibilidades do solo. O comportamento, mais ou menos uniforme, dos fatores climáticos marca as áreas adequadas às espécies cultivadas.

Dada a facilidade de adaptação, o trigo (dele, conhece-se muitas centenas de variedades) é a cultura que ocupa a maior superfície das terras agrícolas do globo e em qualquer época do ano em algum lugar do planeta ocorre uma colheita do cereal. Excetuando as regiões equatoriais e tropicais em virtude do excesso de umidade e calor e as polares devido às baixas temperaturas, pode-se dizer, genericamente, que o trigo adapta-se ao clima de quase todas as outras áreas. É cultivado onde não há coincidência de altas temperaturas e umidade excessiva. A combinação de ambas lhe é fatal. Euverte⁵³ citando Klages, (*Ecological crop geography*) registrou não haver cultivo de trigo nas regiões em que a temperatura média, nos dois meses que deverão preceder a colheita, exceder a 20 graus centígrados e/ou simultaneamente, a chuva ultrapasse a 1200 mm anuais. As áreas de cultivo mais importante recebem uma precipitação anual compreendida entre 350 e 750 mm. A produção econômica, segundo o citado autor, seria limitada pela isoterma de maio de 10 graus centígrados. (Hemisfério Norte).

Um período fresco e úmido logo após a germinação para desenvolver o colmo e as folhas, outro, seco quente e claro para amadurecer e secar o grão, são ideais. O consumo de água no período de crescimento é grande. Para formar um quilograma de substância seca o trigo necessita de 580 litros de água⁵⁴. O ciclo vegetativo do trigo

⁵¹Calendário Agrícola, p. 46, 53, 75.

⁵²MARIAN, N. *Les variatons des conditions naturelles et l'instabilité du marche mondiale du blé*. Genève: E. Droz, 1954. p. 26.

⁵³EUVERTE, Guy. *Les climats et l'agriculture*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959. p.45.

⁵⁴OTREMBE, Erich. *Geografia general, agraria e industrial*. Barcelona: Omega, 1955. p.58.

exige 3 mil graus de calor.

A variação climática a que está sujeito o Rio Grande reflete-se, como não poderia deixar de ocorrer, na triticultura. Geadas extemporâneas, chuvas durante a floração ou no período da colheita, primavera úmida favorecendo o aparecimento de doenças não confirmariam as virtudes apregoadas pelos partidários da antiga triticultura.

Notícias particulares sobre os efeitos do clima ou do tempo sobre a triticultura, ou genéricas, no passado rio-grandense, não se caracterizam pela abundância. Boehn⁵⁵, em 1776, em carta de 5 de janeiro, consignou a perda da colheita de trigo das lavouras de Rio Pardo em consequência do excesso de chuvas. Em outra anotação, assinalou uma seca que o obrigou a modificar o roteiro do seu deslocamento no ano anterior. Dois anos após foi o Vice-Rei que falou em prejuízos causados pela chuva. Se os dados meteorológicos são raros, não destoam de registros modernos.

Sem aprofundar o tema, e sem deixar de considerar a sensível alteração espacial da cultura atualmente, é de se apreciar algumas informações extraídas recentemente das páginas dos jornais. Tenente Portela perdeu 97 mil toneladas de trigo em virtude do *excesso de chuva no período da colheita*⁵⁶. *Safra de trigo tem quebra nas Missões* intitulou noticiário sobre prejuízos na área da COTRISA provocados por geadas em agosto e setembro e por chuvas na época da colheita em outubro⁵⁷. *Chuva prejudica o trigo e 80% da colheita em Três Passos foi adiada*, anunciou Zero Hora de 20 de setembro de 1995, detalhando a desvalorização do produto por ter o grão germinado na espiga⁵⁸; Excesso de chuva e geadas extemporâneas perderam 60% do trigo, segundo a EMATER de Santa Rosa⁵⁹. Não foi diferente o registro do mesmo jornal em 17 de novembro do mesmo ano⁶⁰. Praticamente um ano após 245 mm de precipitação na primeira quinzena de outubro interrompeu a euforia da colheita em Santa Rosa⁶¹.

O solo é veículo de produção e sustentáculo alimentar das plantas, A fertilidade maior ou menor do terreno reflete-se no rendimento do trigo que teme os ácidos. Os solos apropriados devem ser permeáveis, profundos, consistentes, sem serem compactos, arejados, fáceis de umedecer e secar rapidamente, ricos em calcário para que os grãos apresentem boa qualidade moageira, dotados de ácido fosfórico a fim de que as espigas sejam bem granadas. Solos pobres não são recomendados à triticultura. A interferência apropriada do homem nos solos pode modificar, proveitosamente, a fertilidade.

Considerando a inalterabilidade ambiental da Província no período histórico, não há porque não transportar os resultados dos modernos estudos sobre o passado compreendido no espaço temporal 1780/1822.

Pesquisas sobre a triticultura a partir da segunda década do século, dentro dos padrões nacionais são abundantes e os esforços dos cientistas e técnicos nacionais dignos do melhor destaque. Entre inúmeros trabalhos existentes, alicerçarão as próximas linhas do tema *Zoneamento Agrícola* (1974)⁶², *O Macrozoneamento Agrológico e*

⁵⁵BOEHN, João Henrique. *Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande laquelle je fus chargé par le roi Dom Jozé I^o depuis le décembre de 1774 jusqu'à sa fin à l'an de 79 avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio Vice Roi du Brésil*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

⁵⁶Zero Hora, Porto Alegre, 27 out. 1995.

⁵⁷Zero Hora, Porto Alegre, 8 nov. 1995.

⁵⁸Zero Hora, Porto Alegre, 20 set. 1995.

⁵⁹Zero Hora, Porto Alegre, 5 out. 1995.

⁶⁰Zero Hora, Porto Alegre, 17 nov. 1995.

⁶¹Zero Hora, Porto Alegre, 17 out. 1996.

⁶²Zoneamento Agrícola (1974).

Econômico(1994)⁶³ e *Recomendações de épocas de semeadura de trigo para o Estado do Rio Grande do Sul* (1996)⁶⁴, Todos eles concentraram os seus resultados entre as lindes municipais.

Sintetizando a procura de uma compatibilidade entre a imutabilidade ambiental e a produção agrícola onde se insere, obviamente a tritícola, a pesquisa e a técnica praticadas por cientista e técnicos buscaram sementes visando uma :

(...) *agricultura moderna ecologicamente equilibrada e rentável*⁶⁵.

Apresentam as duas primeiras obras citadas, entre outros muitos elementos, *Critérios para zoneamento climático*(Tabela 1) que permitiram determinar as aptidões climáticas dos componentes das regiões agroecológicas.

Os estudos do C.N.P.T prolongaram-se por mais de trinta anos, nas diversas regiões. Levantadas as informações existentes nas estações meteorológicas definiram zonas de maior e menor risco para a lavoura tritícola.

Os melhores períodos de plantio foram dados pela última das publicações citadas. Considerando que as antigas culturas de trigo, por motivos de segurança (receio de ataques indígenas) situavam-se nas proximidades das aglomerações humanas, a apreciação em vista é válida apesar do tempo.

O mapa nº 1 registra as localidades existentes por volta de 1820, e mostra as regiões agroecológicas e o zoneamento agroclimático do trigo.

Os característicos climáticos das zonas representadas no mapa nº 1 são dados pela Tabela 1, transcrita da citada fonte. Entende-se, segundo o Zoneamento Agrícola de 1978⁶⁶, como:

TABELA 1				
Critérios para zoneamento climático do Trigo no Rio Grande do Sul				
ZONAS	UMIDADE RELATIVA DO AR		TEMPERATURA DE INVERNO (média mês + frio)	
	%		°C	
Preferenciais II, III e VII	<75	Com restrições (1)	<8	Sem restrições
Toleradas IV e VIII	>75	Com restrições (2)	<8	Sem restrições
Marginais I e V	>75	Com restrições	>8	Com restrições (3)
Inapta VI	>75	Com restrições (2)	>8	Com restrições (4)

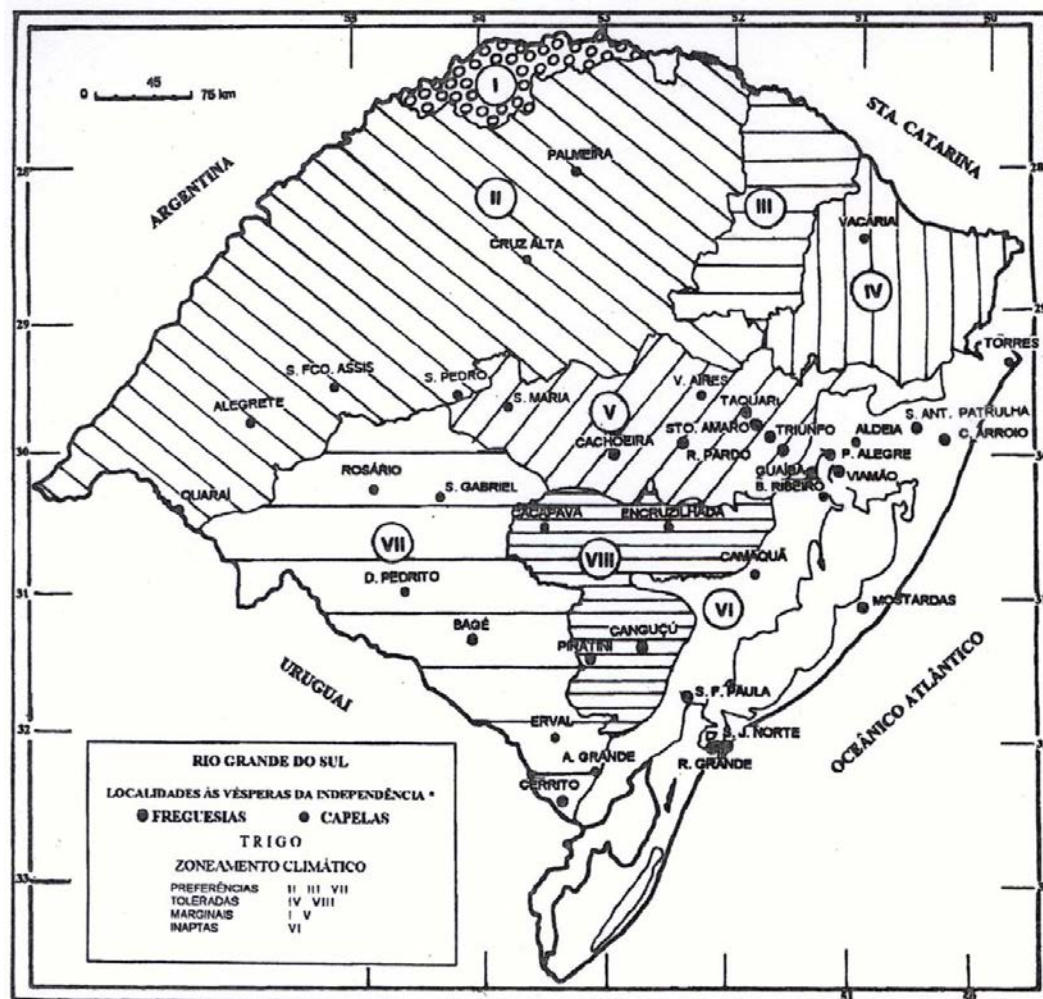
(1) Menor problema de doenças
 (2) Maior problema de doenças
 (3) Invernos quentes
 (4) Invernos quentes com noites frias
 Fonte: Macrozoneamento Agroecológico e Econômico – Tabela 19

⁶³ RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Abastecimento. *Macrozoneamento agroecológico e econômico do estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura e Abastecimento/EMBRAPACNPT, 1994.

⁶⁴ CUNHA, G. R. da; HAAS, J. C. *Recomendações de épocas de semeadura de trigo para o Estado do Rio Grande do Sul*, Brasília: Embrapa, 1996.

⁶⁵ Macrozoneamento, 1944, p. 25.

⁶⁶ Zoneamento Agrícola de 1978, p. 21.



Preferenciais - as zonas que correspondem às melhores condições climáticas para a cultura, podendo ou não ser o local ideal para a mesma se comparadas com outras áreas do mundo, mas apresentando, evidentemente, condições boas para a cultura no Estado.

Toleradas - correspondem àquelas que apresentam um fator limitante negativo à cultura, por exemplo, a temperatura ou condições de deficiência ou excesso hídrico.

Marginais - correspondem às que apresentam dois fatores negativos para o cultivo, umidade e temperatura, por exemplo.

Inaptas ou Não Recomendadas - referem-se às áreas do Estado inadequadas para o cultivo.

A Tabela 1 e as definições que a seguem, revelam as características de oito zonas climáticas relacionadas à triticultura. É de se salientar a preocupação dos organizadores ao referirem as áreas rio-grandenses mais apropriadas (II, III, VII), quando as comparam com outras, estrangeiras.

O Macrozoneamento⁶⁷ apresenta consideração quanto aos trigo na Zona V que, entretanto, para o presente estudo, não traz maiores consequências.

O exame da Tabela 2, cujas localidades estão representados no mapanº 1, faz as constatações que seguem.

⁶⁷Macrozoneamento.1994, p. 380.

Na Zona II, Preferencial, as quatro localidades representadas iniciaram o povoamento no século seguinte ao início da cultura do trigo, sendo São Francisco de Assis, a mais antiga (1809). Pela época, do assentamento branco, dificilmente teria condições de produzir excedentes. De qualquer maneira, não se encontrou referência sobre cultivo, exceto para Alegrete, feita por Saint-Adolphe no verbete correspondente do seu Dicionário e, obviamente, datada do século XIX⁶⁸.

TABELA 2
Trigo no Rio Grande do Sul – Aptidão climática

REGIÕES AGROECOLÓGICAS	LOCALIDADES	INÍCIO DO POVOAMENTO (*)	ZONAS CLIMÁTICAS
10 A	Alegrete	1817	II
5 E	Cruz Alta	1824	II
10 B	Quaraí	1820	II
9	São Francisco de Assis	1809	II
3 B	Vacaria	1735	IV
1 C	Cachoeira do Sul	1753	P.V. – P. VIII
1 B	Guafba	1793	P.V – P. VI
1 B	Rio Pardo	1750	V
1 B	Santo Amaro	1773(Freguesia)	V
1 C	Santa Maria	1797	V
1 B	Taquarí	1764	V
1 B	Triunfo	1754	P.V. – P. VI
6 B	Venâncio Aires	1800	V
1 A	Gravataí	1755	VI
1 B	Barra do Ribeiro	1800	VI
2 A	Camaquã	1815	P.VI – P. VIII
2 A	Osório	1738	VI
2 B	Mostarda	–	VI
12 A	Pelotas	1763	P.VI – P. VIII
1 A	Porto Alegre	1732	VI
2 B	Rio Grande	1737	VI
1 A	Santo Antônio da Patrulha	1725	VI
2 B	São José do Norte	1763	VI
1 A	Viamão	1740	VI
12 B	Arroio Grande	1812	P.VII – P. VI
10 B	Bagé	1811	VII
12 B	Jaguarão	1752	P.VII – P.VI
10 B	Ervál	1791	VII
10 B	Dom Pedrito	1800	VII
10 A	Rosário do Sul	1800	VII
10 A	São Gabriel	1814	VII
11	Caçapava do Sul	1783	P. VIII – P.VI
11	Canguçu	1793	P. VIII – P.VI
11	Encruzilhada do Sul	1781	P. VIII – P. V
11	Piratini	1789	VIII

(*) Fonte: História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul.
P=Parte

⁶⁸SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brasil*. Paris: Aillaud, Guillard, 1863.

Na Zona VII, Preferencial, Jaguarão, Erval e Dom Pedrito povoaram-se no século XVIII, os outros lugares, datam a ocupação de origem europeia de um tempo em que se registra a decadência da cultura na Capitania. As Tabelas 9, 10 e 11, não mostram as suas presenças como produtores.

Na Zona Tolerada, tem-se na IV, Vacaria que comparece como produtor na Tabela 4. Dos componentes da VIII, somente Piratini tem todo o seu território compreendido na mesma. Caçapava, Pelotas e Canguçu distribuem-se, também pela VI enquanto que Encruzilhada do Sul e Cachoeira do Sul bipartem-se entre as zonas VIII e V. Estas duas últimas localidades aparecem como produtoras nas tabelas de números 9, 10 e 11.

Das localidades classificadas na Zona V Marginal, Rio Pardo, Triunfo, Santo Amaro, Taquari, estão registrados como produtores nas tabelas referentes ao século XVIII.

Finalmente, postos na Zona VI, *Inapta ou Não Recomendada*, estão Gravataí, Barra do Ribeiro, Osório, Mostardas, Porto Alegre, Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, São José do Norte, Viamão e partes de Arroio Grande, de Guaíba, de Triunfo e de Camaquã. O notável é que exceto Guaíba, Pelotas e Barra do Ribeiro, todas as outras localidades fizeram parte da área produtora do Rio Grande do Sul colonial.

3.3 A mão de obra e as frentes de expansão

A triticultura do passado tinha enorme dependência de mão-de-obra. Em um tempo desconhecido da maquinaria agrícola, os trabalhos de preparo do solo, escolha de sementes, semeadura, além de outros tratamentos culturais e colheita manual à foice, reclamavam braços em abundância. A escassez inviabilizava a cultura ou reduzia a área plantada. Isto ocorreu na Europa, em regiões onde o êxodo rural despovoou os campos⁶⁹. A Argentina, dispondo de condições favorabilíssimas à triticultura e conhecendo-a desde o período colonial, era, por falta de braços, importadora de trigo no início do último quartel do século passado. As lavouras tritícolas estenderam-se, nesse país, quando passou a contar com a imigração de europeus e com as famosas *golondrinas*⁷⁰, possibilitadas pelo baixo custo das passagens marítimas que acompanharam a popularização dos vapores.

A exigência da mão-de-obra, diante do exposto, remete a apreciação do contingente populacional tendo em vista a produção do cereal.

A tabela seguinte compilada de diversas fontes, apresenta a população rio-grandense em vários anos. Esses dados correspondem, no mais das vezes, a estimativas.

A primeira estimativa da tabela é do P. Melchiades Strasser⁷¹, corresponde somente a população de Rio Grande, mas deveria englobar a maior parte dos habitantes não indígenas do Continente de São Pedro; as duas seguintes e a quarta, de Aurélio Porto⁷². Corresponde a cálculo de Florêncio de Abreu a cifra de 1773⁷³. Ao

⁶⁹ FAUCHER, Daniel. *Geografia Agrária*. Barcelona: Omega, 1953. p. 138.

⁷⁰ Golondrina é um tipo de embarcação a vapor.

⁷¹ STRASSER, P. Melchior SJ. Carta de Strasser(...). *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, Montevideo, t.7, p. 323, 1930.

⁷² PORTO, Aurélio. Os Casais açorianos. *Boletim Municipal*, n.7, Porto Alegre, 1946.

⁷³ ABREU, Florêncio de. Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul -1822/1922. *Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 8, p.27, 1922.

Tenente Córdova, a seguinte⁷⁴. O levantamento mandado proceder por Paulo José da Silva Gama data de 1803⁷⁵ e fora do mesmo teriam ficado cerca de 4 mil pessoas. O penúltimo dado é censitário e o último foi colhido em Gonçalves Chaves⁷⁶.

TABELA 3
População do Rio Grande do Sul

ANO	POPULAÇÃO
1744	1400
1746	1682
1754	3364
1773	22 500
1780	17 923
1803	36 721
1814	70 656
1822	106 196

Os números da Tabela 3 mostram uma aparente redução do contingente populacional entre 1773 e 1780, isto ocorre, não pela aparência do fenômeno, mas devido às estimativas provirem de diferentes fontes. Dentro da relatividade dos valores que encerram, mais aceitável é o de 1780; houve uma superestimativa no antecedente. Apresentava a população, alta taxa de aumento, dobrou no primeiro decênio, cresceu cerca de seis vezes em 16 anos (1754/ 1780). Nos vinte e três anos seguintes, multiplicou-se por dois o contingente. Entre 1803 e 1814, o número de habitantes quase dobrou outra vez e nos oito anos que se sucederam o crescimento alcançou a 50%. Mesmo considerado alto, o aumento populacional, explicado pela elevada natalidade e imigração, não traduz uma população numericamente expressiva.

Quanto a distribuição espacial, os elementos disponíveis são mais restritos. As tabelas seguintes foram as únicas obtidas.

⁷⁴PORTO, Aurélio. Op. cit. 1946, p. 63.

⁷⁵CAMARGO, Eleutherio A. *Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1868.

⁷⁶CHAVES, A. J. Gonçalves. *Memórias economo-políticas sobre administração pública do Brasil*. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1978. p. 109.

TABELA 4
População do Rio Grande do Sul segundo as Freguesias
1780

FREGUESIA	POP. TOTAL*	POP. NEGRA	POP. NEGRA/TOT.
	Nº HAB.	Nº ESCRAVOS	% ESCRAV.
Porto Alegre	1.512	545	36,04
Rio Grande	2.421	596	24,61
Estreito	1.254	277	22,08
Mostardas	591	191	32,31
Viamão	1.891	—	—
São. Antônio da Patrulha	1.189	270	22,70
Conceição do Arroio	477	158	33,12
Aldeia dos Anjos	2.355	255	10,82
Vacaria	571	248	43,43
Triunfo	1.277	670	52,46
Taquari	698	109	15,82
Santo Amaro	720	208	28,89
Rio Pardo	2.374	519	21,86
Cachoeira	662*	237	35,80
TOTAL	17.923	4.283	

* Levantamento Tte. Cordová. Apud. A. Porto, 1946, p.63

TABELA 5
População do Rio Grande do Sul segundo as vilas*
1803

VILA/P.ALEGRE	POPULAÇÃO	VILA/RIO GRANDE	POPULAÇÃO
Porto Alegre	3.927	S.P.Rio Grande	8.390
N.S.C. de Viamão	2.065	N.S.C. do Estreito	1.713
N.S.B. J./Triunfo	3.037	S.L.Mostardas	1.187
N.S. Anjos	2.718		
Total	11.747	Total	11.290
VILA /RIO PARDO	POPULAÇÃO	V./ST.ANT.PATRULHA	POPULAÇÃO
Rio Pardo	3.739	S.Ant.Patrulha	2.199
Santo Amaro	1.661	N.S.O.Vacaria	815
S. Taquari	916	N.S.Conc.Arroio	1.041
N.S.C.Cachoeira	3.283		
Total	9.599	Total	4.085

* Fonte: Anuário Estatístico do Rio Grande do Sul – ano 1923

TABELA 6
População do Rio Grande do Sul segundo as freguesias*
1814

FREGUESIAS	N. HABITANTES	FREGUESIAS	N. HABITANTES
Cachoeira	8.225	Rio Grande	3.590
Missões	7.951	Rio Pardo	10.445
N.S.dos Anjos	2.653	Santo Amaro	1.884
N.S.Conc./Arroio	1.648	S. Anto.Patrulha	3.103
N.S.B.J.Triunfo	3.450	S.J. do Taquari	1.714
Porto Alegre	6.111	S.L. Mostardas	1.151
Pelotas	2.415	Viamão	2.812
Piratini	3.673		

* Fonte: Camargo, Eleutherio

TABELA 7
População escrava no Rio Grande do Sul
1814

FREGUESIAS	N. ESCRAVOS	%SOBRE POPUL./Freg.
Cachoeira	2.622	31,87
Missões	—	—
N.S.Anjos	716	26,98
Conceição/Arroio	538	32,64
Triunfo	1.208	12,55
Pelotas	1.226	50,76
Porto Alegre	2.316	37,89
Piratini	1.535	41,79
Rio Grande	1.119	31,16
Rio Pardo	2.429	23,23
Santo Amaro	773	41,02
S.Ant.Patrolha	961	30,97
Taquari	433	25,26
Mostardas	281	24,41
Viamão	908	32,29
TOTAL	7.065	

Fonte: Laitano, 1957

A distribuição populacional das freguesias (Tabelas 4, 5, e 6) revela aumentos significativos e populações numericamente pouco expressivas, exceto em 1814, em Rio Pardo, Cachoeira e Porto Alegre. O contingente não se apresentava suficiente para criar e manter uma triticultura de importância. Acrescente-se, ainda, ser o número de crianças muito elevado na Capitania. Aurélio Porto não detalha a população por idade mas no total de 17.923 indivíduos em 1780, diz serem meninos de confissão, 2.418 habitantes e meninas, idem 2.099. Ambos somam 23% do contingente.

As Tabelas 4 e 7 revelam uma população negra proporcionalmente nada desprezível. Em 1780, em quatorze freguesias, nove, possuíam mais de 30% de população escrava, relação mantida em 1814, quando a economia rio-grandense tinha um dos pilares nas charqueadas, grandes consumidoras de cativos.

A conquista do Rio Grande colonial não se fez com grandes contingentes migratórios. A Metrópole, segundo Mestre Capistrano de Abreu⁷⁷, não contribuiu com grande número de súditos para o povoamento do Brasil, antes da descoberta das minas, por falta de incentivos fortes de atração. Posteriormente, os receios que assaltavam a Coroa, dificultaram a passagem de lusos para o Brasil através de impedimentos legais nem sempre totalmente respeitados. Lei de 1720, com referência a insuficientes disposições anteriores, proibia pessoas de qualquer qualidade(...) passar ao Brasil *senão as que forem despachadas com governos, postos, cargos ou ofícios os quais não levarão mais criados do que a cada um compete(...)*⁷⁸.

Se a legislação é justificativa da baixa densidade populacional do Brasil do setecentos, a sua aplicação no sul da América Portuguesa não foi rigorosa. As situações peculiares da Colônia do Sacramento e do Rio Grande do Sul levaram a Coroa a organizar e transferir, por sua conta, súditos para as duas regiões. A Colônia, restituída

⁷⁷ABREU, Capistrano. *Ensaio e Estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1976. p. 49.

⁷⁸ABREU, Capistrano de. *Ensaio e Estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1976, p. 116.

em 1717, recebeu não só soldados mas imigrantes trasmontanos para o cultivo da terra, deixando de ser o contrabando a única atividade civil⁷⁹; para o Rio Grande, via Santa Catarina, açorianos e madeirenses, formaram o maior contingente, nem por isto numeroso, remetido à terra gaúcha durante o período colonial. A transferência de ilhéus permite distinguir duas correntes, uma espontânea, supostamente pouco numerosa anterior a 1752, da qual são exemplos entre outros o já citado Cosme da Silveira e Manuel Pereira de Barros, prolongando-se até as vésperas da independência brasileira⁸⁰. A outra, sob a égide da Coroa, os célebres casais de número, que atingiram a umas duas mil pessoas ou pouco mais, cujo destino deveria ser a região missioneira ganha por Portugal, pelo Tratado de 1750. Mas os formadores da população rio-grandense não dispensaram nem brancos de outras procedências e nem, como se viu, o elemento negro. A mobilidade das fronteiras coloniais decorrentes das guerras europeias, criaram refugiados da Colônia do Sacramento abrigados no Rio Grande do Sul. Soldados de outros rincões brasileiros e portugueses, lagunistas, paulistas também foram contribuintes da ancestralidade gaúcha. Não houve nem uma exclusividade branca e nem, como quer Borges Fortes⁸¹, uma solução diferente da brasileira:

(...) livre de negros brancos (...) que não poderiam realizar obra transcendente de fixar uma civilização, sendo eles pela sua própria natureza apenas instrumentos humanos de trabalho incapazes de compreender o espírito civilizador de sua tarefa.

O transcrito não só revela uma forma injusta de apreciação como não espelha a verdade, reflete apenas ideias que encontraram eco em certa época. Em 1780, 28% dos moradores do Rio Grande do Sul eram escravos sendo que 63% deles pertenciam ao sexo masculino. Mais de um quarto da população não deixa de ser um agrupamento expressivo, a contrariar a pseudobrancura da população conquistadora do Rio Grande. Se o elemento negro foi fixado na terra gaúcha e levando em conta tratar-se de uma migração forçada, custosa para os escravizadores, sem se querer justificá-la, conclui-se pela sua imprescindibilidade na economia reinante.

O estabelecimento dos casais de número inauguraria uma nova fase no aproveitamento do solo rio-grandense, a agricultura em pequena propriedade. A tradição e a competência dos ilhéus, aliadas a condições naturais favorabilíssimas, transformariam o Continente de São Pedro no exitoso fornecedor brasileiro de trigo, conforme o pensar de um número apreciável de estudiosos.

Os casais enviados para o Rio Grande constituíam, na terra natal, um elemento pobre, em meio de mão-de-obra abundante. Em virtude de más colheitas em 1746, solicitaram e obtiveram licença, com despesas pagas pela Coroa, para se transferirem para o sul do Brasil. No destino, receberiam terras, instrumentos de trabalho e sustento por um certo tempo. Chegaram entre 1748 e 1752. Os primeiros aportaram em Santa Catarina. As condições de viagem não poderiam ser piores, doenças dizimavam-nos durante a travessia. Dantesca era a situação das mulheres. Pelas instruções de viagem, eram separadas dos maridos e parentes, encerradas com os filhos em compartimentos chaveados com sentinela à vista. Recebiam alimentação de dois homens escolhidos entre casados-fieis. Um estreito postigo permitia-lhes, na presença do comandante, falar com os esposos ou parentes⁸². Da qualidade do elemento que chegava,

⁷⁹ABREU, Capistrano de. Op. cit. p.48.

⁸⁰PORTO, Aurélio. *Os Casais açorianos*. Boletim Municipal, Porto Alegre, n.7, p. 60, 1946.

⁸¹BORGES FORTES, João. *Os casais açorianos*. Porto Alegre: Martins, 1978. p. 15.

⁸²CABRAL, Osvaldo. *Santa Catarina*. São Paulo: Ed. Nacional, 193. p. 94.

sem pretender ser generalização, transcreve-se trechos de uma carta do governador de Santa Catarina, Escudeiro⁸³:

Já avisei ao Corregedor daquela comarca dos Açores me não mandasse gente semelhante (...)resultou carregar este transporte de tantos miseráveis entre os quais há alguns aleijados,e de incuráveis achaques (...) já os padeciam antes de os constranger ao embarque (...).

No Rio Grande do Sul, a resistência missioneira em virtude da revogação do Tratado de 1750, e a ocupação espanhola do Rio Grande entre 1763 e 1777, responsabilizam-se pelos vinte anos que levaram para ser assentados.

Os açorianos como também os refugiados colonistas, quando instalados, recebiam em terras os referidos 272 hectares destinados à agricultura.

Grandes áreas já tinham sido ocupadas, legalmente ou não, por estancieiros, quando ilhéu e fugitivos da Colônia do Sacramento chegaram. Foram fixados nas terras que, por descuido dos grandes proprietários, ainda pertenciam à Coroa. Cultivadores de trigo nas Ilhas, segundo várias fontes, os açorianos retomaram a cultura, o mesmo fazendo os fugitivos.

Os dados estatísticos existentes para 1780,1781 e 1787 (Tabelas 9, 10 e 11) informam que os seguintes locais de produção de trigo Rio Grande, São José do Norte, São Luís de Mostardas, Santo Amaro, Taquari, Vila dos Anjos, Viamão Porto Alegre, Santo Antônio, Caí, Rio Pardo, Freguesia Nova, Jacuí, Encruzilhada, Conceição da Serra, Lombas, Povo Novo, Estreito, Cerro Pelado, Triunfo, Cachoeira e Passo do Couto correspondem aos assentamentos ilhéu e colonista.

A fixação dos açorianos não deixou de infligir-lhes dolorosos sofrimentos. Não viram o cumprimento de todo o prometido pelo monarca. O assentamento foidemorado e quando instalados as pressões por parte dos latifundiários fizeram-nos e, não por exceção, abandonar terras ou pagar pelas que legalmente lhes pertenciam por doação governamental. Paulo Gama, no anexo primeiro à carta de 25 de julho de 1803, enviada ao Visconde de Anadia, informou terem saído para terras platinas, a maior parte dos ilhéus, devido aos tratos recebidos. Dos que permaneceram, descontou os fracassados e realçou serem poucos os realmente bem-sucedidos.

Ferreira de Souza⁸⁴ que andou pela restinga Norte em 1777, ao descrever a população, atribuiu aos açorianos, maior ambição do que aos pecuaristas, considerou-os mais trabalhadores, mas o retrato que deixou é de uma população pobre, mal alimentada, mal vestida, vivendo em grande desconforto. Bohen⁸⁵, foi mais condescendente com o campesinato ilhéu. Considerou-o (1774) gente simples, trabalhadora e frugal e acrescentou:

Estes homens fariam grandes progressos na agricultura e enriqueceriam o país se lhes ensinassem e se os encorajassem.

É costume ligar a expansão do plantio do cereal-rei à vinda dos açorianos tradicionais plantadores do grão. O destaque não deve e nem pode obscurecer o papel dos fugitivos colonistas provenientes de área tritícola e possuidores de mão-de-obra .

⁸³BORGES FORTES, João. Os casais açorianos. Porto Alegre: Martins, 1978. p. 62-63.

⁸⁴SOUSA, Francisco Ferreira. Descrição a viagem do Rio Grande. Rio de Janeiro: I.H.G.B./IGHMB, 1979. p. 243-246.

⁸⁵BOEHN, João Henrique. *Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande laquelle je fus charge par le roi Dom Jozé Iº depuis le décembre de 1774 jusq' à sa fin à l'an de 79 avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio Vice Roi du Brésil*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

Na apreciação da atividade tritícola rio-grandense tem sido exagerada a importância dada à tradição dos açorianos como plantadores. Portugueses estabelecidos em outras áreas brasileiras eram portadores da mesma memória e infrutiferamente tentaram a cultura. No Rio Grande do Sul, a desfavorabilidade ambiental bem menor do que em outras áreas explica a importância atribuída ao plantio de trigo. Se os homens não estavam sujeitos a um determinismo climático, a agricultura do século XVIII não conseguia escapar da influência ambiental e exigia grande quantidade de mão-de-obra.

O problema da produção agrícola não se vinculava apenas aos brancos. Deles dependiam as decisões de que e como plantar, do destino da colheita, não o esforço direto empregado em produzir. A mão-de-obra agrícola não abrangia, a não ser por exceção, a população livre. O trabalho braçal repousava na força do escravo -índio ou negro - desde os primórdios da ocupação europeia do território brasileiro. Nóbrega, ainda no século XVI, não aconselhava a vinda de colonos que não dispusessem de recursos para adquirir ao menos um escravo índio⁸⁶. A pecuária, utilizando pouca mão-de-obra e dada às suas características, não poderia confiar muito no trabalho servil, exceto na atividade doméstica, donde estabelecer-se um tipo de relacionamento proprietário/subordinados traduzido por uma igualdade entre as partes - ao menos aparentemente. Se tal não ocorresse, não haveria maneira de se prender escravos à estância. Na agricultura o relacionamento foi diferente. A triticultura gaúcha não fugiu ao padrão reinante, apelou para o trabalho do negro. Negro, então não teria o significado restrito atual, mas englobaria tanto a servidão de africanos, como de índios e seus descendentes⁸⁷. As citações seguintes são ilustrativas da importância do escravo na agricultura. Extraída de uma correspondência enviada a El Rei pela Câmara da Capela de Viamão, em 23 de agosto de 1765, rogando mercês a moradores de Rio Grande⁸⁸:

(...) deviam [os moradores] a maior parte de suas fazendas aos comerciantes do Rio de Janeiro (...) que só cuidam em os mandar executar (...) com o fim de lhes tirar alguns escravos que puderam escapar com os quais trabalham a lavoura para o fim de se poderem sustentar (...).

De uma documentação pertencente ao acervo do Centro de Pesquisa da Santa Casa de Porto Alegre⁸⁹, sabe-se que em 1804, havia um comerciante de escravos em Conceição do Arroio, José Bernardo Vieira que vendia fiado peças importadas do Rio de Janeiro; devido a uma pendenga judicial, em 1809, entre Antônio José Inácio e o citado mercador de pretos, ocasionada pelo roubo feito por um escravo deste:

Inácio, crioulo natural do Rio de Janeiro, em dezembro de 1806, tendo com outros a cortar trigo, nunca mais o vi (...).

Veiga Cabral da Câmara⁹⁰, falando sobre distribuição de terras, em 1783, acentuou a preferência do Monarca por

lavradores e estancieiros que tiverem maior número de escravos e gado para povoar e cultivar os sobreditos terrenos.

⁸⁶ RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Cia. de Letras, 1995. p. 100.

⁸⁷ MAESTRI FILHO, Mário José. *O Escravo no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1984. p. 36.

⁸⁸ Boletim Municipal, Porto Alegre, p. 474-475, n.9.

⁸⁹ O material foi cedido ao autor pela historiadora Véra Lúcia Macviel Barroso.

⁹⁰ CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da.. Reflexões sobre o estado actual do Continente do Rio Grande de S. Pedro 1783. *Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil, Rio de Janeiro*, 1877.

Cabral⁹¹ deixou bem claro a repugnância dos açorianos estabelecidos em Santa Catarina, pelo trabalho braçal e acostumados, quando necessário, a explorar o braço escravo. Poderia ser diferente no Continente de São Pedro? Claro que não. Veiga Cabral referindo-se genericamente ao Rio Grande do Sul, em 1783, acentuou a existência de um certo desprezo pela agricultura atribuindo-o à abundância e facilidade de obtenção de carne e à preguiça. Reconhece saberem os habitantes da importância da agricultura mas os rio-grandenses plantam e lavram violentos e por necessidade⁹². Os lavradores, na maior parte, viveriam na miséria⁹³. Outra de suas observações que não contribui para o brilho da agricultura do século XVIII foi a venda de terras obtidas junto ao governo para *gastar o produto segundo a sua fantasia(...)*. Neiss⁹⁴ confirmou essa prática. Onze dos vinte e oito casais de número que receberam terras em Santo Antônio, tinha vendido suas terras, quatorze anos após recebê-las.

Paulo Gama⁹⁵ em carta datada de 22 de julho de 1803, referindo-se à cultura do cânhamo disse serem os ilhéus ou descendentes os únicos lavradores do Rio Grande a trabalhar com seus braços e o dos filhos. Em correspondência do dia 25 do mesmo mês e ano, o mesmo governador assim se exprime a respeito dos ilhéus⁹⁶:

(...) pelo que se conseguia necessariamente à agricultura e à povoação, esta determinação pois tão sábia e tão proveniente como era não tem surtido o desejado êxito; ou ao menos se teve eu não posso descobrir agora um só vestígio dos seus bons efeitos(...)

e mais adiante justificando a ociosidade dos rio-grandenses pela abundância de carne, acrescentou serem os únicos lavradores *restos dos casais que ainda se conservam da forma que disse(...)*

A contradição é evidente.

O exposto reduz o destaque geralmente dado aos casais de número provenientes dos Açores como agricultores, confirma uma importância relativa da triticultura e o emprego do escravo. Pelas peripécias antecedentes a sua fixação no Rio Grande e as dificuldades que os esperaram após o desembarque, seria reduzido o número dos que poderiam dispor de recursos para aquisição de mão-de-obra empregada na agricultura.

Os fugitivos da Colônia do Sacramento que se estabeleceram no Rio Grande, se não a totalidade, pelo menos, em parte deveriam possuir condições econômicas melhores do que os açoritas. Eram agricultores, contrabandistas e teriam trazido escravos e dinheiro. Xavier (1973) não tem dúvida em afirmar que a pequena produção tritícola, verificada até 1777, cresceu com a vinda e o estabelecimento daqueles retirantes.

Dúvidas ainda apresentam-se quanto à atividade camponesa dos açoritas. Osvaldo Cabral⁹⁷, sobre eles, assim se manifesta:

Não eram (...) em verdade, lavradores, acostumados no trato diário da terra. Eram mais fugitivos às miséria das ilhas em que nasceram do que propriamente homens aptos para o trabalho agrícola, dedicados a ele e dele conhecedores.

⁹¹CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da... op. cit. p.96.

⁹²CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da. op. cit. p.259

⁹³CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da. op. cit. p.261

⁹⁴NEISS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre: Sulina, 1975, p. 63

⁹⁵GAMA, Paulo José da Silva. Correspondência de 22/07/1803. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁹⁶GAMA, Paulo José da Silva. Correspondência de 25/07/1803. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

⁹⁷CABRAL, Osvaldo. *Santa Catarina*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937. p. 95.

Corroborando com a citação anterior, Spalding⁹⁸, fez afirmativa consentânea:

O elemento açoriano essencialmente marinheiro que se viu deslocado no hinterland meridional do Brasil, longe do mar e de suas atividades nas ilhas de procedência - a pesca.

A asseveração de Spalding encontra respaldo em Vitorino Nemésio⁹⁹ bem mais recentemente,

(...) a alma do ilhéu exprime-se pelo mar. O mar é não só o seu conduto terreal como o seu conduto anímico. As ilhas são o efêmero, o contingente: só o mar é eterno e necessário.

Roche¹⁰⁰ salientou não terem os açorianos correspondido às esperanças governamentais, acrescentando ter havido uma:

*policultura açoriana de produção reduzida porque limitada à satisfação das necessidades domésticas e aos pedidos do mercado local. (...) praticaram, em maior escala pequeno número de culturas cujos produtos eram suscetíveis de alimentar um comércio intra-regional: (...) e sobretudo o trigo. **Esta produção, aliás, não era muito grande.*** (Não destacado no original)

O trigo do Continente de São Pedro retratou a iniciativa do homem branco de variada procedência do Império Luso e o resultado do trabalho escravo. As Tabelas 4 e 7 destacando expressiva porcentagem de escravos existentes na composição da população da Capitania, mostram não ser em números absolutos, o seu total elevado. Deve-se considerar, ainda, que a partir de 1780, cresceu a importância da charqueada na economia sulina. Esta foi a atividade de grande consumo de escravos. O trigo contou com pouca mão-de-obra, independentemente da coloração da pele do cultivador.

Sobre a saga açoriana é de se repetir Arthur Ferreira Filho¹⁰¹:

Julgaram-se ludibriados e arrependeram-se de terem vindo, mas, como não lhes restava outra alternativa, ficaram.

Descendentes dos que permaneceram, são, hoje, componentes de famílias tradicionais do Rio Grande.

⁹⁸ SPALDING, Walter. Colonização açoriana. *Boletim Municipal*, Porto Alegre, n. 23, p. 24, 1945.

⁹⁹ NEMÉSIO, Vitorino. *Corsário das Ilhas*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989. p. 285.

¹⁰⁰ ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. p. 24-30.

¹⁰¹ FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 196. p. 33.

3.4 A renda de uma agricultura atrasada

Segundo Rubens de Barcelos¹⁰², os primeiros chefes de casal tiveram colheitas com rendimento suficiente para a aquisição dos braços necessários à continuação da cultura. Seria, portanto, um negócio muito lucrativo, considerando que o escravo custava bastante dinheiro. Como, então, entender o que adiante diz, o mesmo autor, sobre a atração exercida sobre o colono, por outras atividades mais compensadoras concomitantes ao decréscimo da lavoura? (p. 21). A realidade era outra.

Moré¹⁰³ ouviu de velhos habitantes, em 1859, ser a triticultura existente 40 anos antes, portanto em 1819, muito rendosa. Meio saco plantado comprava um escravo, então valendo de 200\$000 a 300\$000, um preço pouco elevado, segundo o autor. Trezentos mil réis, na verdade, não era pouco dinheiro, pelo contrário. Em 1820 (não se obteve o valor para 1819), um alqueire de trigo valia l\$280rs. Seriam necessários 200 alqueires, medida de capacidade, para comprar um escravo. Ora, nem os mais entusiastas partidários da riqueza tritícola do passado anotaram ter meio saco de sementes rendido quase quinhentas vezes. Distanciada do tempo, a memória não faz cerimônia para trair.

Pebayle¹⁰⁴ registrou, para 1780, valores de terras, gado e escravo reveladores do alto preço dos últimos. O rebanho, em nove inventários estava avaliado em 386\$000, a terra, em 160\$000 o que dava para cada quadra de sesmaria um preço variando de 2\$000 a 6\$000, um cavalo, 4\$000 e um escravo, entre 16 e trinta anos, de 100\$000 a 130\$000. A terra pouco valor apresentava e o escravo, comparativamente, muito, situação que não se alterara em 1820. O mesmo autor¹⁰⁵, em nota à página 146, diz :

Selon les inventaires de 1820 e 1821, un esclave de 16 à 30 ans, en bonne santé, valait à Rio Pardo 10 fois plus qu'une quadra de sesmaria e 100 fois plus qu'une tête de bovin.

Tecnicamente, a triticultura rio-grandense não se distinguiria. Enquanto na Europa, nos fins do século XVIII, a agricultura progredira quanto aos tratos culturais, Caio Prado Júnior¹⁰⁶ assim retrata a brasileira:

No terreno do aperfeiçoamento técnico, o progresso da agricultura brasileira é naquele período [sec. XVII e XVIII] praticamente nulo.

No caso particular do Rio Grande do Sul, esse panorama prolongou-se pelo século XX como testemunhou Álvaro Batista¹⁰⁷. Em 1907, assim se reportou à agricultura provincial:

(...) os nossos rotineiros agricultores trabalham como nos tempos coloniais; (...) servem-se dos instrumentos mais antigos para o preparo das terras, para o plantio, para a cultura das plantas e

¹⁰²BARCELOS, Rubens de. Esboço da formação social do Rio Grande. *Província de São Pedro, Porto Alegre*, n. 3, p. 3, 1945.

¹⁰³MORÉ, Jean Charles. *De la colonisation dans la province de St Pierre de Rio Grande do Sul*. Hambourg: Langhoff, 1863, p.38.

¹⁰⁴PEBAYLE, Raymond. *Les gaúchos du Brésil : éleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul*. Bordeaux: Centre d'Etudes de Géographie Tropicale Pebayle 1977. p. 142.

¹⁰⁵ PEBAYLE, Raymond. Op. cit., p. 146.

¹⁰⁶PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. S. Paulo: Brasiliense, 1949. p. 95.

¹⁰⁷BATISTA, Álvaro. *Relatório apresentado ao Presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda*. Porto Alegre: Globo, 1908, p. 19.

para a colheita. O preparo é ordinariamente oferecido pela natureza e consiste no húmus que os séculos acumularam nas matas que eles, impiedosamente derrubam e queimam.

Instrumentos antigos eram os acompanhantes dos colonizadores. Até 1948, ainda usavam-se em Portugal, conforme citação de Ribeiro¹⁰⁸ três tipos de arados, o mais arcaico, o *radial* criação lusa, o *arado de garganta*, de timão encurvado, trazido pelos romanos e o *arado quadrangular*, que poderia ser provido de carrela, chegado à Península, com os Suevos no século quinto.

Saint-Hilaire¹⁰⁹ transmitiu uma boa ideia da triticultura praticada no século passado. Havia certas diferenças regionais e, também, em uma mesma área. Ao sul do Rio Grande era costume estrumar a terra cercado certos tratos onde, à tarde, encerrava-se gado. Quando já havia adubo suficiente, transferia-se o cercado e a encerra. Alguns plantadores cultivavam a terra, sem adubá-la novamente até por quatro anos. Um dos visitados pelo sábio francês disse-lhe que a única fertilização usada por ele, era o enterro da palha, quando da aração.

Em Boca do Monte, onde a produção rendia mais, queimavam-se trechos de floresta e os plantavam por três ou quatro anos, seguidos de dois anos de pousio. A retomada da cultura iniciava-se com a queima da capoeira. Em Rio Pardo (1820) havia, inicialmente, uma alternância de milho e trigo. Nas terras de mata virgem, após a queimada, feita em dezembro, era plantado milho a ser colhido em junho. Seguiu-se-lhe o trigo a ser colhido em dezembro. No segundo ano o milho era o sucessor do trigo. Quando a terra perdia parte de sua fertilidade, apenas o trigo era cultivado. Posteriormente, o baixo rendimento conduzia ao abandono da terra por um quinquênio quando o processo recomeçava. Era o sistema que o geógrafo Leo Waibel denominou de *Rotação de terras primitivas*¹¹⁰. O trigo era semeado à mão e sofria uma capina. Na colheita, feita com foicinha, cortavam-se o trigo abaixo da espiga e a palha rente ao solo a fim de queimá-la. A debulha era feita por muarens previamente encerrados em curral. Acossados por cavaleiros entravam em outra encerra onde pisoteavam as espigas ali espalhadas. O sistema ocasionava grande perda de grãos seja porque nem todos eram liberados, seja porque uma parte ficava perdida no chão do curral¹¹¹.

Colhido, era embalado em surrões de couro a fim de ser exportado. O produto não era de qualidade. Segundo Mawe¹¹² o trigo *se apresenta sempre áspero, com má película e extremamente sujo*. Devido ao acondicionamento o trigo cresta frequentemente nas embarcações, quando exportado.

Paul Singer¹¹³ atribuiu um rápido crescimento a Porto Alegre, nos primeiros vinte anos do século passado impulsionada pelo desenvolvimento do comércio de trigo. Se esse comércio tivesse comandado o crescimento urbano, os resultados seriam muito mais visíveis e notáveis em Rio Grande do que na Capital. O trigo não teve no desenvolvimento de Porto Alegre a importância atribuída pelo autor citado e repetida por outros. Razão teve Pinto da Silva ao apreciar os núcleos urbanos de Rio Pardo, Porto Alegre e Rio Grande¹¹⁴:

¹⁰⁸ RIBEIRO, Orlando. *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa, 1967, p. 57.

¹⁰⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro/Erus, 1987.

¹¹⁰ WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, 1958.

¹¹¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro/Erus, 1987, p. 120.

¹¹² MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*, Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944, p. 297.

¹¹³ SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Nacional, 1977. p. 153.

¹¹⁴ PINTO DA SILVA, João. *A Província de São Pedro*. Porto Alegre: Globo, 1930. p. 48.

Porto Alegre distanciou-se logo, primeiramente de Rio Pardo, em progresso e riqueza. Sobre o Rio Grande, porém, sua vitória foi mais lenta e difícil.

Condições naturais desfavoráveis, escassez de mão-de-obra e métodos atrasados, mesmo para a época, não deveriam e nem poderiam garantir rendimento compensador refletido em produção avultada e excedentes significativos. O colhido, dada as condições existentes, deveria ser muito menos rentável do que o obtido pelo camponês europeu, conseqüentemente, após a guarda do grão destinado a sementes e ao autoconsumo, é de se presumir que pouco deveria sobrar para ser comercializado.

3.5 Dados da produção e da comercialização: a memória não faz cerimônia para trair

As fontes quantitativas, entretanto, revelam-se extremamente otimistas. Antes de apreciá-las, para facilitar o entendimento de seus números não expressos em Sistema Métrico Decimal, pôs-se ao lado de cada quantidade, o correspondente a esse sistema de pesos e medidas. As superfícies das áreas foram convertidas considerando um alqueire, medida de superfície, equivalente a 2,42 hectares e um alqueire, medida de capacidade, correspondente a 27 quilogramas. Desprezou-se as frações de alqueires das medidas originais e arredondou-se os valores das conversões¹¹⁵.

Cotejando tabelas e dados de várias proveniências, fez-se duas constatações: nem sempre os números reproduzem a fonte com fidelidade; Gonçalves Chaves¹¹⁶ é o maior fornecedor de elementos numéricos para as exportações do período estudado e para o estudioso, o grande manancial. Esse autor opinou pela impossibilidade de *produzir algum tratado passável de Estatística da Província em virtude de nos faltarem informações(...)* Antes dele, Luccock¹¹⁷ fez sério reparo aos dados estatísticos conseguidos. Se, mesmo, atualmente, as estatísticas nacionais deixam a desejar, com muito mais razão, as do passado devem ser encaradas com bastante cautela.

As estatísticas disponíveis, podem dificultar comparações, compreensões e mesmo induzir a erros. Isto ocorre em bons trabalhos como os de Gomes do Carmo, Florêncio de Abreu e Silva ou Alfredo Varela entre outros.

Alfredo Varela¹¹⁸ oferece uma tabela com dados do período compreendido entre 1805 e 1820, encimando-a a seguinte frase: *Eis o movimento da produção no primeiro quarto do século.* Nessa tabela aparecem 1805 com 136.825 alqueires; 1813 com 342.081 alqueires e 1816 com 388.000 alqueires. Antes havia escrito:

(...) No começo do século [1805], a exportação montava a 136.825 alqueires e em 1813 subia a 342.081, atingindo a produção total em 1816 a 388.000 alqueires.

¹¹⁵Um alqueire medida de superfície = a 24 200m² ou 2,42ha.

Um alqueire medida de capacidade = 36 l. Um Hl = 75kg. Um l = 0,750g, donde 36 l x 0,750 = 27kg.

O valor do alqueire peso já estava calculado e as tabelas prontas quando o autor localizou em ASSIS BRASIL, João Antônio. *Alguns aspectos da cultura do trigo no Estado do Rio Grande do Sul sob o ponto de vista estatístico*. Porto Alegre: DEEestatística, 1948, p. 102 o seguinte: 1 Hl do melhor trigo pesa cerca de 80 kg e o dos inferiores cerca de 70 kg. Portanto, o adotado nas conversões corresponde à média.

¹¹⁶CHAVES, A. J. Gonçalves. *Memórias economo-políticas sobre administração pública do Brasil*. Porto Alegre: União de Seguros Gerais. 1978, p. 34-35.

¹¹⁷LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Martins, 1942, p. 387.

¹¹⁸ VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*. Pelotas: Echenique & Irmãos, 1897.

Como o Rio Grande não deveria exportar toda a produção, constata-se ou engano em uma das afirmações ou a expressão *movimento de produção* foi usada como sinônimo de exportação. Os dados citados, mesmo não havendo referência à fonte, foram extraídos de Gonçalves Chaves. Só há discordância entre ambos no referente a 1816 que, na origem, totaliza 279.621 e em Varela, 388.000 alqueires e os 109.608 alqueires em 1820 aparecem, em Varela, como 12.968. O último número, nas Memórias Econômico-Políticas, corresponde à exportação de Porto Alegre. Diferenças nada significativas observam-se nas estatísticas dos anos: 1807, 1811, 1813 e 1814. São, muito provavelmente, erros tipográficos.

Paulo Singer¹¹⁹, publica uma tabela sob o título de *EXPORTAÇÃO POR PORTO ALEGRE*. Os dados provêm de Augusto Porto Alegre e somariam o trigo produzido em Porto Alegre, Rio Pardo, Viamão etc. A Tabela foi reproduzida por Elmar Manique da Silva¹²⁰. Singer repete, linhas adiante, que em 1817 *decai a produção(...)* e o dado que expõe encontra-se na sua tabela II. Como compreender essa tabela II? É ela de produção do Rio Grande do Sul ou de exportação da vila de Porto Alegre? Como se verá, não é nem uma coisa nem outra.

Indo à fonte de Singer¹²¹, encontra-se uma tabela com quatro colunas e 13 linhas, sem titulação. O trecho que a antecede inicia-se com o subtítulo *Estatística* e ele segue-se: *Pelo que podemos averiguar a produção de trigo entre nós foi a que consta no quadro abaixo*. A primeira coluna refere-se aos anos de produção (?) a segunda, à produção em alqueires, a seguinte, ao preço por alqueire e a última ao total de cada uma das produções (?). Ela difere da organizada por Singer porque este incluiu na sua tabela, as produções de 1806, 1813, 1814, 1815, e Augusto Porto Alegre, transcreveu-as no texto seguinte à Tabela II. Justificou na indisponibilidade dos respectivos preços a razão para não os incluir na tabela precedente. Acrescentou: *alguns destes algarismos daqui figuram na obra citada de Saint-Hilaire*. Os números de cada coluna da tabela e mais os do texto somam 17 e destes 14 coincidem com os citados pelo sábio francês.

Apreciando os dados de produção (?) das duas primeiras linhas da tabela de Porto Alegre é-se surpreendido pelos anos ali constantes, 1735, 25.192 alqueires (680t) e 1748, 220.299 alqueires (6.000t).

Em 1735, o Continente de S. Pedro mal registrava o estabelecimento das primeiras estâncias no Litoral Norte e a população existente, pelo reduzido número, não deveria praticar a agricultura do trigo. Note-se, ainda, que Rio Grande, o primeiro posto efetivo na terra gaúcha foi fundado dois anos mais tarde.

A produção de 1748 é também citada por Aurélio Porto¹²². Esse total peca, evidentemente, pelo exagero. Não haveria, no Rio Grande do Sul da época, braços para tanto trigo. O próprio Aurélio Porto¹²³ escreveu:

Antes da chegada dos açorianos, em 1744, o P. Strasser (...) nos dá notícia sobre esse assunto: a terra é fértil e produz boa vinha, melões e outros frutos americanos. Mas não se destacam ainda plantações de cereais (não assinalado no original).

Se, em 1744, os cereais não se destacavam, seria preciso um esforço maior do que a

¹¹⁹SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional, 1977. p. 152-151.

¹²⁰SILVA, Elmar Manique da. *Ligações externas da economia gaúcha (1736-1890)*. In: DACANAL, José (org.). *RS: Economia e Política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

¹²¹ PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906, p. 141/142.

¹²²PORTO, Aurélio. *O Trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sta. Teresinha, 1934.

¹²³PORTO, Aurélio. *Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Minuano, 1937.

gente do Rio Grande poderia dar para produzir o que teria sido a quinta maior colheita de trigo registrada no seu território, até 1822.

Olinto Sanmartin¹²⁴ parece ter percebido o exagero ou pretendeu corrigir um erro tipográfico. Sem fazer referência a alguma fonte, transferiu os 220.299 alqueires para o ano de 1778, acrescentando ter sido a colheita opulenta, expressão usada por D. Luís de Vasconcelos ao referir-se à produção de 1784. Seja qual tenha sido o motivo da modificação, Sanmartin não fugiu do engano. Aquele volume teria sido produzido em um ano compreendido entre 1735 e 1748, mas não no solo do Rio Grande. A fonte onde se encontra a informação não se apresenta muito clara. A leitura atenta permite inferir a localização desse trigo na Colônia do Sacramento. Em 1903, Joaquim Gomes de Campos Jr.¹²⁵ escreveu:

*Por carta régia de 5 de agosto de 1748 se permitiu emigração das ilhas para a zona entre o rio São Francisco e o cerro S.Miguel. O preço do trigo na **COLÔNIA**(não destacado no original) era em 1735 de 750 réis(o que confere com o citado por Porto Alegre). Havia quintas, casas nobres, vinhas (...).Havia olarias, moinhos de vento, de água e atafonas. Produziu 220.299 alqueires de trigo, pelo mesmo manuscrito avaliados em 122:745\$100 réis; (...).*

O texto de Campos Jr. é confuso a começar pelo título. No século XVII não existia Rio Grande do Sul português. O domínio luso, situado além do Brasil, era a Colônia do Santíssimo Sacramento. Quando se refere a COLÔNIA, em 1735, não há dúvida a qual colônia indica. Na centena de nomes coligidos por Mariante¹²⁶ como indicativos do Rio Grande do Sul, nenhuma vez aparece a denominação COLÔNIA. Os dois últimos períodos não correspondem a uma descrição do Rio Grande dos fins da primeira metade do século XVIII.

Pela redação de Campos Jr. não se percebe com certeza se a produção é do ano 1748. O autor não diz se o referido, após o primeiro período aqui transcrito, pertence ao mesmo documento. Como não está entre os objetivos deste trabalho, a Colônia do Sacramento não se indagou se tinha meios para produzir cerca de 6.000 toneladas de trigo.

Indo-se à matriz dos dados de Augusto Porto Alegre, Saint-Hilaire¹²⁷, lê-se, antecipando os transcritos, o seguinte período:

*Vou transcrever o extrato dos dados de exportação do **RIO GRANDE**(não destacado no original) durante vários anos, e que me foi fornecido pelo Sr. Chaves.*

Adiante: No ano 1805 exportaram-se do Rio Grande seguindo-se a exportação desse ano a de outros que o sucedem.

Constata-se, portanto, um engano de Porto Alegre e repetido em Singer.

Restou apreciar os totais referentes aos anos 1768 e 1776 que Augusto Porto Alegre, sem mencionar fonte, registrou, respectivamente, como 32.278 e 35.032 alqueires. São números plausíveis tanto para produção como para exportação, pois situam-se dentro dos parâmetros registrados pelo Vice-rei dom Luís de Vasconcelos. Mas, eles trazem

¹²⁴SANMARTIN, Olinto. Aspectos econômicos da velha Porto Alegre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 89, p.126, 1943.

¹²⁵CAMPOS JR., Joaquim Gomes de. Notas para a História do Rio Grande do Sul séculos XVII e XVIII. *Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1903*, Rio Grande, p. 161, 1902.

¹²⁶MARIANTE, Hélio Moro. Toponomástica sul-rio-grandense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, n. 127, 1990.

¹²⁷SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro/Erus, 1987. p. 83-85.

consigo uma interrogação: o Rio Grande, em virtude das condições políticas reinantes, teria capacidade de produzir ou de exportar trigo? Não seriam de exportação devido às dificuldades apresentadas pelo comércio marítimo entre o Rio Grande e o resto do Brasil. Por terra era difícil o transporte de quantidades apreciáveis de trigo ou farinha até Laguna onde poderiam ser embarcadas para outros portos. O Tenente-General Bohem¹²⁸ anotou que uma carreta só podia transportar entre Laguna e o Rio Grande, 80 alqueires e fazer apenas duas viagens por ano.

Baseado em correspondência do militar pode-se dizer da pouca probabilidade da produção ter atingido ao citado por Porto Alegre. Em carta datada de 5 de janeiro de 1776, período em que deveria estar ainda se fazendo a colheita do trigo, registrou notícias vindas de Rio Pardo anunciando a perda de quase toda a colheita dali e *deste lado* (Campo de João da Cunha) as chuvas também causaram prejuízos. Estas duas referências e mais quatro sobre falta de trigo constantes em outras cartas não condizem com a indicação para o ano de 1776.

Florêncio de Abreu¹²⁹ apresentou uma tabela, transcrita por Laytano¹³⁰. Uma das colunas é encimada pelo título Produção e outra Exportação de trigo. Ambas não constituem uma série completa. Exceto o primeiro valor, referente a 1787, os dados de produção coincidem com os de exportação total do Rio Grande do Sul colhidos por Gonçalves Chaves; os de exportação, aos da saída de trigo por Rio Grande.

Em correspondência à Corte lisboeta, datada de 12 de maio de 1788, documento cheio de ensinamentos sobre a triticultura gaúcha, o Vice-Rei Luís de Vasconcelos¹³¹ referindo-se a levantamento da situação tritícola do Rio Grande efetuada quando assumiu o governo, (1779) objetivando elevar a produção, tendo em vista o mercado externo, disse:

(...) o meu primeiro cuidado foi saber qual a produção naquele tempo (...) achei que era muito raro naqueles primeiros anos chegar ao número de 50.000 alqueires de trigo [1.350t] (...) (...) sabendo-se que a produção não costuma exceder de 100.000 alqueires [2.700t](...).

A produção, portanto, apresentou uma variação de 100% em um período de 8 anos. O Vice-rei chamou a atenção para a colheita de 1787 (106.794 alq.) como sendo a de um *ano de rara abundância* e do ano em que escreve, não ter sido bem sucedida *porque sendo muito diminuta a produção por causa das demasiadas chuvas*. Muito cedo a triticultura rio-grandense estava sujeita à ditadura das variações ambientais.

O exame da Tabela 8, preliminarmente, chama a atenção pela exiguidade dos elementos, referem-se a apenas 6 anos quando o período estudado atinge a meio século. Em todas as fontes pesquisadas não se encontrou outros números de produção. A maioria dos autores teceu os seus comentários sobre os valores da exportação. Note-se que a produção registrada nesta Tabela, para o ano de 1787, é pouco maior do que a soma das produções constante na de número 11.

¹²⁸BOEHN, João Henrique. *Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande laquelle je fus chargé par le roi Dom Jozé 1º depuis le décembre de 1774 jusq' à sa fin à l'an de 79 avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio Vice Roi du Brésil*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979. p. 91.

¹²⁹ABREU, Florêncio de. *Aspectos do desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul 1922* p. 265.

¹³⁰LAYTANO, Dante de. *Açorianos e alemães*. Porto Alegre: Globo, 1948, p. 65.

¹³¹CARMO, A. Gomes do. *O Problema nacional da produção do trigo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1911. p. 104.

TABELA 8
Produção gaúcha de trigo

ANO	ALQUEIRES	TONELADAS
1779	< 50 000	< 1350
1780	61.111	1.650
1781	53.897	1.455
1787	106 794	2.883
1816 (1)	400.000	10.800
1822 (2)		3.600

(1) Moraes

(2) Cálculo de Florêncio de Abreu baseado na exportação

Merece especial consideração o produzido em 1816, segundo Moraes e a estimativa de Florêncio de Abreu para 1822. O primeiro autor não indicou a fonte de onde saíram 10.800 toneladas. A exportação, nesse ano, foi alta como revela a Tabela 13, e Varela falou, inclusive em exportação maior, 388.000 alqueires.

Pode-se sentir uma grande oscilação no volume de trigo colhido no Rio Grande do Sul durante o período 1779/1822 e um aumento da área cultivada no primeiro quinto do século passado. O ano de 1822 segundo a maioria dos estudiosos marca a extinção da cultura (1822) mas a estimativa de produção segundo Florêncio de Abreu é 26% superior a 1787, a mais alta do século anterior e considerada, como se viu, **opulenta**.

Em três anos do século atrasado, 1780, 1781 e 1787, tem-se a distribuição geográfica da colheita do trigo que pode ser vista nas tabelas 9, 10 e 11.

TABELA 9
Produção gaúcha de trigo – 1780*

LOCALIDADE	ÁREA CULTIVADA ALQUEIRES **ha		PRODUÇÃO ALQUEIRES **t		REND./HA KG
Vila de S. Pedro	1.126	2.725	12.048	325	119
Estreito (N.R. Grande)	996	2.410	9.790	264	110
S. Luiz de Mostardas	955	2.311	7.629	206	89
S. Amaro e Taquari	645	1.561	6.932	187	120
Vila dos Anjos	585	1.416	—	—	—
Viamão	579	1.401	2.557	69	49
Porto Alegre	463	1.120	10.674	288	257
Santo. Antônio	427	1.033	3.500	95	91
Caí	370	895	1.475	40	44
Rio Pardo	359	869	3.888	105	122
Freguesia Nova	149	360	—	—	—
Jacuí	125	303	—	—	—
Encruzilhada	117	283	2.015	54	192
Conceição da Serra	91	220	—	—	—
TOTAL	**6.990	****16.916	***61.111	****1.650	

* Esta tabela foi organizada com elementos colhidos em Xavier, **Primeiro a agricultura**.

** Na conversão ao Sistema Métrico os valores foram arredondados

*** Valores constantes nas fontes mas não correspondem as somas das colunas que são, respectivamente, 6987 e 60.508.

**** Não corresponde a soma da coluna, sim a conversão do valor original. As somas das conversões são: 16.907ha e 1.633t.

TABELA 10
Produção gaúcha de trigo – 1781*

LOCALIDADE	ÁREA CULTIVADA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO KG/HA
	ALQ.*	ha **	ALQ.*	t **	
S.Pedro e P. Novo	1.089	2.635	8.217	222	84
Estreito do Norte	1.482	3.586	8.753	236	66
Mostardas	1.110	2.686	7.584	205	76
Lombas	659	1.595	5.507	149	93
Cima da Serra	27	65	128	3	53
Viamão	420	1.016	2.994	80	79
Porto Alegre	800	1936	5.125	138	71
Caí	416	1.007	1.562	42	41
Santo Amaro	1.940	4.695	8.142	220	46
Rio Pardo	375	907	3.595	97	107
Jacuí	304	736	1.095	29	40
Encruzilhada	360	871	1.245	33	38
TOTAL	8.982	21.712	53.897	1.455	66

* Fonte: Borges do Carmo, p. 100

** Na conversão os valores foram arredondados

TABELA 11
Produção gaúcha de trigo – 1787 *

LOCALIDADE	PRODUÇÃO	
	Alqueires	t. **
Rio Grande	9.614	259
Povo Novo	7.472	202
Cerro Pelado	8.708	235
Estreito	15.848	428
Mostardas	14.126	381
Porto Alegre	3.316	89
Aldeia dos Anjos	4.534	122
Viamão	6.127	165
Lombas	8.233	222
Caí	6.166	166
Santo Amaro	2.955	80
Taquari	5.884	159
Triunfo	1.901	51
Rio Pardo	4.936	133
Passo do Couto	2.378	64
Cachoeira e Jacuí	2.195	59
Encruzilhada	2.321	63
TOTAL	105.715	2.854

* Fonte: Palweis, Apêndice aos autos do conselho de guerra (...)

** Na conversão para o Sistema Métrico os valores foram arredondados

A apreciação das tabelas mostra a preponderância do Litoral. Em 1780, Rio Grande, Estreito e Mostardas cultivaram 44% da área e produziram 49% do trigo. No ano seguinte, plantaram, pouco menos, 41% do total rio-grandense e colheram 45% da safra. Seis anos após, a produção litorânea, segundo a estatística existente, era de 55,75% não havendo dados para a área cultivada. Rio Grande era o maior plantador e produtor no primeiro daqueles anos, seguido de Porto Alegre com volume cerca de 11% inferior, conseguido em área 41% menor; e rendimento expressivamente mais elevado.

Rio Pardo, porém, obtinha mais grão por hectare. No ano seguinte, a primazia do espaço cultivado pertenceu a Santo Amaro, seguindo-se-lhe Estreito, o maior produtor dessa safra, vindo Santo Amaro atrás de Rio Grande. Porto Alegre tendo plantado o dobro do ano anterior, colheu cerca da metade daquele período.

Antes de se passar ao comentário dos rendimentos por unidade agrária, anote-se que os constantes nas tabelas foram calculados para este trabalho.

Em diversas fontes encontram-se dados sobre rendimentos. Na maioria delas predomina o exagero, o mesmo exagero herdado da Carta de Caminha sobre a uberdade do solo pátrio. Exemplos do afirmado, são os trechos a seguir colhidos. Os três primeiros saíram das *Notas Estatísticas* de autoria de Sebastião Ferreira Soares¹³².

A fertilidade das terras era tal que, sem auxílio de estrume, cada alqueire de trigo semeado produzia, nas regulares colheitas, na razão de 80 a 90 por um e, quando se dizia colheita superior, era efetuada ela na de 100 e mais por um (...) a província foi denominada o celeiro do Brasil;

(...) colheitas então na razão de 35 a 40 alqueires por 1 o que acharam não valer a pena plantar-se, visto estarem habituados os lavradores a colher na razão de 100 por um (...).

A produção de 40 alqueires por 1 foi taxada de miserável! (...) Na Rússia as colheitas superiores não excedem, nem mesmo igualam às que no Rio Grande se taxam de miseráveis; e nos Estados Unidos a produção de trigo é estimada na razão de 20 alqueires por 1;(...).

O Tenente-General Bohen¹³³ assinala que a terra cultivada pelo açoriano *lhe retribui rendosamente o trigo (...) que plantam.*

Marques Fernandes¹³⁴, ao escrever sobre rendimento do trigo assim se expressa: há terras que produzem cinquenta por um; e de ordinário vendem vinte por um.

Sobre rendimentos, diversos autores, ao abordarem o assunto, preferiram argumentar com os de 80 a 100 obtidos por um, considerados elevados e superiores aos do estrangeiro. Entre outros, assim procedem: Alfredo Varela¹³⁵, Florêncio de Abreu e Silva¹³⁶, Aurélio Porto¹³⁷.

É por demais sabido que as melhores condições naturais para a cultura do trigo - a sapiência não é de hoje - encontram-se na Ucrânia, parte integrante do Império Russo, nos séculos atrasado e passado. Ali, conjugam-se, favoravelmente, o clima com as terras negras. Mas, já em 1784¹³⁸, devido à abundância do cereal e o baixo preço, muitos agricultores abandonaram a cultura. Não é plausível que, em paragens gaúchas aonde, atualmente, nem é recomendável o cultivo da gramínea, houvesse maior rendimento do que naquelas terras mesmo que a mão-de-obra ali existente deixasse a desejar. É

¹³² SOARES, Sebastião Ferreira. *Notas Estatísticas* 1860 apud BORGES DO CARMO, op.cit. p. 12.

¹³³ BOEHN, João Henrique. *Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande laquelle je fus chargé par le roi Dom Jozé 1º depuis le décembre de 1774 jusq' à sa fin à l'an de 79 avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio Vice Roi du Brésil*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979.

¹³⁴ MARQUES FERNANDES, Domingos José. *Primeira História gaúcha. Pesquisas História*, Porto Alegre, n. 15, p. 45, 1961.

¹³⁵ VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*. Pelotas: Echenique & Irmãos, 1897.

¹³⁶ ABREU, Florêncio de. *Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul -1822/1922*. *Revista do Arquivo Publico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n.8, 1922.

¹³⁷ PORTO, Aurélio. *O Trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sta.Teresinha, 1934.

¹³⁸ BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 93.

aceitável a afirmativa de abandono de cultura em áreas de 40 por um, correspondendo ao dobro do obtido nos Estados Unidos por se estar acostumado a rendimentos de até 60% superiores? Não se obteve elementos sobre o rendimento americano por há no período 1780/1822, para confirmar os sugeridos 20 por um. Na França, terra de tradicionais cultivadores e solos apropriados, no tempo de Vauban, o rendimento variava de 5 a 5,5 por um e no quinquênio 1820/1825 passara a 7,5 por um¹³⁹. Segundo Braudel¹⁴⁰ eram os seguintes rendimentos: Inglaterra, Irlanda e Países Baixos (1700/1820) >10 x 1; França, Espanha, Itália (1500/1820), 6,3 x 1; Alemanha, Países Escandinavos (1700/1820), 6,4 x 1.

Domingos José Marques Fernandes foi o que mais se aproximou, ou melhor, o que menos exagerou a realidade gaúcha com os seus *de ordinário vendem vinte por um*. Assis Brasil¹⁴¹ observou ser este sistema tradicional de avaliação de rendimento

(...) vicioso porque o número de grãos a colher de cada grão plantado depende da maior ou menor densidade da sementeira.

Braudel¹⁴² permite supor que o camponês europeu do século XVIII plantando, em média, um hectolitro e meio por hectare, média atual de cultivo, com rendimento de cinco por um em ano, sem interferência de fenômenos naturais incomuns, colheria 7,5 hectolitros. Pesando 75 quilogramas o hectolitro, um hectare produziria 563,5 kg. Comparando este rendimento com os das paróquias rio-grandenses, tabelas 7 e 8, estas apresentam resultados muito baixos, longe da euforia já assinalada. Variações difíceis de entender são, por exemplo, a redução de um ano para outro, do rendimento de Porto Alegre ou de Encruzilhada. Porto Alegre aumentou em 42% a área cultivada, entre 1780 e o ano seguinte e o rendimento reduziu-se em 72,37%. Em Encruzilhada a área plantada aumentou cerca de sete vezes e o rendimento decresceu 5. Apenas Viamão destoou, entre todas as freguesias produtoras, apresentando aumento de rendimento, em relação ao ano anterior. As outras sem diminuições tão significativas quanto a da Capital, tiveram-nas apreciáveis. Como só há registro de irregularidade climática em 1788 e como a ferrugem, por muitos considerada culpada pelo destino da cultura, ainda não se fizera sentir, ou não fora anotada até então, resta desconfiar da qualidade das estatísticas. Porto Alegre em 1780, com 257 Kg/ha, rendimento inferior à metade da média europeia, é a paróquia mais destacada quanto aos resultados da lavoura tritícola. No ano seguinte, unicamente Rio Pardo ultrapassou o rendimento de cem quilogramas por hectare.

Saint-Hilaire¹⁴³ nas suas andanças, obteve informações em várias propriedades, sem a generalização das afirmativas anteriores. Anotou que as melhores terras para a cultura surgiam à medida em que se afastava de Rio Grande *onde não se colhe mais de 30 ou quarenta por um*. Na estância de Medano Chico é informado que se obtém de 80 a 100 por um, mas, esta propriedade está situada em terras da Banda Oriental e nem para aí o informe deve ser verdadeiro. Em Toropi Chico, em dezesseis alqueires área foram produzidos 100 alqueires peso. A relação dá pouco mais de seis por um, muito longe de

¹³⁹MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial 1790/1970*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 63.

¹⁴⁰BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 106.

¹⁴¹ASSIS BRASIL, João Antônio. *Alguns aspectos da cultura do trigo no Estado do Rio Grande do Sul sob o ponto de vista estatístico*. Porto Alegre: FEE Estatística, 1948.

¹⁴²BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo - Séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 105.

¹⁴³SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro/Erus, 1987.

20 e mais por unidade e consentâneo com a europeia. Obviamente, Saint-Hilaire escreveu o que lhe informaram e não resultados de sua observação direta.

3.6 O trigo era para ser exportado não para o consumo

Quanto representaria, proporcionalmente ao consumo interno ou à produção, a exportação? Gonçalves Chaves¹⁴⁴ escreveu: *Pode crer-se que o consumo da terra é pouco(...)* a exceção do trigo (...). A apreciação qualitativa nada esclarece. Moraes¹⁴⁵, que quantificou em 400.000 alqueires a produção de 1816, acrescentou terem sido exportados 227.000 alqueires. Esta quantidade corresponde a saída pelo porto de Rio Grande. O total exportado alcançou a 279.621 alqueires (tabela 11). Essa última quantidade equivale a 70% da produção. Seria de 30% o gasto interno equivalendo um consumo aparente per capita anual de 46,200 quilogramas? A única indicação encontrada atribuível a consumo é de Betamio¹⁴⁶, refere-se à quantidade de farinha recebida por autoridades ou militares em 1780.

O fornecimento de munição de boca às tropas consta de pão ou farinha (...) sendo pão dá se para dois dias a cada praça, um pão de toda a farinha, a que se chama de munição com o peso de duas libras e meia depois de cozido: sendo farinha são três quartas de alqueire por mês ou um décimo de quarta por dia a cada praça(...)

As autoridades mais graduadas, segundo a mesma fonte, recebiam ração maior. Ao governador tocava, mensalmente, três alqueires (81 quilogramas), ao Provedor, a metade e a outros contemplados, 3/4 de alqueire (20,25 quilogramas). O rendimento do trigo em farinha, nesse tempo, não deveria ultrapassar a 60%.

Manifestações das Câmaras Municipais localizadas nas atas, revelam a importância dada ao trigo pela autoridade. Em 13 janeiro de 1768, a Câmara de Viamão, em virtude da abundância de trigo que se vão recolhendo, ordenou que o pão de dois vinténs pesasse duas libras e meia e três quartas, o de vintém¹⁴⁷. Dez dias após, sem maiores esclarecimentos, a ata da Câmara registra a publicação de um edital proibindo *que nenhuma pessoa de coalidade* (sic) *que seja*, (sic) sob ameaça de penas, mandar trigo para fora da Capitania.

Não se teria confirmado a abundância ocasionadora do aumento de peso do pão? A resposta está nos editais seguintes. Em março, foram baixados dois, o primeiro, em virtude do encarecimento do trigo, mandava reduzir o peso do pão de dois vinténs para cinco quartas e no outro, sob pena de prisão e confisco, no espaço de trinta dias, todos os possuidores de trigo, lavradores ou outros quaisquer, deveriam *denunciar os alqueires que tiverem a este Senado*. No início de junho, ordenavam-se aos fabricantes de pão, padeiros e outros, que só fizessem os de vintém e não os de dois vinténs, como era hábito. A dança do peso continuou habitando as páginas das atas da Câmara, em anos seguintes, conforme se manifestasse ou a falta de pão ou o excesso de oferta de trigo.

¹⁴⁴CHAVES, A. J. Gonçalves. *Memórias economico-políticas sobre administração pública do Brasil*. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1978. p.291.

¹⁴⁵MORAES, Carlos Dante de. *Figuras e ciclos da História Rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959. p. 99.

¹⁴⁶BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t.21, p. 274, 1858.

¹⁴⁷BOLETIM MUNICIPAL, Porto Alegre, n.8, 1948.

Augusto Porto Alegre¹⁴⁸, interpretou diferentemente a resolução da Câmara, datada de 23 de março. Atribuiu-a à saída de trigo sem o pagamento dos impostos, mas nomeou vários cidadãos presos por violarem a disposição e acrescenta que os 410 alqueires, montante da exportação clandestina, fora distribuídos por 4 padarias da vila **que estavamem falta do artigo**. (Não destacado no original)

A agricultura do trigo, atividade de economia colonial, não pretendia atender consumidores locais. Incentivada pelo Governo luso, o objetivo era a produção de excedentes para satisfação de necessidades de outras áreas da Colônia e de Portugal.

Elementos numéricos sobre a exportação de trigo pelo Rio Grande do Sul são muito mais abundantes do que os referentes à produção. Quanto a suas validades, as incertezas não são menores do que as assinaladas anteriormente e nem as confusões. Gonçalves Chaves¹⁴⁹ de quem procedem, na maior parte das vezes, as estatísticas de exportação citadas pelos estudiosos assim se referiu aos mapas das mesmas:

(...) são fundados em manifestos dos mestres das embarcações, que ocultam alguma carga, seja por capricho, seja por temor de que de suas declarações resulte ao diante algum imposto; (...) e devem crer que ainda os produtos excedem a proporção da exportação que vamos apresentar.

As mais diversas fontes exaltam a importância da exportação de excedentes tritícolas gaúchos. Algumas, levadas por um patriótico entusiasmo, exageraram nas medidas e na fantasia. O Dr. Domingos Francisco dos Santos¹⁵⁰ lembrou algo, segundo ele, esquecido: os Estados Unidos eram dependentes do trigo gaúcho até o início da Revolução Farroupilha. A interrupção causada pela Epopeia levou os americanos ao cultivo do cereal.

Tendo-lhe [E. Unidos] faltado o fornecimento do Rio Grande, tentou essa cultura, [trigo] e com tanta vantagem para si, que quatro anos depois já exportava.

Gonçalves Chaves¹⁵¹ que detalhou as exportações da Fronteira do Rio Grande, entre 1816 e 1822, só registrou para o país do norte envio de couros de boi, de égua e de mula. Varela¹⁵² quando poderia afirmar não ser o Rio Grande não mais exportador de grão, garantiu que em 1823 não se plantava mais trigo na província gaúcha. Em vista da afirmativa, é de se perguntar como ficaram os americanos do Dr. Santos...

Santa-Anna Nery¹⁵³, no ano da proclamação da República, escrevia, em francês, sobre a antiguidade da cultura do trigo no Rio Grande e registrava exportação do cereal para o Rio de Janeiro e para Cuba, antes de 1830. Acertando no que tange a velha capital, parece ter trocado o produto exportado para a Ilha. Não seria carne seca constante em tabelas de exportação de Gonçalves Chaves?

Fortunato Pimentel¹⁵⁴, sem esclarecer tratar-se do Rio Grande do Sul ou do Brasil, informou:

¹⁴⁸ PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906. p. 139.

¹⁴⁹ CHAVES, A. J. Gonçalves. *Memórias economo-políticas sobre administração pública do Brasil*. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1978. p. 133.

¹⁵⁰ SANTOS, Domingos Francisco dos. *Cultura do trigo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1894. p. 18.

¹⁵¹ CHAVES, A. J. Gonçalves. *Memórias economo-políticas sobre administração pública do Brasil*. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1978, p. 144-145.

¹⁵² VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*. Pelotas: Echenique & Irmãos, 1897. p. 438.

¹⁵³ SANTA-ANNA NERY, M.F. J. de. *Le Brésil en 1889*. Paris: Charles Delagrave, 1889. p.265.

¹⁵⁴ PIMENTEL, Fortunato. *O Rio Grande do Sul e suas riquezas*, Porto Alegre: Continente, 1944. p. 271.

Época houve, aliás, em que exportamos trigo para os Estados Unidos, as Repúblicas do Prata, e mesmo para alguns países da Europa.

Certa é a saída de trigo do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro onde poderia ser redistribuído a outras capitanias e esporadicamente para Portugal. Para os Estados Unidos, já então exportador de destaque, isto não deve ter ocorrido.

Antes da última década do século XVIII, pouco significado tinha na economia rio-grandense a exportação de trigo. Bohen¹⁵⁵ em 1774, referindo-se ao comércio da Capitania, salientou a remessa dos couros e quanto ao trigo (...) *que saem deste continente é muito pouca coisa.*

A intenção de abastecer outras terras constou das preocupações do Vice-rei Dom Luís de Vasconcelos e Souza¹⁵⁶, em carta enviada à Corte, em 1787, apreciou a ordem de facilitar a negociantes lusos a pretensão de adquirir dois navios de trigo e farinha rio-grandenses para abastecer a Metrópole. O Vice-rei, sem se opor à compra, demonstrou a inexistência de excedentes. Quando de sua chegada ao Brasil, (1779) interessou-se e recolheu subsídios sobre a triticultura que, apesar das possibilidades não produzia 50.000 alqueires. Além de incentivar colonos ilhéus e refugiados da Colônia do Sacramento à produzirem trigo, achou de bom alvitre não pôr em prática o seu projeto de exportação para portos brasileiros naquele momento, mas sim, quando realmente houvesse excedentes a fim de evitar o encontro de trigo rio-grandense com o proveniente de Lisboa, nos referidos portos. Na data da carta, segundo o missivista, (12/05/1788) a produção não permitiria exportação para a Europa. A exportação, ainda segundo Dom Luís de Vasconcelos, requeria um excedente que o aumento da produção não ocasionara em virtude do crescimento mesmo reduzido da população, e além disto a falta de importações pelo Rio Grande do Sul encarecia o frete do trigo. No ofício que acompanhou a passagem do governo ao seu sucessor, Dom Luís de Vasconcelos, reiterou a preocupação e o incentivo que deu à cultura do trigo, desde a sua posse no governo, visando o fornecimento do sobejo a Portugal. Em um trecho, lê-se¹⁵⁷:

Mas não tendo sido possível completar-se este objeto, por não terem as colheitas correspondido às minhas esperanças, mais do que em serem mais felizes em alguns anos, pareceu entretanto impraticável adiantar um só passo, que dependia de outras sólidas seguranças que ainda se representavam muito remotas.

Retomando a pretensão de compradores portugueses (já referida) em adquirir trigo gaúcho, apoiada em uma pequena remessa feita a Lisboa em 1787, escreveu ter resultado em encarecimento do produto por **falta de trigos**. Não houve, portanto, em boa parte do século XVIII, colheitas expressivas capazes de alimentar comércio exterior, apesar da produção haver dobrado (Tabela 8). Os excedentes eram enviados a outras capitanias, em especial ao Rio de Janeiro onde parte do cereal seria redistribuído.

Fontes contemporâneas do período 1780/1822 noticiam exportação de trigo da Capitania. Uma carta de Rafael Pinto Bandeira¹⁵⁸ respondendo à solicitação do

¹⁵⁵BOHEN, João Henrique. *Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande laquelle je fus chargé par le roi Dom Jozé I^o depuis le décembre de 1774 jusq' à sa fin à l'an de 79 avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio Vice Roi du Brésil*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979. p. 24

¹⁵⁶PAUWELS, Geraldo José. Autos principais do Conselho de Guerra a que foi submetido Rafael Pinto Bandeira. *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 23, p. 507, 1930.

¹⁵⁷VASCONCELOS E SOUZA, Luiz de. Relatório apresentado ao governo de Lisboa pelo vice-rei (...) em outubro de 1784, sobre o Rio Grande do Sul. *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, 1929.

¹⁵⁸PINTO BANDEIRA, Rafael. Capitania do Rio de Janeiro, Correspondência..., 1902, p. 266-267.

Vice-rei D. Luís de Vasconcelos contém os elementos formadores da Tabela 12. No século passado, Saint-Hilaire publicou dados fornecidos por Gonçalves Chaves contendo as saídas de trigo pelo porto do Rio Grande. O charqueador pelotense, nas *Memórias Economo-Políticas*, divulgou estatísticas das exportações de Rio Grande e de Porto Alegre correspondentes a uma quinzena de anos. Constituem as colunas da Tabela 13.

Luccock¹⁵⁹, comerciante inglês que viveu no Brasil durante dez anos (1808/1818) registrou, confusas tabelas denominadas *Tábuas de Comércio*. Em uma delas consta a saída de farinha, presumivelmente de trigo.

Spix e Martius¹⁶⁰, que estiveram no Brasil entre 1817 e 1820, anotaram receber o Rio de Janeiro, farinha de trigo vinda do Rio Grande do Sul cujas exportações de trigo, fornecidas *pelo nosso amigo F. Schmmelbusch, de Solingen* que morou muitos anos no Brasil, não passou, em 1816, de 279.621 alqueires; em 1817, 133.359 e em 1818, 76.396 alqueires. Esses algarismos coincidem com os constantes na sexta coluna da Tabela 13. O Senador José Saturnino Costa Pereira¹⁶¹, em 1849, utilizou as mesmas fontes de Gonçalves Chaves, mas citou apenas os totais de exportação da Província. Há, entre ambos, uma diferença sem maior significação nos dados referentes aos anos 1811 e 1813. Apenas uma discordância importante, o Senador atribuiu um valor à exportação total de 1820 que Chaves anotou como sendo a de Porto Alegre.

Estudiosos mais modernos, ao analisarem o comércio gaúcho de trigo do período colonial, buscaram os dados numéricos nos autores citados, principalmente em Gonçalves Chaves.

TABELA 12
Exportação gaúcha de Trigo – 1790/1793*

ANO	ALQUEIRES	TONELADAS	ARROBAS	TONELADAS
1790	73.044	1.972	–	–
1791	107.298	2.897	3.313	50
1792	109.738	2.963	2.606	39
1793	85.854	2.318	1.017	15

(*) Tabela organ. segundo dados de Rafael Pinto Bandeira (Correspondência de várias autoridades)

¹⁵⁹LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Martins, 1942.

¹⁶⁰SPIX, J. B. Von, MARTIUS, C.T.P. Von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 167.

¹⁶¹PEREIRA, José Saturnino da Costa. Instruções sobre o porto do Rio Grande do Sul. In: *Obras do Porto e Barra do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Federação, 1924. p.152.

TABELA 13
Exportação gaúcha de Trigo* 1805/1820

ANO	P/PORTO DE PORTO ALEGRE		P/PORTO DE R. GRANDE		TOTAL EXPORTADO		EXPORT. P/ R. GRANDE
	ALQUEIRES	TON.	ALQUEIRES	Ton.	ALQUEIRES	Ton.	% EXPORT.
1805	41.764	1.128	95.061	2.567	136.825	3.694	69,49
1806	24.892	672	62.836	1.697	87.755	2.369	71,63
1807	47.040	1.270	93.298	2.519	140.338	3.789	66,48
1808	80.283	2.167	177.025	4.780	257.308	6.947	68,79
1809	45.390	1.225	108.648	2.933	154.038	4.158	70,53
1810	46.562	1.257	143.983	3.887	190.545	5.144	75,56
1811	53.263	1.438	152.271	4.111	205.534	5.549	74,08
1812	62.743	1.694	151.185	4.081	213.928	5.775	70,67
1813	84.745	2.288	257.342	6.948	342.087	7.176	96,71
1814	58.423	1.577	211.926	5.722	270.349	7.299	79,16
1815	32.665	882	255.782	6.906	288.447	7.788	53,78
1816	52.640	1.421	226.981	6.128	279.621	7.549	81,17
1817	23.913	645	109.446	2.995	133.359	3.641	82,25
1818	2.158	571	55.237	1.491	76.395	2.062	72,30
1819	9.324	251	112.218	3.030	121.542	3.281	92,37
1820	12.968	350	96.640	2.069	109.608	2.419	85,53

* Tabela organizada com dados colhidos em Gonçalves Chaves

Oliveira Lima¹⁶², registrou reexportação de farinha de trigo gaúcha pelo porto do Rio de Janeiro.

A Tabela 13 mostra uma grande oscilação nas exportações entre os dois primeiros e entre os dois últimos anos. Há um aumento da quantidade de trigo expedida, entre 1790 e 1791, de 32%. Nos dois anos seguintes a exportação conservou-se quase a mesma, apenas uma diferença de 2,3% mas em 1793, a Capitania teria exportado menos 22% do que no ano precedente. Como se sabe que as exportações dirigiam-se, principalmente, para o Rio de Janeiro, a comparação desta Tabela com a de número 14 mostra uma tendência de decréscimo das exportações nos fins do século. Ademais, as quantidades exportadas não avultam.

A Tabela 13 não chama a atenção por encerrar grandes totais anuais de exportação. Em nenhum ano a remessa para fora da Capitania alcançou 8 000 toneladas. Dentro da realidade de então, o ano de 1808 foi o primeiro a atingir uma exportação destacada cujos valores caíram no triênio seguinte. Ao quadriênio 1813/1816 corresponde o período áureo com 39% das 31.873 toneladas negociadas para fora do Rio Grande do Sul, entre 1805 e 1820. Ao porto do Rio Grande coube a supremacia nos embarques de trigo. O ano em que menos volume em relação ao total lhe tocou foi o de 1806, com 66%. A partir de 1809, a Cidade Marítima nunca exportou menos de 70% do trigo remetido pelo Rio Grande do Sul, atingindo o máximo em 1819 com 92% do total.

Gomes do Carmo apresenta uma tabela, transcrita a seguir, com dados por ele obtidos no *Livro de lançar as entradas das embarcações nesta cidade do Rio de Janeiro* que apresenta discrepâncias quando comparada com a tabela anterior.

¹⁶² OLIVEIRA LIMA, Manoel. D. João VI no Brasil. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1908, p. 376.

TABELA 14
Exportação do trigo pela Fronteira do Rio Grande*1816/1822

Destino	1816		1817		1818		1819		1820		1821		1822	
	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.	ALQ.	TON.
R/Janeiro	224.958	6.074	102.409	2.756	54.792	1.479	110.254	2.977	98.002	2.646	118.762	3.207	37.362	1.009
Sta. Catarina	2.023	55	1.503	41	445	12	751	20	160	4				
Bahia			141	4										
Pernambuco			4.093	110			1.112	30	1.200	32				
Campos			100	3										
Montevideu			1.200	32			100	3	284	8				
TOTAL	226.981	6.128	109.446	2.955	55.237	1.491	112.218	3.030	99.646	2.690	118.762	3.207	37.362	1.009

* Fonte: Gonçalves Chaves

Comparando-se as três últimas tabelas, a exportação pela Fronteira do Rio Grande, (Tabela 14) corresponde ao detalhamento das exportações feitas pelo Porto do Rio Grande, entre 1816 e 1822. Os seus totais repetem os do mesmo período, registrados pela Tabela 13. Não se observa a coincidência entre os referentes ao Rio de Janeiro e os da Tabela 15 que deveriam ser os iguais. Se as diferenças apresentadas para os anos 1816 e 1821 são pequenas, respectivamente 1,5% e 6% mais elevados nos elementos fornecidos por Gonçalves Chaves, o mesmo não ocorre com os recebimentos de 1819, 1820 e 1822 quando as diferenças favorecem os dados de Gonçalves Chaves em 37%, 16% e 81%. Somente em 1817, as entradas no Rio de Janeiro apresentam, sobre os coligidos no Rio Grande um acréscimo de 18%.

TABELA 15
Exportação gaúcha de trigo para o Rio de Janeiro* – 1793/1807

ANO	ALQUEIRES	TONELADAS	ANO	ALQUEIRES	TONELADAS
1793	8.040*	217	1808	200.859	5.423
1794	43.140	1.164	1809	126.069	3.404
1795	12.878	347	1810	140.139	3.784
1796	13.436	362	1811	135.059	3.646
1797	16.810	453	1812	94.673	2.556
1798	13.028	351	1813	304.158	8.212
1799	22.072	595	1814	265.364	7.164
1800	58.726	1.585	1815	205.364	5.545
1801	61.416	1.658	1816	221.745	5.987
1802	76.914	2.077	1817	120.591	3.256
1803	96.024	2.593	1818		
1804	76.097	2.055	1819	80.444	2.172
1805	71.971	1943	1820	84.129	2.172
1806	13.999	377	1821	111.857	3.020
1807	133.256	3.598	1822	20.623	5.568

*- Fonte: Gomes do Carmo

Para 1818, enquanto Gonçalves Chaves¹⁶³ constatou uma exportação para a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve de 54.792 alqueires, o livro que documentaria o recebimento não acusa entrada de trigo rio-grandense.

¹⁶³CHAVES, A. J. Gonçalves. *Memórias economo-políticas sobre administração pública do Brasil*. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1978.

Gomes do Carmo¹⁶⁴ transcreveu, da fonte citada, o destino do trigo e de farinha saídos do Rio Grande em 1807 e remetidos do Rio de Janeiro a outros destinos. Marques Fernandes¹⁶⁵, em 1804, observava que para o Rio de Janeiro o trigo ia em grão e para a Bahia, em farinha, o que a tabela 16 não confirma.

A comparação dos totais para 1807, nas tabelas 15 e 16, que procedem da mesma fonte, segundo o autor aonde se os colheu, mostra ter saído do Rio de Janeiro, mais trigo do que proveio do Sul. Fica-se sem resposta para o abastecimento daquela Capitania a menos que se admita entrada de trigo estrangeiro. Sem se ter outros elementos de exportação para o Reino, registra-se o envio de uma quantidade relativamente expressiva para lá em um ano trágico na vida política da Metrópole.

TABELA 16
***Reexportação de Trigo Gaúcho pelo Rio de Janeiro* – 1807**

DESTINO	TRIGO		FARINHA	
	ALQUEIRES	TONELADAS	ARROBAS	TONELADAS
Bahia	4.941	133	2.675	40
Pernambuco	722	19	330	5
Sta. Catarina	1.522	41		
LISBOA	132.795	3.585		
TOTAL	139.980	3.780	3.005	45

*Fonte: Borges do Carmo

3.7 Na importação os Estados Unidos continuava com a parte do leão

Se, geralmente, os estudos enfatizam a exportação do trigo gaúcho para portos nacionais e eventualmente para Lisboa, o Rio Grande não se viu excluído da importação do cereal. Não considerando as primitivas entradas de trigo para semente ou para manutenção dos integrantes do contingente que acompanhou Silva Paes ou a citada, durante o governo de Dom Francisco de Sousa, outras vieram de procedências diversas. É possível distinguir, genericamente, a partir da segunda metade do século XVIII, trigos ou farinhas vindas do Império Português (Metrópole ou Ilhas) reembarcados do Rio de Janeiro para o Rio Grande, às vezes via Santa Catarina, e o cereal industrializado ou não, entrado do estrangeiro, muitas vezes diretamente.

Esses trigos e farinhas carecem de dados numéricos possibilitadores de uma melhor avaliação anual de sua importância e influência sobre a produção da Capitania del Rei.

As importações, a priori, poderiam ser consideradas como complementos às insuficiências da produção local mas a reflexão vai esbarrar, em muitas oportunidades, com o cruzamento de barcos carregados de trigos ou farinhas saindo e entrando à barra como se fosse uma variante antiga do "passeio do trigo". A sua existência também acusa a precariedade de conclusões feitas sobre a produção rio-grandense, baseadas na evolução da exportação.

A diferença de proveniências obedeceu à orientação econômica diversa. Enquanto

¹⁶⁴ CARMO, A. Gomes. *O Problema nacional da produção do trigo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1911.

¹⁶⁵ MARQUES FERNANDES, Domingos José. *Primeira História gaúcha. Pesquisas História, Porto Alegre*, n. 15, p. 46, 1961.

as importações de terras bragantinas não mexiam com a economia mercantilista em que se apoiava o Reino - o trigo vicejara em seus territórios ou provinha do porto de Lisboa - o mesmo não ocorria com os fornecimentos originários de outras nações, pelo menos até a abertura dos portos.

No período conturbado da reconquista do porto do Rio Grande e arredores, as tropas portuguesas eram abastecidas com farinha de trigo ou trigo vindos do Rio de Janeiro. Da correspondência do General Bohen¹⁶⁶, comandante dos exércitos lusos selecionou-se, algumas das muitas passagens referentes ao assunto.

Na carta de 6 de março de 1775 salientou não ter entrado em Rio Grande nenhuma escuna com farinha acrescentando terem as farinhas de Laguna sido distribuídas para as tropas, no caminho. Em 5 de janeiro do ano seguinte, manifestou, outra vez, que grande parte das sumacas chegadas a Rio Grande não trouxeram farinha cujas necessidades para satisfação da tropa e dos índios trabalhadores eram de cerca de três mil alqueires ou 81t mensais. Rebateu, no mesmo documento, a sugestão do Vice-rei que alvitrava a vinda de farinha por Laguna, pela impossibilidade de transportar tanta mercadoria por terra. Em 22 de junho de 1777 repetiu solicitação de farinha ao Vice-rei e em 31 do mês seguinte, em outra carta, registrou não ter notícias sobre farinha. Em 22 de abril de 1788 mandou dizer que a farinha entrada satisfaria o consumo até o mês de maio. No último dia deste mês, a carta anunciou falta de farinha para junho. A sumaca do Mestre Joaquim Antônio, quase ao findar desse mês trouxe 1600 alqueires (43t) de farinha que é acusada ao Vice-rei vinte e quatro dias depois. Há outros registros semelhantes. O consumo da tropa, conforme está escrito na carta de 5 de janeiro de 1776 era de cerca de 5 000 alqueires ou 133t por mês.

A importação continuou no ano de 1779. Em carta ao Vice-rei, datada de 7 de maio de 1779, consta ter o Governador José Marcelino de Figueiredo¹⁶⁷, mandado dois barcos buscarem farinha no Rio de Janeiro.

O estudo das importações de trigo e derivados provenientes de fora do Reino, comporta dois períodos distintos, um antecedente e outro posterior à abertura dos portos do Brasil, o primeiro enquadrando-se no contrabando. Do último, conseguiu-se os registros seguintes, mas outros, provavelmente, antecederam-nos.

Em Luccock¹⁶⁸, na Tábua de Comércio número um, parte um, Cabotagem do Rio para o Sul consta entrada de farinha de trigo. Infelizmente, não há quantificação dos produtos. A farinha de trigo seria, provavelmente, oriunda da Inglaterra, pois, falando de importações, o inglês refere-se a (...) *charutos do Paraguai, farinha de trigo, biscoito e louça inglesa*.

A partir de 1816, há registros quantitativos de entrada de trigo ou de farinha de trigo em Rio Grande, porto por onde saía a maior parte da exportação do cereal gaúcho. Gonçalves Chaves, a única fonte, das pesquisadas, com essas informações, nem sempre é muito claro. Na parte aonde são detalhadas as importações do porto do Rio Grande, verificam-se entradas de farinha de trigo, farinha, farinha de guerra e farinha de mandioca. Se as farinhas qualificadas não deixam dúvida sobre a matéria-prima, o mesmo não se pode dizer, genericamente, das que comparecem desacompanhadas àquelas páginas. Quando há entrada de farinha proveniente de países temperados, obviamente, trata-se de farinha de trigo. Há, inclusive, uma tabela em que o autor

¹⁶⁶BOEHN, João Henrique. *Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande laquelle je fus chargé par le roi Dom Jozé I^o depuis le décembre de 1774 jusq' à sa fin à l'an de 79 avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio Vice Roi du Brésil*. Rio de Janeiro: IHGB/IGHMB, 1979, p. 43; p. 90; p. 174; p.175; p. 201; p.207

¹⁶⁷FIGUEIREDO, José Marcelino de. *Carta ao Vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza*, de 7 de maio de 1799.

¹⁶⁸LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Martins, 1942. p. 405.

relacionou por ano, entre 1816 e 1822, as entradas de farinha que se deixa de citar pela dificuldade de particularizar a sua origem.

Posteriormente a 1808, sem se poder precisar o ano em que se iniciou a importação de trigo ou derivados na última fonte, aprende-se que em 1816 entraram, provenientes de Santa Catarina, 1.300 alqueires de trigo espanhol (sic). Em 1818, chegaram, do Rio de Janeiro, que recebera, neste mesmo ano, trigo gaúcho, farinha de trigo que o autor não quantificou, de Boston, 894 arrobas não qualificadas e de Bristol, 2.520 arrobas de farinha de trigo. No ano seguinte, aportaram, de Richmond, 2.605 alqueires de trigo, de Salem e de Boston, farinha de trigo não quantificada e 2.400 arrobas de farinha de Nova Iorque. Em 1820, Rio de Janeiro e Paranaguá remeteram a Rio Grande, farinha de trigo. Coincidem as importações com o declínio das exportações.

3.8 O contrabando, que gozou da aceitação geral

O contrabando influenciou tanto o comércio como a exportação do trigo rio-gandense. Há carência de elementos quantitativos que dêem uma ideia da grandeza do fenômeno. Corruptora do funcionalismo, a prática, refletiu-se obviamente na documentação e a ausência desta, na História.

O comércio ilegal ou contrabando, um produto de irrealidade econômica, como tal é de difícil, para não dizer impossível, extirpação.

A concorrência proibida, em virtude de concessões a privilegiados, despertava a cobiça dos excluídos. Os contrabandistas deveriam pesar os riscos do empreendimento, onde não estavam descartados prisão e confisco e a competitividade acompanhada de lucros apreciáveis.

O contrabando vicejou no Império Luso com todas as maléficas influências decorrentes desta prática ilegal. Em Portugal, segundo Oliveira Lima¹⁶⁹:

(...) acoutavam-se nos palácios da fidalguia ninhos de contrabandistas que eram os próprios criados da casa, por vezes partilhando os amos dos seus ganhos ilícitos.

O comércio ilegal não foi uma peculiaridade do Império Luso, mas sim, uma decorrência da economia vigente. Contraditoriamente, os Estados tentavam puni-lo nas terras sob suas respectivas bandeiras, sem deixar, porém, de incentivá-lo nas fronteiras alheias.

As prerrogativas dos negociantes castelhanos e os portos de permissão exclusiva de comércio na América Espanhola, desde muito cedo, desencadearam os apetites dos concorrentes. As terras do Prata, excêntricas aos portos caribenhos, tornaram-se alvos prediletos do comércio ilegal onde os lusos como já houve referência, ao tempo da união das Coroas, estiveram presentes. Bem antes da fundação da Colônia do Santíssimo Sacramento, o contrabando percorria as rotas portuguesas como se pode constatar, entre outros autores, em diversas citações, em Salvador¹⁷⁰.

No sistema colonial português a Metrópole e suas colônias formavam uma unidade comercial concentrando os artigos de exportação destinados ao mercado europeu no porto de Lisboa. Ingleses, franceses, holandeses e outros vinham buscar as

¹⁶⁹ OLIVEIRA LIMA, Manoel. D. João VI no Brasil. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1908. p. 411-412.

¹⁷⁰ SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira/MEC, 1978.

mercadorias de seu interesse e deixar, em troca, as exigidas pelo comércio luso. A diferença entre as permutas, sempre desfavoráveis a Portugal, compensavam-se com ouro brasileiro. Lisboa acumulava as sedes do comércio do império ultramarino e do contrabando, em especial o do metal amarelo. Outro foco de comércio ilegal, também ali tinha a sua matriz, sob o benevolente olhar da Coroa. Era praticado pelos aliados ingleses com a América Espanhola. É deveras significativo este trecho de Olga Pantaleão¹⁷¹:

Para o exercício das suas atividades comerciais os navios ingleses saíam dos portos de sua pátria, Londres, Bristol, Liverpool e outros e dirigiam-se para Lisboa a fim de se reunirem as frotas portuguesas que vinham para o Brasil ou navegavam diretamente para o Rio de Janeiro; daí seguiam para a Colônia do Sacramento, empório do tráfico e contrabando do Rio da Prata.

Em 1769, a situação da economia portuguesa provavelmente não mais permitisse a liberalidade citada. Carta de Pombal¹⁷², datada de Abril daquele ano, ao Marquês do Lavradio instruía sobre o controle do contrabando em portos brasileiros, levado a efeito por navios mercantes e de guerra estrangeiros.

O contrabando gozou de aceitação geral no Continente de São Pedro.

A fundação do Rio Grande justificada como uma exigência militar em apoio à posse da Colônia do Sacramento, não deixou de despertar a cobiça de comerciantes do Rio de Janeiro. Deslocaram-se para lá atraídos pelas perspectivas de lucrativos negócios em virtude da proximidade platina, como muito bem acentuou Queiroz¹⁷³. Segundo a autora, não pretenderam se fixar na terra todos os vindos em 1737. No ano seguinte, estavam estabelecidos no porto marítimo da Capitania doze comerciantes, número excessivo para um presídio recém-fundado. A conquista da Colônia pelos espanhóis e o povoamento do Rio Grande, segundo Oliveira Lima¹⁷⁴, modificou a rota do contrabando, tornando-o terrestre. Rio Grande, mesmo contando com os inconvenientes apresentados pela barra, seria o ponto de concentração do comércio ilícito.

Sebastião da Veiga Cabral¹⁷⁵ salientou que os malfeitores obtêm particular agasalho e inclui no rol dos criminosos o contrabandista. O ato ilícito conseguia, inclusive, justificativas, como:

de enriquecer o povo, aumentar os direitos do soberano e fazer intrépidos e práticos do país aqueles sujeitos que se empregam no referido tráfico.

O rio-grandense, confiável nos negócios particulares, não agia da mesma forma em relação à Coroa. O contrabando era perfeitamente aceito pela população, nele não vendo nada de ilícito.

Para Oliveira Lima¹⁷⁶:

¹⁷¹MACEDO, Jorge. Portugal e a economia pombalina: temas e hipóteses. *Revista de História*, São Paulo, n. 19, 1954.

¹⁷² POMBAL Carta ao Marquês do Lavradio

¹⁷³QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: FURGS, 1987. p. 63.

¹⁷⁴OLIVEIRA LIMA, Manoel. D. *João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1908..

¹⁷⁵CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga Cabral da. Reflexões sobre o estado actual do Continente do Rio Grande de S. Pedro 1783. *Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 252/253, 1877.

¹⁷⁶ OLIVEIRA LIMA, Manoel. op. cit., p. 125.

Ser contrabandista era, por isso, uma aspiração vulgar, a qual satisfazia, outrossim, a vaga disposição errática própria da gente que, de bom grado, fugia ao trabalho regular.

Descontado o evidente exagero do historiador, pode-se dizer que o contrabando não se constituiu em atividade malvista nas terras do Rio Grande do Sul. A literatura regional, inclusive, registrou como contrabandistas figuras do bem.

Millau¹⁷⁷, um dos geógrafos espanhóis encarregados de estabelecer a fronteira decorrente do Tratado de 1750, descreveu, em 1774, o comércio ilegal entre a Colônia do Sacramento e possessões castelhanas do Rio da Prata. Em uma passagem informou trocaram, os portugueses, aguardente, fumo do Brasil e outras mercadorias por

couros, trigo, sebo e graxas que são os benefícios de maior estima por carecerem inteiramente deles.

Pelos gêneros vendidos, os buenaienses, segundo o autor, obtinham duas, no mínimo, e três vezes mais do que o valor obtido na área de produção. Esse trigo seguia em navios para os portos do Rio de Janeiro.

Em 1784, o Vice-rei Dom Luís de Vasconcelos, em relatório apresentado em Lisboa, falando sobre a prática ilícita disse, ser a primeira vista, impraticável a repressão:

(...) por ter o vício e o abuso feito entre si uma ligação inseparável que faz quase impossível qualquer providência que parece necessária a este respeito.

Rio Grande, nos últimos anos do século XVIII, teve concorrência de contrabandistas, súditos espanhóis ou portugueses, que passaram a fazer diretamente seus negócios entre o Prata eo Rio de Janeiro. Uma chorosa petição enviada, por interessados do Rio Grande, a D. Luís de Vasconcelos em 1799, (documento transcrito por Gomes do Carmo, op. cit p. 110/15) assinada por 111 nomes de armadores, lavradores e comerciantes, relatou as vicissitudes por que passaram os embarcações sofrendores da *concorrência desleal*, nos últimos três anos, principalmente em 1798 e no ano da petição. Carga para 70 navios, que poderiam fazer duas viagens redondas por ano, ocupando de 800 a 1.000 súditos, com capacidade para transportar, entre outros produtos, 100 000 alqueires de trigo, estavam sendo prejudicados por maus súditos e por espanhóis praticantes de comércio clandestino. Entre as nefastas consequências, *obrigam os lavradores a lançar fora metade dos frutos que lhes fez recolher o seu suor e fátiga(...)*. Considerando-se as reclamações verdadeiras, como responder a interrogação que impõem as exportações feitas para o Rio de Janeiro durante os vinte dois anos seguintes? (Tabela 13) A concorrência desleal seria com a produção da terra ou esta, acrescida de uma contribuição ilegal platina, lutava contra o comércio direto Prata-Rio de Janeiro? Na correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama, existente no Arquivo Histórico do Estado, não são raras as referências à matéria. Em carta ao Visconde de Anadia, datada de 18 de fevereiro de 1803, logo após tomar posse na Capitania, aborda o assunto, escrevendo:

a grande porção de fazendas de contrabando que entra pela barra desta capitania vindos de outros portos da América ou recebidos no mar(...)

¹⁷⁷MILLAU, Francisco. *Descripcion de la provincia del Rio de la Plata* (1772). Buenos Aires: Espasa Calpe, 1947, p. 114.

O termo *fazendas*, da citação, tem sentido mais amplo do que atualmente se lhe dá, refere-se a mercadorias.

Alguns meses após, (correspondência nº10), 25 de julho de 1803, o governador refere-se especificamente ao contrabando, entre outros artigos, de farinha de trigo, vinda de Montevideu, obtida com dinheiro do tráfico de escravos naquele local¹⁷⁸:

(...) carregando em retribuição (...) carnes, couros, farinha de trigo, sebo e graxas que conduzem aos nossos portos onde se vendem (...) por um preço diminuto em atenção aos ganhos que tiveram na escravatura(»).

Ainda, na mesma correspondência, mais adiante, o governador volta a falar do assunto e especifica, entre os artigos contrabandeados, o trigo vindo, ou de Montevideu, ou de Buenos Aires.

Beneficiário do comércio ilegal era o porto do Rio Grande, coincidentemente, porta de saída da maior parte do trigo exportado pela Capitania.

Em carta de 30 de março de 1805, dirigida ao Vice-rei Dom Luís de Vasconcelos, sobre a pretensão dos comerciantes a respeito do estabelecimento da alfândega de Rio Grande, assim se expressou o governador¹⁷⁹:

(...) A instituição da alfândega só lhes verdadeiramente pode ser nociva por verem que fica estragada e proibida a ruínosa introdução de fazendas de contrabando.

A oposição dos comerciantes à criação da alfândega, diante do panorama rapidamente gizado, dispensa comentários.

O trigo não estava entre os produtos de maior importância comercializados na Capitania sulina, no período colonial. O seu papel na alimentação brasileira, como já se viu, não era destacado. Diante da extensão do contrabando platino, mesmo com as poucas referências específicas, não é de se perguntar e responder afirmativamente ter o mesmo contribuído para o volume da exportação gaúcha de trigo?

3.9 A logística de transporte naqueles ermos

O escoamento da produção de trigo deveria ressentir-se da viação e da navegação existentes da Capitania. Os caminhos terrestres não passavam de simples pistas demarcadas pelas patas das alimárias e pelas rodas das carretas. O traçado seguia as linhas que menor esforço exigissem dos animais de tiro. Na medida do possível eram evitados os terrenos íngremes, florestas, cursos d'água e outros estorvos apresentados pela natureza. O inverno era o grande inimigo dos deslocamentos terrestres, as chuvas isolavam grandes extensões e interrompiam o trânsito das carretas. O fim da estação chuvosa era um verdadeiro renascer da viação. Saldanha¹⁸⁰, no seu *Diário Resumido*, dá uma bela descrição. As carretas de duas rodas puxadas por várias juntas de bois¹⁸¹, que, vagarosamente, percorriam as sendas, são descritas por Roscio¹⁸² no seu *Compêndio*

¹⁷⁸ GAMA, Paulo José da Silva. *Carta ao Visconde de Anadia de 18/02/1803*. AHERGS.

¹⁷⁹ GAMA, Paulo José da Silva. *Carta a Luis de Vasconcelos e Souza, de 30/03/1805*. AHERGS.

¹⁸⁰ SALDANHA, José de. *Diário Resumido e Histórico*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1938, p. 167.

¹⁸¹ ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 31.

¹⁸² ROSCIO, Francisco João. *Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de S. Pedro até o Distrito do Governo de Santa Catarina*. Revista do HGRGS, Porto Alegre, n. 105/108, p. 70.

Noticioso e por Saldanha¹⁸³. O primeiro falando de exportação de mercadorias para Laguna, descreve pormenorizadamente o que chamou de carreta castelhana, utilizada nessa rota. Achou-a malconstruída. Informou ter capacidade para 120 arrobas de mercadorias e reservar um peso para apetrechos necessários à jornada, o que totalizaria uma carga de até 300 arrobas. Saldanha falou de uma carreta maior do que os carros europeus e mais larga do que as usadas pelos espanhóis, toldada de couro, com os lados feitos de palha. De quatro a seis juntas de bois eram utilizadas segundo esta fonte, e carregavam até duzentos alqueires de trigo. Roscio referiu-se à existência de carretas usando seis juntas de bois, cheias ou vazias e, em terreno em rampa, e de areia branda, dez a doze juntas. A viagem pela Costa do Mar, isto é, pela praia, exigia no mínimo de 30 a quarenta bois, porque as juntas eram substituídas a cada dia, devido a perdas por muito esforço e pelos que servem de alimento aos homens e às onças. O trajeto diário era feito entre nove da manhã e 15 ou 16 horas e o alto em lugar onde houvesse pastagem. Na travessia de rios, baldeavam-se as cargas para canoas e os bois, a nado, arrastavam o veículo. A passagem do rio Tramandaí custava, por carreta, quatro mil e oitocentos réis, ida e volta e cada pessoa pagava cento e vinte réis cada vez que por ali passava¹⁸⁴.

Por numerosas que fossem as carretas, as suas limitações oneravam bastante o custo da mercadoria que cresciam com o aumento das distâncias aos locais de consumo ou aos portos de embarque. As pontes eram raras. Em 1822 havia setenta e seis passos reais, passagem obrigatórias dos rios, onde era cobrado pedágio.

A bacia do Jacuí, e as lagoas dos Patos e Mirim eram as principais vias da navegação interior. O Jacuí era navegável até Santo Amaro, durante todo o ano. Dali a Rio Pardo e a Cachoeira as comunicações interrompiam-se na estação seca. O Taquari podia ser navegado até onde hoje se encontra Lajeado. No transporte eram utilizadas pequenas embarcações à vela ou a remos.

A ligação lagunar Porto Alegre - Rio Grande e a navegação da Lagoa Mirim não se achavam livres de obstáculos. Caxias, no seu relatório, em 1846, chama a atenção para a necessidade de¹⁸⁵:

(...) abrir a barra do Rio São Gonçalo (...) de ser escavado o lugar denominado o Sangradouro, na embocaduras da Lagoa Mirim e o de baixio de Canguçu na Lagoa dos Patos(...).

Inexistiam faróis e a lagoa dos Patos só teve balizamento permanente após a Revolução Farroupilha. Da administração de Caxias, datam as primeiras preocupações com a melhoria do transporte aquático com planos, até saindo fora da realidade, como a ligação Jacuí-Ibicuí. A barra do Rio Grande foi até a sua regularização uma verdadeira barreira ao comércio provincial. Tudo isso só poderia encarecer o trigo de qualidade inferior produzido no Rio Grande. Segundo Galvão, em Laguna¹⁸⁶:

Em 1774, o trigo era vendido a 960 réis e pagava de frete de exportação, 240 réis, em surrões e a granel 200 réis.

¹⁸³SALDANHA, José de. op.cit. p.167.

¹⁸⁴ROSCIO, Francisco João. Compêndio Noticioso do Continente do Rio Grande de S. Pedro até o Distrito do Governo de Santa Catarina, *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, n.105/108, p. 70

¹⁸⁵CAXIAS, Conde de. Relatório apresentado à Assembleia Provincial em 1º de março de 1846. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 set. 1969.

¹⁸⁶GALVÃO, Manoel do N. da Fonseca. *Notas geographicas e históricas sobre Laguna*. Desterro: J.J. Lopes, 1884, p. 74

O que cada surrão pagava de frete correspondia a 25% do valor do trigo a ser transportado. No Rio Grande do Sul as coisas não eram diferente como atesta a resolução da Câmara de Vereadores de Porto Alegre datada de 15 de dezembro de 1781¹⁸⁷:

*Acordaram mandar lavrar dois editais um para ser publicado nesta vila[Porto Alegre] e outro no Rio Grande para os Mestres das embarcações não levarem trigos de fretes desta Vila para a do Rio Grande por mais de **seis vinténs por cada alqueire** e do porto do Rio Grande para o de Rio de Janeiro **que não levarão mais que trezentos e vinte réis por cada alqueire** em atenção a não esmorecerem os lavradores na cultura deste gênero e poderem alcançar preço que lhe faça conta **não ser mais excessivo o frete de cada um alqueire do que o valor do mesmo (...)***

A ata da Câmara porto-alegrense correspondente ao dia 20 de agosto de 1782¹⁸⁸, registrou o preço do trigo recebido pelos padeiros. Era de setecentos e vinte réis. O custo do transporte do alqueire para o Rio de Janeiro correspondia a 44,5% do valor total da mercadoria o que, se há de convir, era excessivo e estava mostrando ser mais elevado antes da interferência da Câmara. Dependendo do preço do alqueire, o frete poderia avultar ainda mais no custo final do produto chegado ao Rio de Janeiro. Destacável, porém, a preocupação da Câmara, quanto as consequências decorrentes de fretes elevados sobre as lavouras.

Além de caro, o transporte era insuficiente. No relatório do Marquês de Lavradio lê-se o seguinte¹⁸⁹:

(...) e dando-se as providências necessárias para os prontos transportes (...) poderemos mandar ainda para a Europa uma grande porção desta mesma farinha,[de trigo].

Rafael Pinto Bandeira em carta a D. Luís de Vasconcelos (Rev. I.H.G.B., 1902, p. 268) escreveu¹⁹⁰:

A diminuição [das exportações em geral] que se vê no ano de mil setecentos noventa e três, em alguns efeitos procede de não terem havido embarcações para os exportarem, e por ter sido o inverno muito tormentoso.

Com um sistema de transporte dessa espécie, a Capitania del Rei não poderia ter grande produção de trigo visando à exportação, se tivesse, não haveria como escoá-la. A situação dos transportes só começou a modificar-se quando a triticultura estudada, já havia perdido a importância.

A deficiência deve ter-se refletido inclusive na distribuição das lavouras e consequentemente na produção. A região ao sul do baixo Jacuí, quanto se pode observar nas tabelas estatísticas que se possui, contribuía com mais da metade da exportação tritícola e certamente era a maior exportadora. A de Rio Grande, delonge, pertencia a maior fatia como mostra a Tabela 11.

¹⁸⁷ CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE. Resolução de 15 de dezembro de 1781. AMMV.

¹⁸⁸ CÂMARA DE VEREADORES DE PORTO ALEGRE. Ata de 20/08/1782. AMMV.

¹⁸⁹ LAVRADIO, Marquez de. Relatório do (...) entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 480, 1843.

¹⁹⁰ PINTO BANDEIRA, Rafael. Carta a Luís de Vasconcelos, *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, p. 268, 1902.

3.10 O trigo desapareceu: ferrugem, calote e recrutamento forçado ou o trigo desapareceu quando o contrabando encolheu

No início da terceira década do século passado, a triticultura, segundo opinião comum, teria desaparecido. Os elementos disponíveis confirmam o desaparecimento da exportação e não o da cultura. Esta, provavelmente, assistiu a área tradicional de plantio e o contrabando encolherem. As razões do desaparecimento ou melhor, da redução de área são explicadas por inúmeras causas. Um número destacado de adeptos atribui a uma doença que atingiu os trigais gaúchos, a ferrugem. Sem entrar na etiologia, constata-se que a ferrugem não atingia apenas os trigais rio-grandenses. Onde existiam plantações do cereal ela se fez presente. Ela atacou lavouras europeias, asiáticas, americanas e australianas. Nos Estados Unidos, no Kansas, em meados do século, a ferrugem atacava violentamente os trigais e nem por isto o cultivo desapareceu. Carleton, certamente, foi, lá, o grande herói da batalha contra a doença¹⁹¹. Na Colônia do Sacramento, conforme carta de Antônio Pedro (1733) ao monarca, participando que a colheita, *suposto lhe dera a ferrugem*, produziu 20 000 alqueires¹⁹² e, até hoje, o Uruguai continua produtor do cereal.

Muito longe da intensidade alcançada, posteriormente, na República do Norte, houve aqui tentativas de substituição das sementes tradicionais, como registrou Saint-Hilaire¹⁹³ para evitar ou diminuir a incidência da doença.

Teixeira¹⁹⁴ é taxativo quanto às consequências da ferrugem ao afirmar que a ela se deve a completa destruição da triticultura no Brasil.

Quando apareceu o flagelo, cujas consequências se teriam feito sentir de forma tão drástica sobre a triticultura? Para Sebastião Ferreira Soares¹⁹⁵ a ferrugem teria começado em 1811. Nicolau Dreys¹⁹⁶ datou-a de 1818. Varela¹⁹⁷ escreveu:

em 1814 a ferrugem começou a enfermar o trigo (...) a ponto de em 1820, haver descido[a exportação] a 121.542 alqueires. (...) em 1823 não se plantava mais trigo no Rio Grande do Sul.

Aurélio Porto¹⁹⁸ marcou a ferrugem em 1810, *que obriga os lavradores a abandonar esta lavoura(...)*. Gonçalves Chaves¹⁹⁹ localizou o início da ferrugem (alforra) em 1814. O Senador Saturnino da Costa Pereira²⁰⁰ considerou-a rara até 1820/21 quando o surto teve consequências funestas. Varela²⁰¹, culpou o abandono da cultura ao baixo rendimento ocasionado pela ferrugem.

Pelo visto, em um espaço de dez ou doze anos, a ferrugem, que em parte alguma

¹⁹¹KRUIF, Paulo. *Os Vencedores da fome*. Porto Alegre: Globo, 1944, p.12 -13.

¹⁹²REGO MONTEIRO, Jonathas da Costa. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937. p. 202.

¹⁹³SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro/Erus, 1987, p. 263

¹⁹⁴TEIXEIRA, Edgar Fernandes. *O Trigo no Sul do Brasil*, Porto Alegre: Linotype, 1958, p. 27.

¹⁹⁵SOARES, Sebastião Ferreira. 1860, apud BORGES DO CARMO, p. 11/12

¹⁹⁶DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1961. p 81.

¹⁹⁷VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*. Pelotas: Echenique & Irmãos, 1897. p. 438.

¹⁹⁸PORTO, Aurélio. *Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Minuano, 1937. p. 83

¹⁹⁹CHAVES, A. J. Gonçalves, *Memórias economo-políticas sobre administração pública do Brasil*. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1978. p. 192.

²⁰⁰PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Instruções sobre o porto do Rio Grande do Sul*. In: *Obras do Porto e Barra do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Federação, 1924. p. 152.

²⁰¹VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*. Pelotas: Echenique & Irmãos, 1897, p. 438.

onde frutificou terminou com o trigo, teria liquidado os trigais de São Pedro do Rio Grande. Entretanto, a ferrugem ali é bem anterior ao segundo decênio do século XIX. Marques Fernandes²⁰², entusiasta da triticultura em terras gaúchas, após registrar, em 1804, o rendimento obtido, como foi anteriormente citado, acrescentou:

A produção deste gênero [trigo] seria muito maior se não fosse perseguido pela ferrugem que costuma dar na criação do grão(...)

Se em 1804 a ferrugem não era novidade, obviamente o seu aparecimento ocorreu bem antes. Não é plausível que o agricultor tenha levado duas décadas para abandonar uma cultura em virtude da doença.

Saint-Hilaire²⁰³ refere-se à ferrugem em diversas passagens. O que relatou foi o resultado de informações obtidas de hospedeiros. Em nenhum de seus registros oferece o panorama apocalíptico encontrado em Gonçalves Chaves²⁰⁴. O cientista francês foi hóspede do charqueador pelotense. Dele obteve informações transcritas em seu livro, nenhuma referiu-se à ferrugem. Após esse contato, Saint-Hilaire fez a maior parte de sua viagem pela Capitania. Se a ferrugem tivesse alcançado uma intensidade capaz de fazer desaparecer a triticultura em dois anos, não seria natural tanto uma manifestação de Gonçalves Chaves, sobre ela, ao botânico como um comentário deste, a respeito? Saint-Hilaire também não descreve a doença e ele viajou em período compreendendo desde o plantio até a colheita do trigo. Não a teria visto? ou sem dizer, não a achou importante?

Considerando que a exportação, comumente, corresponde ao excedente do consumo sobre o produzido, o seu desenvolvimento, conforme mostra a Tabela 13, não revela, entre 1805 e 1816, uma tendência de redução. Em 1810, início da ferrugem, segundo Aurélio Porto, a exportação foi mais elevada do que no ano anterior, e é a segunda mais volumosa desde 1805. Em 1814, data em que Gonçalves Chaves situou a praga, tem-se a segunda maior exportação desde 1805. O ano de 1817, comparativamente ao anterior, apresentou uma redução de 50%. Segundo o testemunho de Luccock²⁰⁵, no ano anterior houve, extraordinárias secas não somente ao longo da costa do Brasil (...) e em quase todo o mundo e como o trigo era colhido no fim do ano, parece explicada a redução. O ano de 1818, acusou a menor exportação do período. Elevando-se nos dois últimos anos, as exportações de uma triticultura convivendo com a ferrugem não mostram resultados desalentadores. Se existiram, é de se crer que parte não quantificável do trigo exportado não provinha de terras rio-grandenses.

Assis Brasil²⁰⁶, ao falar sobre a ferrugem, com toda a razão, pergunta-se se teria sido ela que atacou os trigais (...) ou ser possível que dessem esse nome a outra doença ou que o generalizassem para muitas. A ignorância dos plantadores e a falta de documentos sobre as características da doença justificam as suspeitas.

Sem cair no exagero de ignorar-lhe os efeitos, pode-se afirmar que por um período

²⁰²MARQUES FERNANDES, Domingos José. Primeira História gaúcha. *Pesquisas História*, n.15, Porto Alegre, p. 43, 1961.

²⁰³SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro/Erus, 1987. p. 107, p. 120, p. 163, p. 277.

²⁰⁴CHAVES, A. J. Gonçalves, *Memórias economo-políticas sobre administração pública do Brasil*. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1978, p. 193.

²⁰⁵LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Martins, 1942, p. 369.

²⁰⁶ASSIS BRASIL, João Antônio. *Alguns aspectos da cultura do trigo no Estado do Rio Grande do Sul sob o ponto de vista estatístico*. Porto Alegre: Depto. Estadual de Estatística, 1948. p. 206.

de vinte anos (1803/1821) a triticultura rio-grandense conviveu com a ferrugem, à semelhança do que ocorreu em outras partes do mundo.

Assis Brasil²⁰⁷, durante um tempo, acreditou, como outros, que a *degenerescência do trigo e o seu quase desaparecimento* deveria ser debitado à falta de renovação das sementes. Posteriormente, mudou de opinião e passou a julgar as deficiências do solo como responsáveis por má-adaptação das sementes empregadas. Não deixa, o ilustre conterrâneo, de ter certa razão. Os trabalhos dos geneticistas gaúchos, no século atual, visaram encontrar sementes adaptadas ao ambiente.

Uma segunda causa do *desaparecimento* da triticultura seria o calote oficial. O governo comprava o grão a crédito e jamais pagava ao agricultor. Aurélio Porto acresceu-o a da ferrugem, o mesmo fazendo Rubens Barcelos²⁰⁸ informando, também, sobre a fixação de preços e o açambarcamento do produto pela Metrópole. O costume de não pagar já constava no relatório do Marquês do Lavradio (1769/79) ao seu sucessor. Não se refere especificamente ao trigo, mas é óbvio que os triticultores não deveriam ter escapado da falta de honestidade bragantina. O Marquês também registrou que os fornecimentos e as obras governamentais sempre custavam muito mais do que valiam, na previsão de que não fossem pagas. Como se vê nada de novo no país... O seu sucessor, Dom Luís de Vasconcelos, ao retirar-se do governo, um decênio após, registrou o aumento da dívida com a tropa acrescentando²⁰⁹:

sem falar na que respeita aos particulares, de cujo giro se vêm privados para engrossarem suas fazendas

Hafkemeyer²¹⁰ apresenta como motivo principal da decadência, a obrigação dos produtores de vender o trigo ao governo caloteiro. Este motivo não parece relevante. É por demais sabido, ter o camponês, em todo o mundo, sob capa de aparente ingenuidade, muito mais malícia e esperteza do que aparenta. Foi isto que o fez sobreviver às violentas explorações correntes em todas as monarquias absolutas do passado. Se tal não acontecesse no Rio Grande, se estaria diante de um caso virgem na história campesina. O governo não pagava e o agricultor entregava-lhe todo o trigo que colhia? Ademais, é de se acreditar que os agricultores fossem plantar durante 40 anos ou mais sem verem os resultados pecuniários do seu trabalho? A triticultura gaúcha não teve a originalidade de sucumbir ao calote bragantino. Bohen²¹¹, em carta ao Vice-rei, assim exprimiu-se (...) e o camponês não leva nada para onde sabe *que não há dinheiro*. A fraqueza do argumento verifica-se em texto de D. Luís de Vasconcelos. No relatório apresentado ao governo de Lisboa, abordando o assunto, assim exprimiu-se²¹²:

(...) e se se destribue Pam, he tirando o trigo por numa derrama feita a Moradores do Continente que depois tarde se lhes paga, servindo por iso de motivo para o esconderem, e talvez plantarem

²⁰⁷ ASSIS BRASIL, João Antônio. Op. cit. p. 117.

²⁰⁸ BARCELOS, Rubens de. Esboço da formação social do Rio Grande. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, n. 3, p.21, 1945..

²⁰⁹ VASCONCELOS, Luís de. of. ao Conde de Resende, 20/08/1789

²¹⁰ HAFKEMEYER, João Batista. A conquista portuguesa do Rio Grande do Sul, *Revista do IHGRGS*, n. 29/30, Porto Alegre, p. 279, 1928.

²¹¹ BOEHN, João Henrique. *Memoires relatifs à l'expédition au Rio Grande laquelle je fus charge par le roi Dom Jozé Iº depuis le décembre de 1774 jusq' à sa fin à l'an de 79 avec mes lettres écrites au Marquis de Lavradio Vice Roi du Brésil*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979. p. 214.

²¹² VASCONCELOS E SOUZA, Luiz de. Relatório apresentado ao governo de Lisboa pelo vice-rei (...) em outubro de 1784, sobre o Rio Grande do Sul. *Revista do IHGRGS*, Porto Alegre, p. 25, 1929.

menos do que poderiam, com receio de que se-lhes tomem os seus gêneros para a Fazenda Real, aonde não esperão pronto pagamento.

Há acusações à decadência tritícola, vinculadas à convocação de filhos de agricultores para o serviço militar. Em região carente de mão-de-obra como a rio-grandense, uma tal medida, por sinal, contrária às disposições reais, poderia refletir-se negativamente na cultura. O trabalho agrícola, porém era um trabalho de negro, portanto, não teria, a convocação de proprietários ou de seus filhos, maior ingerência no processo. Em casa, quando os homens estavam na guerra não faltavam Anas Terrapara comandar a propriedade. Mais prejudicial do que isso, seria a própria causa do chamamento - o estado de beligerância que, por tanto tempo, assolou a região: Sem negar prejuízos decorrentes, não dá para admiti-lo como razão preponderante.

4. Conclusão

Fatores diversos influenciaram com variada intensidade os destinos da triticultura do Rio Grande do Sul no período colonial. Dos examinados, apesar da popularidade gozada entre os interessados no assunto, exceção feita ao contrabando, não teriam disposto de suficiente influência para reduzir a importância de uma cultura bem ambientada, produzindo a preços competitivos, por gente preparada e prestigiada.

A triticultura incentivada pelo poder público, ficou longe dos rendimentos apregoados por um entusiasmo injustificado. Foi mais um reflexo de "nacionalizações" de trigo platino do que esforço do agricultor rio-grandense. A afirmativa, rompe com o geralmente aceito. Incentivo à cultura não existiu só no período colonial, verificou-se no Império e na República. Só modernamente, os resultados colhidos, após um início vagaroso cresceu de forma compensadora apoiado em algo inexistente no passado, a pesquisa séria dentro da realidade ambiental.

Os cultivadores exerciam uma agricultura atrasada, desconheciam o meio em que a desenvolviam, as informações disponíveis sobre as características climáticas e pedológicas não se apoiavam na realidade. Um exemplo é a povoação da Vila Real da Senhora Santana do Morro Grande, criada pelo Governador José Marcelino de Figueiredo em 1770, nos Campos de Itapoã, O assentamento de sessenta casais não vingou. As razões apresentadas foram o solo arenoso e a praga da formiga. Três lustros após a fundação, 3/4 dos lotes haviam sido abandonados²¹³.

Acumulavam, ainda os plantadores a desvantagem de não gozar do melhor prestígio social²¹⁴ como ocorria com os fazendeiros que, inclusive, os pressionavam, expulsavam ou exigiam-lhes indenizações ilegais. Áreas em que foram assentados prestavam-se mais à criação, atividade muito menos trabalhosa, bem mais compensadora e menos sujeita aos azares naturais. A pecuária contava com mercado muito mais fácil. Avultou com a procura de subprodutos como couros, graxa e sebo, valorizados no século XVIII com a exportação²¹⁵, e a carne, pelas charqueadas. Enquanto os produtos agrícolas, quando não dispunham de facilidades de transporte aquático enfrentavam o escoamento através de ínvios caminhos encarecedores dos

²¹³COPSTEIN, Gisela (org.). *Itapoã*. Porto Alegre: UFRGS, 1982. p.25-26

²¹⁴MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944. p. 82

²¹⁵CANABRAVA, A. P. *Comércio português no Rio da Prata 1580-1640*. São Paulo/B. Horizonte: Itatiaia/USP, 1984. p. 43.

produtos, o gado se autotransportava até as tabladadas com muito menor sacrifício e os derivados atingiam o porto de embarque pelas grandes lagunas.

O trigo platino, com melhores condições de produção (na Província de Buenos Aires dispensava adubação), através do contrabando no mais das vezes, até pelo menos 1808, concorria vantajosamente com a reduzida produção rio-grandense. Como se não bastasse, na segunda década do século passado, quando, para muitos, se teria acentuado a queda de produção devido à ferrugem, os preços do trigo na Inglaterra, França e Rússia, países exportadores, declinaram sensivelmente. A abertura dos portos permitiu a entrada do produto legalmente. Passou-se a importar farinha dos Estados Unidos e continuou-se com a aquisição no Prata. Se a triticultura rio-grandense produzisse competitivamente, o que estava longe da realidade, não haveria concorrência que lhe fosse prejudicial.

Se os negócios não se apresentavam favoráveis aos agricultores, surgiam possibilidades de mudança de ramo de atividade. Obtenção de sesmarias, ou ainda aquisição de terras de criação, pelos mais empreendedores ou por herança transferiam contingentes de agricultores ou de seus descendentes para a pecuária. A atração pelo criatório, natural em virtude da lei do menor esforço, o convite ambiental coadjuvados pela escassez de braços só poderia interferir negativamente sobre uma triticultura rotineira e não compensadora.

O mercado brasileiro de trigo era pequeno, mesmo o aumento de consumo de farinha com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, não o avantajou. Spix e Martius²¹⁶ salientaram a pouca importância do pão na alimentação na capital do País. No restante do território não era diferente. O crescimento viria ocorrer mais de século e meio após, apesar dos esforços dos governantes para aumentar o consumo. Não dissera Michel Chevalier²¹⁷, repetido por nacionais e estrangeiros, que *os povos civilizados comem pão e a cultura do trigo é um índice de civilização*?sentença difícil de engolir fora do campo eurocêntrico.

Comer pão branco como símbolo de adiantamento não foi uma característica particular da elite brasileira, os japoneses, após o término do último conflito mundial, enriquecendo, imitaram os vencedores, cresceu a preferência pelo trigo em detrimento do alimento tradicional.

A vontade de popularizar o pão de trigo não foi suficiente para submeter as condições naturais às exigências das sementes cultivadas. O Rio Grande, cujos clima e solos, inúmeras vezes decantados em relação à triticultura, apresentava-se, em relação ao restante do Brasil, o ambiente menos impróprio e por isto o mais recomendável à cultura. Foram precisos anos de trabalho árduo de pesquisadores brasileiros para chegar a uma situação satisfatória. Começou apenas em 1919 a batalha científica para a obtenção de variedades apropriadas às condições brasileiras em especial às do Rio Grande do Sul. Não se fará, por não pertinente, o estudo do esforço despendido por cientistas de vários órgãos governamentais. Os resultados conseguidos num país onde a pesquisa não é uma das mais fáceis atividades, falam por si e servem de argumento ao que se tem em vista. Entre o início da atividade de pesquisa e o ano de 1992 criaram-se 328 cultivares que²¹⁸

(...) permitiram o cultivo comercial de trigo nas regiões de clima Temperado, Subtropical e

²¹⁶SPIX, J. B. Vo; MARTIUS, C.T.P. Von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. p. 105-106.

²¹⁷CHEVALIER, Michel, apud SANTA-ANNA NERY, M.F. J. de. *Le Brésil en 1889*. Paris: Charles Delagrave, 1889. p.265.

²¹⁸MINELLA, Euclides. Apresentação, In: *Cultivares de Trigo recomendadas no Brasil - 1922 a 1992*. Passo Fundo: EMBRAPA/CNPQ, 1994.

Tropical, ou seja estendendo-se desde o Rio Grande do Sul até os estados da Bahia e de Mato Grosso.

No Rio Grande do Sul foram recomendados, no período, 146 dessas cultivares, mas as pesquisas não cessaram, segundo Moreira Soares²¹⁹:

No Rio Grande do Sul, as cultivares de trigo são substituídas em períodos relativamente curtos. Esta prática é comum e demonstra que os programas de pesquisa têm sido eficientes em criar cultivares mais produtivas do que aquelas em cultivo. Isto decorre de diversas causas, entre as quais destacam-se a variação dos patógenos causadores de doenças, a instabilidade climática e as exigências de mercado.

O clima foi o principal condutor da derrota da triticultura do período colonial. O contrabando destacou-se na exportação. A população pouco numerosa e rarefeita contando com número insuficiente de escravos e dispondo de técnicas atrasadas só poderia desistir de uma cultura tão ingrata. A pecuária oferecia campo de trabalho menos dependente de fatores imponderáveis, estava à disposição e tinha, bem mais próximo, um mercado consumidor garantido, a charqueada.

²¹⁹MOREIRA SOARES, João Carlos; et. al. *Informações sobre cultivares de trigorecomendadas para o plantio de trigo no Rio Grande do Sul em 1995*. Passo Fundo: EMBRAPA/CNPQ, 1995. p. 5.

II - A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL E O TRIGO

1. Introdução

A agricultura, no período anterior à Independência, não apresentava grande importância na vida do Rio Grande. Os açorianos, apesar do destaque que se lhe tem dado no referente às lides da terra, estiveram longe de alcançar os resultados esperados pelos responsáveis pela imigração insular. À pecuária coube absoluta preponderância na economia gaúcha.

Entre os cultivos de então, aparecia o do trigo. Quantitativamente é mais conhecido pelas estatísticas de exportação do que pelos números de produção. Ambos, os volumes obtidos e os negociados, não se destacaram por algarismos avantajados e nem mesmo significativos. E nem poderiam, em um conjunto agrícola de importância minguada.

Da pauta de exportação, o cereal desapareceu no ano seguinte à libertação nacional. Varela²²⁰, entre muitos estudiosos, afirma que *em 1823 não se plantava mais absolutamente trigo no Rio Grande do Sul*. Abreu²²¹, entre outros, repete aquela afirmação. Consequentemente, não poderia haver excedentes exportáveis.

O motivo do abandono da cultura varia conforme o gosto de cada um dos estudiosos do assunto. As causas foram analisadas no capítulo anterior.

Pretende-se a seguir abordar a triticultura gaúcha no período dado como o do seu desaparecimento, isto é, durante o regime imperial. Não é somente por isso que o período se delimita no regime político. A triticultura desses sessenta e sete anos distinguiu-se tanto da colonial como da sucessora.

Se a cultura do cereal extinguiu-se após 1822 como afirmam os autores citados, não será um paradoxo estudá-la no tempo subsequente? À pergunta contrapõe-se outra, deixou-se realmente de cultivar o trigo nos sessenta e sete anos de monarquia?

Antes, porém, um raciocínio elementar diz que entre não produzir e não comerciar uma determinada mercadoria a distância é grande. Inexistir excedentes ou consumir o todo é compreensível. Menos oferta do que exige o mercado, estimula a importação.

Inserindo-se a triticultura no conjunto agrícola provincial, a compreensão de seu desenvolvimento implica na apreciação, mesmo sucinta do todo.

As fontes informadoras, as vezes particularizando o trigo, símbolo da civilização europeia, encontram-se principalmente nos Relatórios e Falas dos Presidentes da Província, nas manifestações do Legislativo onde conceitos conflitantes em discursos, por vezes aparecem. A essas, acrescentem-se relatórios de inspetores coloniais, documentos outros e bibliografia diversa. A sua utilização se fará acompanhada de transcrições pertinentes, mesmo enfadonhas, com as devidas apreciações críticas.

A quantificação do todo produzido ou do comercializado é difícil em virtude da escassez de elementos. Os poucos dados obtidos nem sempre são comparáveis e nem se lhes podem afiançar a fidedignidade. As vezes até a fonte duvida da suas verdades. Sob a forma de farinha ou de grão há registros quantitativos que não se acanham de discordar quando as fontes diferem.

²²⁰ VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*. Pelotas: Echenique & Irmãos, 1897, p. 438.

²²¹ ABREU, Florêncio de. *Aspectos do desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Federação, 1923. p. 66.

A triticultura colonial implantava-se em uma agricultura pouquíssimo desenvolvida, carente de mão-de-obra em uma sociedade onde o trabalho braçal era desprezado. A gramínea, devido principalmente à inadequação ambiental, oferecia uma produção reduzida e pouco compensadora, o que não impediu a persistência do cultivo.

2. Vêm os imigrantes: os colonos alemães e italianos desconheciam a agricultura moderna

Em decorrência da orientação imperial, o território de São Pedro do Rio Grande do Sul recebeu apreciáveis contingentes europeus predestinados ao cultivo do solo. A superfície agrícola aumentou com o amanho de terras virgens do Vale do Sinos (1824) e da Encosta da Serra (1874). Nesse engrandecimento, o trigo buscou espaço. Com sucesso? A resposta à interrogação anterior também contemplará a esta última.

Os contingentes migratórios iniciais provieram da Alemanha do Noroeste, (1824) Hamburgo, Holstein, Mecklenburg, Hanover e após 1827 da região do médio Reno e do Mosela²²². Foram localizados principalmente no Vale do Sinos. O Litoral e Missões também os receberam. Uma parte considerável deles não era de agricultores. De um total de quarenta e dois homens imigrantes chegados entre 25 de julho e 6 de novembro de 1824, apenas doze eram lavradores²²³. *A maior parte dos colonos nem ao menos sabem cortar um pau*, escreveu José Thomaz de Lima, inspetor da colônia leopoldense, em um ofício, a respeito dos colonos levados às Missões (1825). Esses não deveriam diferenciar-se do conjunto imigrante. A triticultura, retomada pela colonização alemã (1824) não obteve melhor êxito.

Posteriormente, chegaram os italianos, camponeses de técnicas pouco evoluídas, expelidos do Vêneto e da Lombardia em virtude dos contratos leoninos impostos pelos grandes proprietários, o extremo fracionamento de uma terra de baixa fertilidade, irregularidades climáticas, aliados à alta natalidade, além de outros fatores. Reunidos contribuía para a miséria geral e consequente expulsão²²⁴.

Nos braços destes colonos, repousavam as esperanças das autoridades relativamente à produção e produtividade do solo. Diante dos escassos frutos da terra obtidos pelos pecuaristas, os governantes e seus prepostos animavam-se com as safras dos colonos. Quase ao fim do terceiro decênio do século, José Thomas de Lima, informava ao Presidente Lopes Gama o progresso dos imigrantes devido às muitas plantações com variados tipos de grãos e batatas para o seu sustento, oito *moinhos d'água para moenda de trigo, cevada & (...) e igual número de curtumes*²²⁵.

No vale do Sinos o trabalho agrícola dos recém-vindos iniciou-se com derrubada da floresta e queimada à moda indígena denominado por Waibel de *Rotação de Terras Primitivas* que evoluiu para o de *Rotação de Terras Melhoradas*. Avé-Lallemant deixou do fenômeno esta magistral descrição ocorrida no que denominou *Serra de Hamburgo*²²⁶:

²²² RAMBO, Balduino. A imigração alemã. In: *Enciclopédia Rio-grandense*, Canoas: Regional, 1956. p. 82.

²²³ AMSTAD, P. Theodor. *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul, 1824-1924*, Porto Alegre: Tipografia do Centro, 1924. p. 550.

²²⁴ AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975. p. 48.

²²⁵ RAPRGS, n° 15/16, p. 231

²²⁶ AVE-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953. p. 109-110.

Estamos à margem de um vasto campo de batalha. Centenas, milhares de troncos carbonizados jazem na inclinada encosta. Alguns ainda de pé, tostados pelo incêndio, estendem os galhos súplices, clamando a vingança do céu até que o machado se junte ao fogo que já o precedera, e o tronco ferido pelo ferro se precipite no abismo. E no meio deste caos de aniquilamento ondulam viçosos milharais e feijoadais; em volta, esplêndidos laranjais; em verdejantes encostas pasta o gado e à orla da mata relinham os cavalos; ladram os cães e chega-se a uma genuína casa de colono

Não foi diferente a técnica usada pelos italianos como testemunhou o imigrante Júlio Lorenzoni²²⁷, em 1878:

Um espaço de terreno de uns dois hectares, já pronto, onde, em seguida, seria semeado o milho, circundado pelo bosque que mostrava, ao redor, uma larga faixa branco-acinzentada produzida pelas enormes chamas do fogo que, na sua obra de destruição, deixava marcadas as verdes frondes daquelas maravilhosas árvores que, qual espectadores, pareciam admirar o esforço colossal de nossos fortes e tenazes pioneiros.

Mesmo considerando a época, não dispôs a agricultura gaúcha, de plantadores que trouxessem inovações à atividade. O mesmo Lorenzoni, relembra como plantavam em Silveira Martins em uma terra cheia de detritos não queimados totalmente²²⁸:

Foi fácil, isto é, adotando o costume da terra. Armado, o plantador de um, grosso pau, praticava, no terreno, buracos da largura de uns quatro centímetros, com uns cinco de profundidade, longe um metro mais ou menos um do outro, depositando uns três ou quatro grãos de milho (...) e com o pé, ia cobrindo-o com a terra (...)

No primeiro lustro da chegada dos germânicos, o Presidente Lopes Gama. (1830) destacou a prosperidade da agricultura e de ramos de indústria de São Leopoldo, frisando a superioridade da mão-de-obra livre sobre a escrava por ele constatada *in loco* no Vale do Sinos²²⁹. Houve quem atribuisse à comparação das mãos-de-obra exemplo de racismo o que, salvo melhor juízo, não procede. O pior braço livre, independentemente de competência, é mais produtivo do que o do melhor escravo.

A eclosão e a duração do movimento farroupilha paralisou a agricultura segundo Varela²³⁰, porém a área de colonização não parece ter sido muito afetada. Continuou produzindo e apresentando excedentes. Os preços* dos produtos agrícolas eram muito elevados segundo o Presidente Galvão (1847), que confiava na colonização para fazer *desaparecer este mal*²³¹.

Dessa época há uma relação não quantitativa em Hillebrand²³², diretor da Colônia de São Leopoldo, onde constam os produtos obtidos no Vale do Sinos. Entre eles, o trigo, café, chá etc. Na mesma fonte há quatro tabelas reunindo todas as exportações da Colônia. Delas extraiu-se os elementos constituintes da Tabela 1, abrangendo os

²²⁷ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975. p.67.

²²⁸ LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975. p.67-68.

²²⁹ ROCHE, Jean. *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia UFRGS, 1961. p. 78.

²³⁰ VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*. Pelotas: Echenique & Irmãos, 1897. p. 440.

²³¹ ROCHE, Jean. Op. cit. p. 221

²³² HILLEBRAND, João Daniel. Relatório apresentado ao governo da Província, 1854. *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, p. 369; p. 481/496; p. 410, 1924.

anos 1842/1845, quadriênio marcador dos primeiros vinte anos da colônia. A sua apreciação mostra um aproveitamento reduzido da indústria extrativa. Um pouco de erva-mate, os ervais nativos, como lamentou Hillebrandt tiveram o mesmo destino da floresta em sua maior parte, alguma produção de madeira, pinhão, lenha e carvão. A exportação agrícola identificadora do esforço do colono denota, pela variedade, uma certa insegurança e uma busca de rumo. Há dominância de produtos da agricultura tradicional brasileira como o feijão, milho, batatas e mandioca que na Tabela 1 vem transformada em farinha. Os cereais europeus comparecem com quantidades inexpressivas em relação ao conjunto. O todo, não impressionando pelo excedente, não deixou de deslumbrar as autoridades que o comparavam com a atividade agrícola da área luso-brasileira, império do gado.

Dois anos após a Paz de Ponche Verde, o Presidente Galvão referiu-se a uma agricultura escassa na Província, aos altos preços dos produtos agrícolas, mas pôs muita esperança na colonização alemã *para fazer desaparecer este mal*²³³.

Quase ao findar da década, o panorama da agricultura gaúcha é dado pelo Presidente Andréa como atividade abandonada por falta de exemplos e de estímulos em Rio Grande, Pelotas e outras povoações ao sul do Ibicuí. Porto Alegre favorecida pelos resultados da Colônia de São Leopoldo constituía a exceção. Na Província, havia grandes áreas sem uma árvore plantada e a pobreza da agricultura encontrava razão nas grandes propriedades, algumas maiores do que *pequenos Estados da Alemanha*, onde vicejava uma pecuária mal cuidada. Nessas áreas, famílias pobres e errantes não encontravam abrigo. Preconizou a fixação de colonos estrangeiros nesses ermos e prêmios aos agricultores como incentivo à produção que se refletiria na prosperidade da Província.

Tabela nº 1
Colônia de São Leopoldo
Exportação de produtos de origem vegetal *in natura* e transformados

PRODUTO	UNIDADE	EXPORTAÇÃO ANOS			
		1842	1843	1844	1845
Abóboras	N.º	1 200	625	518	570
Aipim	Sc.	8	4	2	-
Algodão	@	4	-	-	-
Amendoim	Sc	18	11	17	2
Arroz	Sc	17 ½	9	27	-
Barrotes	Nº	-	-	8	-
Batatas	Sc	3 198	4 899	8 169	4 855
Batatas doces	Sc	2	2	15	9
Cachaça	Pipas	53¾	7	4	16 ¾
Cachaça	Barris	2	-	-	-
Cana-de-açúcar	Dz	6	3	-	-
Charutos	Milheiros	-	-	3	4
Carvão	Barris	-	4 305	5 040	8 889
Casca p/curtume	Carradas	6	-	-	-
Cebolas	Sc	17 ½	40	2	1
Centeio	Sc	-	-	1	-
Cevada	Sc	65	161	87 ½	55
Erva-mate	@	8	24	-	393
Ervilhas	Sc	22	14 ½	5	13
Farinha de centeio	Sc	5	75	29	12
Farinha de mandioca	Sc	4 437	6 751	6 647	11 153
Farinha de milho	Sc	762	1 755	1 585	596
Feijão	Sc	2 493 ½	3 164	4 362	5 322

²³³Roche, op. cit. p. 221.

Feijão Branco	Sc	-	-	-	12
Feijão verde/conserva	Barril	1	-	-	-
Fumo	@	16	10	26	44½
Junco	Feixe	67	-	-	-
Laranjas	Nº	6 800	1 800	-	-
Lenha em lanchão	Nº	1	-	-	-
Lenha	Carrada	1	-	-	-
Lenha	Talha	-	30	-	30
Lentilha	Sc	25	17 ½	-	16
Linhaça	Sc	37	34	10 ½	7
Madeira em pedaços	Nº	14	-	-	-
Madeira p/embarcações	Pedaços	-	-	80	-
Melancias	Nº	316	300	300	775
Milho	Sc	5 248 ½	5 422	11 710	8 340
Milho verde	Sc	-	90	-	-
Morangas	Nº	316	300	-	-
Mostarda, semente	Quarta	-	-	1 ½	-
Pepinos	Nº	50	-	-	-
Pêssegos	Alq.	42	-	-	-
Pêssegos em passas	Alq.	6	-	-	-
Pêssegos em passas	Sc	-	2 ½	9 ¾	9
Pinhão	Sc	-	-	10	16
Polvilho	Sc	-	6	3	7
Pranchões p/barcos	Dz	25 ½	-	-	-
Pranchões de grapiuna	Dz	-	16 ½	26	9
Rapaduras	Nº	550	-	-	-
Repolhos	Cabeças	17 933	27 160	8 050	13 585
Repolhos em conserva	Barris	2	4	-	-
Ripas de coqueiro	Dz	12	-	-	-
Tábuas de lei	Dz	29	6	32 ½	15 ½
Vinagre	Pipas	-	3	-	-
Vinho	Medidas	-	40	-	-

O descrito pela autoridade pintava a situação da lavoura nas áreas de pecuária. Para modificá-la o poder público aconselhava o exemplo a ser dado por pequenos produtores que ali deveriam ser inseridos. É difícil concordar-se com essa solução. A economia rege-se pelo maior lucro.

As informações estatísticas de produção agrícola à disposição do Presidente, deixavam a desejar. Quanto ao número de lavradores, também não eram das melhores como se constata na Tabela 2, qualitativa, pouco esclarecedora e não menos confusa.

Tabela nº 2
Mapa 13 Demonstrativo das fábricas e produtos de alguns municípios da Província e suas riquezas naturais (*)(**)
Nº de lavradores

PRODUTO	PORTO ALEGRE	RIO GRANDE	PELOTAS	RIO PARDO	S.J DO NORTE	SÃO LEOPOLDO	TRIUNFO	SÃO GABRIEL	CAÇAPAVA
Feijão	S/Nº	Poucos	Alguns	Vários	Poucos	Muitos	Muitos	-	127
Mandioca	Indeterminado	-	Poucos	-	-	-	-	-	-
Milho	Peq.número	Alguns	Poucos	Poucos	ários	Muitos	Muitos	-	170 +alguns
TRIGO	Mui poucos	-	Poucos	Mui poucos	lguns	Imensos	Bastantes	Muitos	127
Arroz						⊗			
Batatas						⊗			
Cevada						⊗			
Centeio						⊗			
Linhaça						⊗			
Amendoim						⊗			

(*) Fonte: Relatório Presidente Soares Andréa, 184..

(**) Conservou-se o título da fonte. Só se coligiu o referente à agricultura.

⊗ No original, esses produtos constam na coluna São Leopoldo sem qualquer apreciação

As opiniões de Soares Andréa calaram fundo, tanto que, quase no fim da década seguinte, ao falar da agricultura, em seu relatório, Moniz Ferraz transcreveu e confirmou parte do preconizado²³⁴.

A expansão da área colonial alemã, como não poderia deixar de ser, aumentou a produção agrícola como registra o relatório do Presidente Provincial Antão Fernandes Leão²³⁵. À semelhança do comércio e da navegação, dizia que a agricultura tem feito progressos. Duas das observações chamam a atenção, o *emprego do arado e da grade para amanho a terra* e as referências ao cultivo da cana-de-açúcar. No primeiro caso, se os instrumentos significavam melhoramentos, pode-se ter uma ideia do pouco desenvolvimento da atividade agrícola existente.

Quanto à cana, suas manifestações nem sempre procedem. Destacando a produção de cachaça com aceitação em Porto Alegre e Rio Grande, lastimou a inexistência de instalações próprias para o fabrico do açúcar. A preocupação, bem intencionada, esqueceu a exigência de condições naturais apropriadas à obtenção de caldo com teor de sacarose necessário ao preparo de um açúcar apto a concorrer com os provenientes de outras províncias.

Destacou-se o aproveitamento da cana-de-açúcar, apenas para mostrar que os dirigentes, muitas vezes, apesar de boa vontade, desconheciam a realidade ambiental.

A crítica de Andréa, também, não se justifica plenamente. A importância econômica da pecuária era incomparavelmente superior a da agricultura. Ademais, os iniciadores da pecuária rio-grandense e seus herdeiros não eram agricultores. A atividade era mais extrativista do que propriamente criatória, o que, muitas vezes, não tem sido levado em conta. O sistema exigia grande extensão de terra por cabeça de rês alçada; em compensação não pedia muito esforço. A viação existente era extremamente precária. Um barco singrando os *sinus* do Sinos levava, de São Leopoldo a Porto Alegre, seis horas²³⁶ o que dificultava o escoamento e encarecia a produção agrícola. Enquanto isso, o criador, cujo maior trabalho era reunir periodicamente o gado e marcar os novinhos, produzia uma mercadoria autotransportável aos locais de abate. Como se tal não bastasse, a atividade pecuária exigia pouquíssima mão-de-obra, ao contrário da agricultura, e essa não era abundante em uma população reduzida dispondo de uma superfície pouco menor do que a da Itália. Não se trata aqui de engrandecer uma pecuária atrasada, mas, simplesmente constatar uma realidade.

As Tabelas 3 e 4, sem pretenderem valores de generalidade, podem dar uma ideia de como se repartia a produção de uma área colonial.

Os produtos arrolados eram os mais importantes da economia colonial daquele decênio, e esta é uma generalização que se pode fazer sem errar. O trigo compareceu com reduzida produção. Feijão e milho foram os mais rendosos tanto em relação à área cultivada (Soledade) como em resultados pecuniários. As diferenças de preço apresentadas na comercialização em Soledade (Tabela 4) relacionam-se, certamente, com a variação de época e procura. Uma parte apreciável da produção apresentou excedentes mas não há elementos que autorizem apreciar o seu destino.

²³⁴FERRAZ, Ângelo Moniz da Silva. *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858. p. 21.

²³⁵FERNANDES LEÃO, Joaquim Antão. *Relatório apresentado à Assembléia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1860, p. 57.

²³⁶HILLEBRAND, João Daniel, Relatório apresentado ao governo da Província, 1854. *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, p. 339, 1924.

Tabela n.º 3
São Leopoldo - 1854

PRODUTO	PRODUÇÃO sacos	EXPORTAÇÃO sacos	VALOR UNIT. saco/réis	EXPORTAÇÃO valor /réis
Batatas		17 417	3\$000	52:251\$000
Feijão	37 126	20 000	8\$000	160:000\$000
Farinha/mand.	28 062	16 000	5\$000	80:000\$000
Milho	45 000	25 000	5\$000	125:000\$000
TRIGO		375	6\$000	2:250\$000

Fonte: Hillebrand, D. - *Relatório da Câmara Municipal de São Leopoldo* in
R.A. P.R.G.S.Nº15/16 - 1924

Tabela n.º 4
Colônia Santa Maria da Soledade - 1860

PRODUTO	AREA CULTIVADA Alqueire	PRODUÇÃO Alqueire	COMÉRCIO Alqueire	COMERCIO Preço/alqueire mil réis	CONSUMO Alqueire	EXCEDENTE alqueire	EXCEDENTE % produção
Batatas	821	3265	1 128	2\$000	1 126	877	26,86
Feijão	110	3 057	810 511 219	2\$800 3\$000 2\$200	286 - -	1 231 - -	40,27 - -
Fumo(libra)	-	1 410	820	\$160	355	235	16,67
Milho	159	18 584	362 518 1514	1\$280 1\$400 1\$500	7 232 - -	9 318 - -	50,13 - -
TRIGO	15	287	156	1\$600	70	51	17,77

Fonte: Relatório Presidente Fernandes Leão/Insp. Geral das Colônias - 1860

Pouco menos de um decênio mais tarde, houve preocupação governamental em melhorar o conhecimento da produção. A falta de funcionários encarregados de coletar dados era, de acordo com o relatório do Presidente Francisco de Assis Pereira Rocha²³⁷, responsável pelas *parcas informações* (...). O Poder Central manifestara-se a respeito pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, através de dois avisos, mas, em 1864, a situação não era muito melhor como se pode concluir pela Tabela 5.

Essa tabela assinala a omissão de treze municípios. Infelizmente não os relaciona, o que impede saber se o conteúdo reflete apenas a realidade colonial ou se é geograficamente mais abrangente. A apreciação mostra não ter se alterado qualitativamente a produção agrícola gaúcha. Continuaram destacados em volume os produtos tradicionais.

²³⁷PEREIRA ROCHA, Francisco de Assis. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Sul na 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Provincial*. Porto Alegre: Typ. do jornal A Ordem, 1862. p. 77.

Tabela n.º 5
São Pedro do Rio Grande do Sul
Produção Agrícola 1862/1863 *

PRODUÇÃO	ALQUEIRES
Arroz	6 980
Batatas	4 314
Centeio	3 898
Ervilhas	3 943
Favas	4 936
Farinha de mandioca	76 780
Feijão	121 564
Lentilhas	60
Milho	374 507
TRIGO	46 612

*2º a fonte, exceto 13 municípios.

FONTE: Relatório do Presidente Barros Pimentel - 1864

As práticas rotineiras preocuparam o Presidente Fernandes Leão²³⁸ que tratou e conseguiu do Governo Imperial, pelo decreto de 8 de agosto de 1861, a criação de um Instituto de Agricultura à semelhança de existentes em algumas províncias nordestinas. O Conselho Diretor e Fiscal dessa entidade, dependente de nomeação do poder criador, só se materializou em 10 de dezembro de 1861²³⁹. O Presidente Barros Pimentel (1864), em seu relatório ao Legislativo, lastimava o não funcionamento do *Imperial Instituto Rio-Grandense de Agricultura* escrevendo *e nem se pode dizer que esteja organizado*, e lamentava que a ideia²⁴⁰:

pareça estar ameaçada de morte prematura pelo indiferentismo desconhecedor das vantagens reais que de semelhante instituição deviam provir ao desenvolvimento da agricultura.

Na antevéspera da chegada dos italianos, propunha-se o Governo Central, através do Aviso datado de 22 de julho, a auxiliar a agricultura nacional através de fornecimento de sementes e importação de máquinas agrícolas indicadas pelos cultivadores, ouvidas as Câmaras Municipais. A repercussão da medida na Província foi a mais decepcionante possível. O Presidente Figueira de Mello²⁴¹, na Fala de 1872, registrou a divulgação da proposta através de circular às municipalidades e o resultado do proposto através das seguintes palavras:

Até o presente nenhuns agricultores se têm dirigido ao Governo Imperial por intermédio da Presidência, e nem me consta que o tenham feito diretamente para se aproveitarem dos benefícios que o mesmo Governo deseja proporcionar-lhe.

²³⁸ LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório com que entregou a presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao vice-presidente Commendador Patrício Corrêa da Câmara*. Porto Alegre: Typographia do jornal A Ordem, 1861. p. 48.

²³⁹ PEREIRA ROCHA, Francisco de Assis. Op. cit., 1862. p.77.

²⁴⁰ BARROS PIMENTEL, Espiridião Eloy de. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul à Assembléa Provincial*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1864.

²⁴¹ FIGUEIRA DE MELLO, Jerônimo Martiniano. *Fala dirigida à Assembléa Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1872.

Essa informação parece minimizar a responsabilidade governamental. Mostra uma agricultura, apesar dos frequentes elogios recebidos, conservadora e refratária a melhoramentos. A ela contrapõe-se uma interrogação sem resposta - houve a necessária e indispensável divulgação?

A garimpagem, nas fontes, sobre o estado agrícola da Província no período fixado, mostra rara alteração quanto aos processos empregados. Revela, porém, uma ampliação na área cultivada, em consequência da localização de novas remessas de braços. Essa moderação tecnológica permite um salto no interior da cronologia possibilitando revoada a outra área aberta a uma nova colonização.

O ano de 1875 vai marcar a chegada da primeira leva dos imigrantes italianos. Estabelecidos em Dona Isabel e Conde d'Eu, entre eles predominavam camponeses. A técnica utilizada para tornar aráveis e produtivos os respectivos lotes encontrou justificativa na substituição da enxada, instrumento de trabalho conhecido, pelo pau cavador. Seria este mais expedito e evitava que os pássaros desenterrassem as sementes²⁴². Explicada ou não, a terra com o tempo sofreria as consequências.

O camponês transplantado semeava ao acaso, ignorava, inicialmente, serem as estações locais, opostas às italianas. Conseguia, na terra desmaçada, resultados compensadores, como informou Perrod. Colhia, cada família, em média, em Conde d'Eu (Garibaldi), em 1881, 300 sacos de milho; 150 de feijão; 25 de batatas; 50 de trigo; 12 kg. de cânhamo; 25 kg. de linho; trinta sacos de arroz, e em Dona Isabel (Bento Gonçalves) 55 sacos de milho; 10 de feijão; 40 de batatas; 20 de trigo; 30 de centeio; 10 de cevada; 2 de arroz; 60 kg de linho; 10 hl de vinho e 50 kg de fumo²⁴³.

Essa produção, evidentemente, apresentava excedentes destinados ao mercado da Capital. Chegavam através de rede precária de transportes alimentada por tarifas muito onerosas.

Os resultados obtidos pela colonização estrangeira e respectiva produção continuavam entusiasmando os políticos responsáveis pela Província. O deputado Antunes Ribas em discurso na Assembleia Provincial em 1881, proclamava:

Presentemente as nossas colônias já nos colocam na vanguarda do país; pois em província alguma do Império vê-se núcleos importantes coloniais como os nossos.

Suas palavras identificam opinião generalizada.

O relatório provincial, datado de 1888, exaltando as virtudes do clima e a fertilidade dos solos, repetiu o juízo há muito aceito pelos governantes. Perguntava o seu autor, o Vice-Presidente Azambuja Villanova, por que a produção local não podia concorrer, nos centros consumidores, com os importados obtidos em condições climáticas e edáficas inferiores. Ele mesmo respondeu com a imperfeição do escoamento, falta de crédito, de estabelecimento de instrução profissional agrícola entre outras. Justas algumas dessas razões não omitiam o desconhecimento das situações tanto da agricultura local como, e principalmente, a dos concorrentes. Estes possuíam condições de solo e clima mais favoráveis do que as imperantes na Província e empregavam tecnologia superior²⁴⁴.

Num contexto, onde muitas vezes os mandatários estabeleceram confrontos incompatíveis entre o pouco cultivado na Campanha - região de criação extensiva - e a

²⁴² LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975, p.68.

²⁴³ COSTA, Rovílio; et. al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992. p. 73; p. 17.

²⁴⁴ VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. *Relatório com que passou a Administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Barão de Santa Tecla, no dia 9 de agosto de 1888*. Porto Alegre: Oficinas typographicas do Conservador, 1888.

agricultura das áreas de pequenas propriedades, a triticultura buscava o seu espaço.

O exame dos elementos disponíveis, nos 67 anos de Império, destacam a lembrança de uma triticultura anterior, muito rendosa, praticada pelos açorianos, a existência de condições mesológicas não só adequados como até superiores aos dos grandes produtores de trigo, o grande interesse da autoridade no plantio do cereal e medidas governamentais destinadas a incentivar a lavoura.

A triticultura açoriana, cuja produção persistiu exagerada na memória da Província durante o século XIX, impressionou políticos nacionais e foi transmitida a viajantes estrangeiros. Como amostras dessas reminiscências, eis algumas das abundantes manifestações publicadas.

Segundo o belga Baguet²⁴⁵ que por aqui andou em 1845:

Há cerca de trinta anos, ali (RS) cultivava-se o trigo que era exportado para países estrangeiros; (...)

A exportação para *países estrangeiros* corre por conta do provérbio popular *quem conta um conto...*

Aparteando o deputado Ubatuba, o seu colega Caldre Fião, em 1854, assim manifestou-se²⁴⁶:

Tantos apartes que não vêm provar nada. Tem-se plantado trigo; mas quando se mandou plantar trigo mandou-se buscar homens próprios desta lavoura; mandou-se buscar os açorianos e homens daquela parte de Portugal onde se planta trigo (...).

Os açorianos, como atesta a documentação, não imigraram para o Rio Grande por causa do trigo, mas, sim pela superpopulação do Arquipélago. As técnicas usadas não produziam o suficiente para o sustento do povo. Plantaram o cereal no Rio Grande porque o seu cultivo pertencia à sua bagagem agrícola.

No Relatório com que Soares Andréa passou o governo provincial, em 1850, consta

O trigo, que em outro tempo, fez a sua [da Província] prosperidade atacado da ferrugem, tem desanimado os lavradores (...)

O *outro tempo* refere-se ao do domínio português e o trigo, então, como produto rio-grandense, muito pouco fez pela prosperidade do Continente onde dominava de longe, a pecuária. O desânimo, porem, não implicou em desistência.

Hillebrand, em uma passagem do relatório que apresentou ao Governo Provincial, datado de 1854, escreveu²⁴⁷:

É o trigo um artigo de tanta importância para esta Província (...) tanto mais que temos a prova que há cinquenta anos mais ou menos o trigo era plantado nesta Província e cultivado com muito proveito a ponto que era um artigo importante de exportação para Portugal(...).

Quanto ao alcance da exportação para Portugal, a informação colhida por

²⁴⁵BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul/Florianópolis: UNIDISC/Paraula, 1997, p.53.

²⁴⁶CALDRE E FIÃO. Anais do Legislativo, sessão de 21 out. 1854

²⁴⁷ HILLEBRAND, João Daniel, Relatório apresentado ao governo da Província, 1854. *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1924.

Hillebrand deve ser debitada à conta das muitas fantasias que acompanharam a trajetória histórica do cereal no Rio Grande do Sul. Foi enviado um único e pequeno volume para Lisboa em 1787. Manifestando-se sobre a remessa, o Vice-rei Dom Luiz de Vasconcelos assinalou como consequência o encarecimento do produto na colônia por *falta de trigos*.

O mais exagerado de quantos se manifestaram sobre o assunto deve ter sido o Dr. Domingos Francisco do Santos²⁴⁸ que lembrou a dependência dos americanos ao trigo gaúcho até a eclosão da Guerra dos Farrapos. A impossibilidade de atendimento, em virtude do conflito, levou-os a tentar a cultura com o sucesso que é sabido. Ignorava o doutor o pedido de auxílio à independência do Brasil solicitado pelo estudante José Joaquim da Maia ao embaixador americano na França, Jefferson, em 1785. A resposta fora favorável, desde que *pagassem os [revolucionários] os saldos e recebessem seu bacalhau e trigo*²⁴⁹. E mais, em 1830, portanto antes da Revolução, entraram pelo porto do Rio Grande 27 863 barricas de farinha²⁵⁰ provenientes dos Estados Unidos²⁵¹.

Independentemente da importância dada à contribuição do açoriano como agricultor, ele não foi o único plantador de trigo no Rio Grande. Saint Hillaire registrou o cultivo em algumas das estâncias por onde passou. O que não se pode, por falta de elementos, é avaliar a porcentagem dessa agricultura, na grande propriedade, em relação ao total do grão produzido na Capitania e menos ainda ao do grão contrabandeado. Não há porém, razão plausível para julgar terem esses "pequenos" produtores estancieiros, abandonado a triticultura da qual não deveriam ter maior dependência econômica.

Verdade fácil de constatar foi a preocupação das autoridades provinciais com o grão.

Nos fins de 1830, um lustro após a chegada dos alemães, o Presidente Lopes Gama²⁵² ligou o crescimento de uma futura prosperidade do interior provincial à continuação dos resultados esperados pela sementeiras daquele ano. Entretanto, um mês antes, em despacho ao Marquês de Caravelas, em 4 de setembro de 1830, atribuiu a falta de boas sementes, como uma das causas responsáveis pela decadência da cultura²⁵³.

A ferrugem, flagelo da triticultura colonial continuava a prestar o seu desserviço. Para combater-la, o O POVO²⁵⁴, *jornal político, literário e ministerial da República Rio Grandense*, impresso em Caçapava, na edição do dia 26 de fevereiro de 1840, coluna Artigos Econômicos, transcreveu fórmulas para evitar o mal. Duas delas, empregam cal, a primeira, acompanhada de flor-de-enxofre e acetato de cobre. Nas outras, a cal é misturada à ferrugem de chaminé (sic). A que não emprega cal, é baseada em sulfato de cobre dissolvido em água e acrescido em uma das fases do preparo de *bosta de boi e estrume de pombo ou de galinha*. A eficiência das fórmulas parecem ter deixado muito a desejar, a observações sobre o mal continuaram.

²⁴⁸ SANTOS, Domingos Francisco dos. *Cultura do trigo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1894. p. 18.

²⁴⁹ CALMON, Pedro. *Brasil e América*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. p. 31.

²⁵⁰ 1 barrica = 88,134 kg.

²⁵¹ Despachos dos Cônsules dos E. Unidos no Rio Grande do Sul, p. 103/104.

²⁵² ROCHE, Jean. *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia UFRGS, 1961, p. 68.

²⁵³ ROCHE, Jean. Op. cit. p. 74.

²⁵⁴ O POVO *jornal político, literário e ministerial da República Rio Grandense*. Artigos Economicos. Metodos de evitar a Ferrugem do Trigo, ed. de 26 de fevereiro de 1840, p. 3. Fac-símile da coleção completa. Porto Alegre: Museu Júlio de Castilhos/Globo, 1930.

Na segunda metade dos anos quarenta, houve redução do tributo sobre a farinha de trigo importada²⁵⁵. O ato teria desestimulado a produção nacional esperançosa de proteção tarifária. Soares Andréa em 1849, registrou *raro o lugar em que um ou outro semeia [trigo] para o gasto da casa*, em virtude do desânimo dos agricultores diante da ferrugem. Opinava pela dedicação de cuidados especiais às sementes para evitar o mal arrasador e à instituição de recompensa a quem conseguisse meios de eliminar os flagelos da agricultura, particularmente o do trigo²⁵⁶.

O sucessor de Andréa confirmou a situação por esse descrita. Nem por isso houve desânimo governamental diante das decepções tritícolas e nem falta de iniciativa para modificar a situação reinante. A Assembleia Provincial aprovou e o Presidente sancionou a lei n.º 202 de 12 de dezembro de 1850, cujo artigo 36 referia-se especificamente à cultura da gramínea com a seguinte redação²⁵⁷:

Ficam as Câmaras autorizadas a despendar o saldo de suas contas até a quantia de 500\$000 com a aquisição de trigo estrangeiro de boa qualidade para ser distribuído por lavradores de conceito com a obrigação de o plantar e restituir igual porção, quando se realizar a colheita, para poder ser distribuído por outros lavradores.

A aplicação do artigo 36, em Porto Alegre, foi imediata. Spalding refere-se à proposta do Vereador Antônio Joaquim Mariante, aprovada na Câmara de Vereadores, em 30 de abril de 1851, para remeter quatro alqueires e uma quarta de trigo candeal, recebido da América do Norte, a fim de serem distribuídos, conforme preceituava a citada lei. Foram encarregados da repartição das sementes, em Belém, o Reverendo Vigário; em Viamão, Amâncio Gonçalves Viana; na Aldeia [dos Anjos] André Machado de Moraes Sarmento e em Dores [do Camaquã], Patrício Vieira Rodrigues. Em 9 de fevereiro do ano seguinte, a ata da Câmara registrava a comunicação de Gonçalves Viana sobre o fracasso da lavoura em Viamão devido à ferrugem.

A distribuição, note-se, realizou-se em parte da área onde se dizia ter o cultivo do trigo, no início do terceiro decênio do século, desaparecido. Será que se tentaria uma nova semente onde há cinquenta anos não se praticava a cultura? Não é provável.

Por essa mesma época, anunciava-se cultura do trigo na colônia de Monte Bonito, município de Pelotas²⁵⁸, outra porção da antiga e decantada área de cultura.

A respeito da situação tritícola na área colonial, o depoimento de Hillebrand²⁵⁹, em 1854, traça um quadro bastante realista de São Leopoldo. Os colonos, dada a experiência acumulada, tentavam uma melhor preparação das sementes tradicionais antes de plantá-las. Cultivavam as fornecidas pelo governo na esperança de boas colheitas. Na maior parte das vezes, em vão. Tentavam em solos idênticos, lavrados da mesma maneira, com sementes iguais, plantios no mesmo dia, em terrenos pouco distantes (os afastamentos variavam entre 200 ou trezentas braças, de 440 a 660

²⁵⁵ GALVÃO, Manoel Antonio. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléa Provincial em 5 de outubro de 1847 acompanhado do Orçamento da Receita e Despesa para o anno de 1847 a 1848*. Porto Alegre: Typographia do Argos, [s.d.].

²⁵⁶ ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares de. *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléa Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Tipografia do Porto Alegrense, 1849, p. 10

²⁵⁷ Lei n.º 202, de 12 de dezembro de 1850, da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, art. 36.

²⁵⁸ OLIVEIRA BELLO, Luís Alves Leite de. *Relatório do Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul na Abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1852*. Porto Alegre: Typografia do Mernatil, 1852, p. 14-15.

²⁵⁹ HILLEBRAND, João Daniel. *Relatório apresentado ao governo da Província, 1854. Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, p. 401, 1924.

p. 401.

metros), com resultados opostos. Obtinham compensações satisfatórias em umas lavouras e nada colhiam em outras. A ferrugem continuava fazendo das suas, desanimando os plantadores. As variedades distribuídas através da Diretoria Geral das Colônias deveriam constar no mapa n.º 11 do relatório de 1854 conforme o autor²⁶⁰, mas tanto na Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, onde foi publicado, como no original existente no Arquivo Histórico do Estado, o mapa citado refere-se à população evangélica de Três Forquilhas.

Hillebrand²⁶¹ relata distribuição de sementes pelo poder público *chegadas muito fora de tempo ou em época imprópria para a plantação* - como se vê, nada de novo - e menciona melhores resultados quando o plantio foi efetuado em época certa, inclusive de trigo espelta que chegou a *nascermas* sofreu os efeitos da ferrugem.

Confirma-se a desídia governamental no relatório de 1857. Quando foi aprovada a lei do orçamento, aproximava-se a época do plantio do trigo. No parágrafo 90 da sessão 18, estava programada a compra de sementes de trigo nos Estados Unidos e no Uruguai. Destinavam-se aos agricultores de Piratini que as receberiam pelo custo. Como não houvesse possibilidade de chegarem a tempo, Corrêa da Câmara, vice-presidente que assinou o relatório, encomendou na Alemanha 60 alqueires de dois tipos de sementes e pretendeu conveniente ampliar a distribuição para agricultores de outros municípios²⁶².

A Tabela 6, extraída do Relatório Ferraz (1858, p. 21), reorganizada em ordem decrescente de produção e acrescida de uma coluna com equivalência em quilogramas, engloba apenas treze dos municípios, os únicos que enviaram dados. Os elementos apresentados são muito interessantes, não apenas pelas reduzidas quantidades de grãos colhidos, mas, também, pela relação das áreas produtoras. Das constantes, seis apareceram na tabela das localidades produtoras do cereal no ano 1780, e nove tiveram o povoamento iniciado no século XVIII, o que, salvo melhor juízo, permite, mais uma vez, duvidar da repisada afirmativa do sumiço da triticultura na primitiva área de cultivo. A Tabela parece confirmar ter sido conservada a tradição embora sofrendo os efeitos da ferrugem²⁶³.

É essencial, porém, que se tenha em conta a existência de providências do Governo Central incentivando a cultura. Essas se consubstanciaram na remessa de sementes e no artigo 29, parágrafo 14, da lei n.º 939 de 26 de setembro de 1857 que concedia prêmios aos lavradores.

*A pequena porção de trigo procedente de Jerez de la Frontera (Espanha), recebida em 12 de maio de 1858, foi distribuída pelas Câmaras de Vereadores de Rio Pardo, de Caçapava, de Cachoeira e pelo Barão de Jacuí. A repartição abrangeu apenas localidades mais próximas em virtude de terem chegado já no fim da estação própria*²⁶⁴.

²⁶⁰ HILLEBRAND, João Daniel. Op. cit. p.402.

²⁶¹ HILLEBRAND, João Daniel. Op. cit. p.411.

²⁶² CORRÊA DA CÂMARA, Patrício José. *Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1857. p. 64.

²⁶³ FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléa Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858. p. 21.

FERRAZ, Angelo Moniz da Silva. Op. cit., 1858, p. 21.

Tabela n.º 6
Produção de trigo - 1858 **

MUNICÍPIO	ALQUEIRE	Kg*
Encruzilhada	12 585	3 39 795
Santo Antônio da Patrulha	10 833	292 491
Canguçu	8 990	242 730
Piratini	8 662	233 874
Santana do Livramento	6 000	162 000
Taquari	5 474	147 798
Rio Grande	5 414	146 178
Porto Alegre	4 138	111 726
São Borja	2 000	54 000
Camaquã	1 200	32 400
São Leopoldo	750	20 250
Conceição do Arroio	701	18 927
Sta. Maria da Boca do Monte	224	6 048
TOTAL		1 808 217

*Conversão: 1 alq. = 27 Kg.

** Fonte: Relatório do Presidente Ângelo M. S. Ferraz

Amparados na lei citada que premiava com dois contos de réis os que colhessem cem alqueires de trigo, os plantadores Manoel Fialho de Vargas, Maurício Antônio Fernandes, ambos de Porto Alegre, Moisés Pereira Soares e Laurindo Teixeira Brasil, de Bagé, candidatam-se à recompensa. O Presidente Ferraz mandou proceder a verificação das colheitas. Confirmadas as declarações, foi solicitado, a cada produtor um relato dos meios empregados e qualidades do obtido a fim de comunicar ao Governo Imperial. Não se conseguiu apurar se os requerentes tiveram a pretensão atendida, o parágrafo 14 da lei 939 só seria regulamentado pelo Decreto 2573, de 14 de abril de 1860, assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, João de Almeida Pereira Filho. Esse dispositivo legal exigia que o candidato fosse de profissão agricultor, possuísse terras próprias ou garantidas por título legítimo, em território nacional atestado pela Câmara Municipal e pela Polícia do local de produção. A solicitação do prêmio era feita ao Governo através do Presidente da Província que deveria ajuizar o pretendido amparado em diligências e informações necessárias. Vir acompanhado de atestado da Câmara Municipal obtido por comissão cujos membros seriam por ela escolhidos, podendo fazer parte vereadores. A Comissão seria composta logo que o benefício fosse solicitado. Deveria examinar todo o processo de plantio, colheita e qualidade do trigo colhido, assessorada por peritos. Pediam-se, também, informações sobre a qualidade do solo com detalhes quanto à variação do rendimento na área cultivada, preços de comercialização e quaisquer elementos favoráveis conseguidos. Com isso, o Governo pretendia incentivar informações que possibilitassem sucesso a outros produtores. Nenhum premiado poderia receber a recompensa mais de uma vez.

O relatório de 1862 registra solicitações daquela vantagem feitas por agricultores dos municípios de Pelotas, Caçapava, Piratini e Bagé. Nove deles foram premiados e mais não o foram por ter estourado a verba. Chama a atenção e confirma-se, mais uma vez, o que se tem dito: a triticultura, não tendo a importância atribuída pela tradição, não foi abandonada na porção sul da província.

Na presidência de Ferraz (1858), o governo provincial recebeu proposta de Eduardo von Borowski, de Santa Cruz, para fornecimento, durante três anos, de 60 a 80 alqueires de sementes de trigo egípcio, a razão de 8\$000 o alqueire, frete e embalagem incluídos. Seriam as ditas sementes as mais apropriadas para distribuição entre os plantadores, afirmava, o vendedor por experiência própria. A proposta não vingou, apesar da asseveração, por carecer de informações sobre a bondade das sementes.

Von Borowski foi incentivador de novos cultivos. Compareceu à Exposição Nacional de 1861 selecionadora dos exibidores brasileiros à exposição de Londres (1862), onde foi premiado com medalha de prata. Entre as diversas amostras por ele apresentadas constavam trigo e farinha²⁶⁵.

Grafado Burowch, e também de Santa Cruz, o que leva crer seja o mesmo senhor Borowski, em 1863, propôs ao Presidente Barros Pimentel, a compra de sementes de trigo espanhol *Xerez de la Frontera*. Repetiu a justificativa anterior. Somente o preço alterou-se para 9\$000 o saco. A proposta foi encaminhada ao Legislativo.

O Presidente Joaquim Antão Fernandes Leão (1859/1861) não destoou do comportamento usual em relação à triticultura. Os seus relatórios contêm a opinião e as providências tomadas em relação à cultura. Recebeu as trinta barricas de sementes de espelta encomendadas por antecessor. Júlio Knorr foi o importador através de Martin Valentin e a Alemanha a fornecedora. O custo total atingiu a 534\$000²⁶⁶.

As sementes foram colocadas à venda a 5\$000 o alqueire, posto em Porto Alegre, em virtude da procura reduzida, por ter chegado fora da época do plantio (não há informação sobre o mês do recebimento).

Na Capital tinham sido comprados apenas onze alqueires. O governo remeteu para venda: quatro barricas para Rio Grande, duas a São José do Norte, quatro para Rio Pardo tendo como destino Santa Cruz e oito destinaram-se à *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* com sede no Rio de Janeiro. O envio de sementes a Rio Grande e a São José do Norte parece confirmar a teimosia gaúcha em cultivar trigo nas primeiras áreas de ocupação. Por que? é uma incógnita.

Fernandes Leão atribuiu a algumas pessoas o abandono da cultura em virtude da falta de maquinaria destinada a moagem e propugnou pela inclusão de verba destinada a introdução das mesmas. Iludiu-se, porém quando escreveu aos deputados: *O trigo, como sabeis, promete ser o produto mais importante da lavoura desta província (...)*²⁶⁷.

Dando conta da pouca procura do espelta proveniente da Alemanha e para que não se perdesse totalmente, o Presidente mandou distribuí-lo pelas câmaras e colônias²⁶⁸. Registrou o envio, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria, de sementes de trigo *Príncipe Alberto*, variedade inglesa e *Gigante*, italiana, que não vingaram, talvez por vir mal acondicionado (...).

O Governador Barros Pimentel, em 1863, salientava, em seu documento maior enviado ao Legislativo, que os lavradores, além dos gêneros que produziam até então, *hoje se ocupam na plantação de trigo* acrescentando o informe com a decantada importância da exportação de trigo no passado. Deu conhecimento ainda sobre o recebimento de sementes de trigo *Nurvey* (sic) provavelmente *Nursery* (cultivar de origem inglesa),

²⁶⁵ XAVIER, Paulo J. Rio Grande na Iª Exposição nacional. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 08 jun. 1976. Suplemento Rural..

²⁶⁶ FERNANDES LEÃO, Joaquim Antão *Relatório Apresentado à Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª Sessão da 8ª Legislatura*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1859. p. 81

²⁶⁷ FERNANDES LEÃO, Joaquim Antão. Op. cit., 1859, p. 81.

²⁶⁸ FERNANDES LEÃO, Joaquim Antão. *Relatório apresentado à Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1860, p. 57/58.

Golden-Drop (cultivar australiano), *Rouch-Choff* (não foi localizado nenhum cultivar com esta denominação, a de maior semelhança é do cultivar *Redchaff*) e *Chidhan* (cultivar da Grã Bretanha) enviadas pelo Governo Central para distribuição aos agricultores²⁶⁹. Estes ainda tinham à disposição, pelo custo, moinhos mandados buscar nos Estados Unidos por Fernandes Leão.

Dessa época data a Tabela 7. Das treze localidades produtoras, oito aparecem na anterior. Entre as localidades comuns, duas praticamente conservam a mesma produção, Santana do Livramento e Rio Grande. Santo Antônio da Patrulha, Encruzilhada, Canguçu, Taquari e Conceição do Arroio (Osório) sofreram apreciável redução. As diferenças de nominatas nas relações, antes de serem atribuídas à inexistência de produção devem ser imputadas, com mais acerto, à não remessa de dados por parte dos municípios ausentes.

Tabela n.º 7
Província do Rio Grande do Sul
Produção de Trigo 1862/63

LOCALIDADE	QUANTIDADE Alq.	QUANTIDADE Kg
Sto. Antônio	11 008	297 216
Encruzilhada	6 606	178 362
Canguçu	6 521	176 067
Santana Livramento	6 100	164 700
Jaguarão	6 000	162 000
Rio Grande	5 824	157 248
S. José do Norte	1500	40 500
S. Jerônimo	1115	30 105
Cachoeira	850	22 950
Passo Fundo	500	13 500
Taquari	272	7 344
Santa Maria	222	5 994
Conceição Arroio	100	2 700
TOTAL	46 612	1 258 686

Organizada com elementos extraídos de Gomes do Carmo, p. 26.
P.^a conversão ao Sistema Métrico Decimal, considerou-se o
alqueire = 27 quilogramas.

O relatório seguinte (1864), diz terem sido plantadas sementes de *trigo sarraceno* enviadas pela Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura. Os resultados teriam sido satisfatórios por ser este *grão de fácil aclimação, como provaram as primeiras experiências*. As Câmaras dos municípios recebedores foram as distribuidoras, como de hábito. A colheita do ano anterior foi mais abundante do que a precedente. Não individualizando os proveitos obtidos pelas sementes citadas anteriormente, a participação não esclareceu praticamente nada. Vaticinou à Província, *em futuro não muito remoto*, o destaque tritícola do passado. Atribuiu como maior dificuldade ao crescimento da triticultura a inexistência de máquinas produtoras de uma boa farinha que possa concorrer com a importada²⁷⁰. Era uma opinião. Corresponderia à uma realidade?

²⁶⁹ BARROS PIMENTEL, Esperidião Eloy de. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul à Assembléia Provincial*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1863 p. 60.

²⁷⁰ BARROS PIMENTEL, Esperidião Eloy de. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul à Assembléia Provincial*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1864.

Agricultores, em número de trinta e nove (o relatório não os localizou) pleitearam a vantagem prescrita pela já citada lei de 1857 mas nem todos haviam preenchido as imposições legais do decreto n.º 2 573 de abril de 1860, para a concessão do prêmio. Não há informações sobre as exigências não cumpridas, porque os deputados conheciam o referido dispositivo legal. Em discurso pronunciado no Legislativo Provincial, o deputado Manoel Lourenço do Nascimento (sessão de 9 de novembro de 1866) referiu-se às tentativas de fraude com suspensões de pagamentos atingindo inclusive merecedores da recompensa.

A má-fé consistia no fato de vários lavradores juntarem as respectivas produções perfazendo a quota necessária à premiação. O trigo-papel da segunda metade do século seguinte teve predecessores. O resultado da desonestidade, conforme o orador, prejudicou um agricultor de Pelotas, Manoel Barbosa de Menezes. Havia colhido mais de cem alqueires constatados, devido à exigência do governo, por uma comissão nomeada pelo subdelegado e pela Câmara de Municipal. Comprovada a veracidade do volume produzido, nem assim o agricultor pelotense levou o prêmio merecido. A Presidência da Província mandou ouvir o Juiz de Direito, que confirmou o parecer da Comissão. Novo requerimento do agricultor aos governo da Província e ao Imperador dormitavam em algumas repartições tirando a esperança do contemplado.

A falta de cumprimento das normas legais não seria uma forma gentil da burocracia impedir a fraude de alguns dos requerentes?

A escassez de estatísticas dificulta uma apreciação quantitativa do decênio.

Tabela n.º 8
Rio Grande do Sul Produção de Trigo- Alqueires

LOCALIDADE	ANOS									
	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866
Estrela		53		47						
Lajeado**		00		00			72			
M. Casseros						6				
N. Petrópolis						15	20	6	00	
St Cruz			c. 30		0	400		5		
STª Maria		40								
Soledade	922	100	30	287		20				
Stº Ângelo		c. 8	c.213/4		1	659	0	97	73	
S.Lourenço			9	155	10					0

*Tabela organizada pelo autor. Fonte Relatórios dos Presidentes da Província

A Tabela 8, organizada com elementos buscados em vários relatórios, serve apenas para localizar a triticultura em alguns dos municípios coloniais.

Com eles, não se pode dizer se as lacuna apresentadas são devidas a desistências de plantio, pragas ou a falta de coleta de dados em certos espaços de tempo. De toda maneira, com exceção de 1858, ano que pode melhorar a informação da tabela anterior, os números mostram a fraqueza de colheitas locais.

O crescimento da produção revelado pelo trigo em Nova Petrópolis (27 vezes entre 1862 e 1865) deve ter despertado um entusiasmo descomunal. Participa o relatório de 1867 serem ali desconhecidas a ferrugem e outras pragas do trigo; a produção extraordinária, candidatou-a a celeiro da província. As linhas Olinda e Imperial foram os destaques. Nova Petrópolis teria brilhado nas exposições, provincial de 1866 e na Universal de Paris, onde compareceu com trigo de todas as qualidades e conquistou prêmios e menções. Infelizmente, para o Rio Grande, Nova Petrópolis não correspondeu, no tempo, à pretensão das autoridades. Dez anos depois (1875) uma estatística dessa Colônia, constante do Catálogo da Exposição da Província, o trigo, entre nove produtos comestíveis, era o sétimo, mesmo com aumento expressivo em relação ao início do decênio, 9000 alqueires.

Uma informação a destacar sobre o trigo rio-grandense, na sétima década do século passado, é dada por Xavier²⁷¹, no artigo sobre a IIª Exposição Nacional. Entre os participantes sobressaem-se pela exibição de cereais, o já citado Borowski contemplado com medalha de prata e premiados com menção honrosa, respectivamente Carlos Bus, Frederico Gustavo Bartolomei e Leonídio Antero da Silveira. É de presumir que entre esses cereais se encontrasse o trigo. Expondo especificamente trigo, os seguintes expositores receberam menção honrosa Augusto Becker e João Catrein com cultivares não identificadas; com trigo do Baixo-Danúbio: Pedro Neutzling, V. Bauer, Barão von Kahlden e Luiz Schroedcr.

Não há especificação do(s) país(es) de procedência do(s) trigo(s) do Baixo Danúbio e nem individualização de cultivares. A expressão Baixo-Danúbio deveria indicar, provavelmente área banhada pelo curso inferior daquele rio europeu donde proviriam as referidas sementes. Deveriam, esses trigos, provir da Hungria, dona de terras negras não menos fecundas do que o chernosen, segundo Reclus ²⁷². Lá, principalmente, no Banat danubiano (posteriormente à Iª Guerra Mundial, dividido entre Iugoslávia e Romênia) os compradores europeus localizavam o melhor trigo do mundo e por ele pagavam mais. Já Ganeval & Groffier²⁷³ chamam a atenção sobre o baixo rendimento obtido pelos agricultores húngaros. Enquanto o trigo francês rendia entre 22 e 38 hectolitros, o do Banat alcançava apenas 13 hectolitros. Os autores não dizem a unidade agrária desse rendimento, o que não invalida o informe.

O presidente Costa Pinto (1868-1869) ao término de seu período, anexou à informação de praxe à Assembleia, o relatório do agente intérprete Von Koseritz²⁷⁴ onde se verifica que

A nossa província (...) rica de todos os dotes de Ceres e Pomona (...) os cereais da Europa como o trigo, o centeio, a cevada, a aveia dão com extraordinário viço e grande vantagem. As colônias

²⁷¹ XAVIER, Paulo J. A IIª Exposição Nacional. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 1977. Suplemento Rural..

²⁷² RECLUS, Elisée. *Nouvelle Géographie Universelle*. L'Europe Centrale. Paris: Hachette, 1878.

²⁷³ GANEVAL, M. J. A.; GROFFIER, V. P. *Dictionnaire de Géographie Commerciale*. Lyon: Emmanuel Vitte, 1895.

²⁷⁴ KOSERITZ, Carlos de. Relatório da Colonização da Província. In: PINTO SILVA, Antônio da Costa. *Relatório com que passou a administração da mesma (província de S. Pedro do Rio Grande do Sul) ao Dr. Israel Rodrigues Barcellos*, em 20 de maio de 1869. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense, 1869.

alemães produzem anualmente centenas de milhares de alqueires de trigo e centeio e em todas as colônias é a grande quantidade de pão para o consumo feito de cereais plantados nas mesmas colônias que além disso exportam grandes quantidades.

O sucessor, João Sertório²⁷⁵, falando sobre a produção colonial salientou a prosperidade dos cereais em todas as colônias. Aconselhou a substituição periódica de sementes e a distribuição em períodos regulares, donde pressupor-se a continuação da má entrega das mesmas, como já se fez referência.

Especificamente sobre o trigo, esse Presidente abordou a produção e a importação. Não destoando da opinião generalizada, salientou a facilidade com que medrava por aqui esse grão, acrescentando com muita propriedade, *sentir não ter sido possível a cultura cerealífera sair da velha rotina*,

Avaliou a importação da província em três mil contos de réis o que parece um exagero. Em 1869, Nova Petrópolis exportou trigo a 6\$000 o saco. Tomando por base esse preço, o Rio Grande do Sul teria importado 500 000 sacos do grão. Considerando que a população registrada no recenseamento de 1872 foi de 434 800 habitantes, cada gaúcho consumiria, então, mais de um saco por ano.

Nova Petrópolis (1869) exportou pela linha Olinda, 4 sacos a 6\$000 a unidade e Linha Imperial, pelo mesmo preço, remeteu 18 sacos de um total de 182 alqueires colhidos. ultrapassados por Santo Ângelo com 262 alqueires.

No catálogo *Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* de 1875, as unidades constantes da Tabela 9 aparecem relacionadas como produtoras de trigo.

Tabela n.º 9
Produtores/Expositores – 1875 (')

MUNICÍPIO COLÔNIA.	N.º ORDEM	(') PRODUTOR	EXPOSITOR	TIPO DE TRIGO
Conde d'Eu	312	Luiz Feijó	Idem	Trigo sem barba
Conde d'Eu	314	Luiz Feijó	Idem	Trigo com barba
Encruzilhada	425		Comissão mun.	Próprio p.ª sopa
Encruzilhada	426		Comissão mun.	Comum
Mont'Alverne	238	Frederic Richter		
Nova Petrópolis	217	Carlos Bratz	Idem	
Nova Petrópolis	223	Antônio J. Castro	Idem	Trigo novo
Passo Fundo	133			
Picada Feliz	320	Vicente Beckrugil	Idem	
Santo Ângelo	263	Barão von Kalden	Idem	

(') Fonte Catálogo da Exposição da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – 1875

(') na fonte.

A mesma fonte científica produções de trigo na colônia particular *Rio Pardense*, (Rio Pardo) e a sua não comparência por falta de grãos maduros e na povoação de Germânia da Costa da Serra (atual Candelária) onde a colheita reduzida destina-se ao autoconsumo.

²⁷⁵SERTÓRIO, João. *Relatório com que passou a administração da Província ao Presidente João Capistrano de Miranda e Castro*. Porto Alegre: Typographia Riograndense, 1870.

Os informes sobre a Encruzilhada registram a tradição tritícola, os maus efeitos da ferrugem no passado acrescentando: *só a sua grande persistência [do agricultor] se deve haver hoje semente no município para plantio*. A falta de instrumentos para a moagem limitava a produção ao consumo próprio.

O exame da Tabela 9 não traz maiores surpresas. A presença da colônia de Conde d'Eu, porém merece esclarecimento. Não se tratava de trigo exposto por imigrantes. O expositor, Luiz Feijó, era proprietário de terras antes de 1870²⁷⁶.

Uma dúvida surge com *uma espécie de grão maior* destinada, segundo a fonte, a feitura de sopas. Que trigo seria?

No mesmo ano dessa exposição chegaram os primeiros colonos emigrados da Itália. Com eles abriram-se novas terras ao trigo com as mesmas esperanças das autoridades quanto a uma independência do pão gaúcho e talvez brasileiro, da sujeição alienígena. Os novos colonos eram, também, na origem, plantadores de trigo. Dona Isabel, Conde d'Eu, Caxias e Silveira Martins, a última pouco mais tarde, deveriam, segundo o pretendido, ser as redentoras da triticultura nacional. O entusiasmo por Nova Petrópolis começara a arrefecer. O relatório governamental de 1873, diz, a seu respeito, quando aborda a produção: *algum trigo*. Outro ídolo começava a se erguer.

A realidade dos anos seguintes mostraria que a nova colonização, merecia o bastão. Apesar de não se ter conseguido uma série estatística satisfatória, a tabela seguinte dá uma ideia da situação após o primeiro quinquênio da chegada dos peninsulares.

O total das três colônias em 1885 (tabela 10) atingiu 3 673 980 quilogramas. Comparando-os com a soma da produção de 1858 1 808 217 quilogramas (total da tabela 6) e a registrada em 1862/63, 1 258 524 quilograma (Tabela 7) mostra-se o progresso tritícola provincial e a transferência da principal área de cultura para a Encosta da Serra.

Tabela n.º 10
Produção de trigo na área colonial italiana –1881/1885 (*)
Kg (")

ANO	COL CAXIAS.	COL. D. ISABEL	COL. CONDE D'EU	COL. S. MARTINS
1881	71 400			1 500
1883		1 444 480	794 500	
1885	1 517 040	1 244 400	912 540	

(*) Fontes diversas

(") Conversão do autor para o sistema internacional de pesos e medidas.

A comparação, sem dúvida, deixa a desejar, pois não se tem as respectivas áreas plantadas nem os rendimentos por unidade agrária, mas são esses os dados disponíveis e além disso a evolução tritícola posterior confirma o que foi dito.

No ano em que os italianos ultrapassavam a colheita de trigo das regiões até então produtoras, um autor alemão²⁷⁷ afirmava que *a agricultura é exclusivamente nossa*. Seria uma resposta ao cônsul italiano Perrod, que dois anos antes escrevera em relatório²⁷⁸:

²⁷⁶ IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.(v.33)

²⁷⁷ ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 57.

²⁷⁸ COSTA, Rovílio; et al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.

De fato as colônias alemãs já com 40 anos de idade permaneceram pobres com relação às nossas, e não souberam tirar proveito do solo a não ser os produtos já conhecidos pelos brasileiros (...).

O mesmo cônsul, na apreciação, prometia *emancipá-la* [a Província] *da importação de (...) trigo (...)* promessa que a posteridade não verificou.

3. Poucos moinhos para uma lavoura provincial conservadora e refratária a inovações

Complemento indispensável a uma triticultura que almejava significativa produção, seria a existência de um parque moageiro apropriado.

A existência de moinhos, em solo gaúcho, é testemunhada em documentação antiga. Em uma planta da atual cidade do Rio Grande, datada da primeira metade do século XVIII, cujo original pertence ao Arquivo da Sociedade de Geografia de Lisboa, o desenho de um moinho marcava o local onde se erguia o engenho, originador de um topônimo *Campo do Moinho de Vento*²⁷⁹. Foi ali que se ergueu em 1751, o pelourinho. Ainda em 1850, anunciava-se a venda de água para embarcações na *Chácara do Moinho de Vento*. Em Porto Alegre, a toponímia urbana conservou até hoje duas lembranças da antiga moagem. Azenha e Moinhos de Vento. O caminho da Azenha, no século XVIII, era o caminho que ligava o núcleo urbano ao negócio de Francisco Antônio da Silveira, o Chico da Azenha, um moinho de roda, movido a água destinado a triturar trigo, desde 1760. Sua clientela abrangia produtores da localidade e da freguesia da Capela Grande (Viamão)²⁸⁰. Moinhos de vento erguiam-se no cruzamento das atuais ruas Independência e Barros Cassal, no século passado. Pertenciam a Antônio Martins Barbosa. Esses engenhos desapareceram em 1836 em virtude da Revolução Farroupilha²⁸¹.

No regime imperial, a nova área tritícola desenvolvida pelos alemães criou pequenos estabelecimentos moageiros. Em 1829, o inspetor José Thomaz de Lima informava ao Presidente da Província haver na Colônia de São Leopoldo, *oito moinhos d'água para moenda de trigo*²⁸².

A colonização alemã não criou uma indústria de moedura suficiente. Já em 1859, o Presidente da Província alegava à Assembleia Legislativa ser a falta de estabelecimentos moageiros uma das causas do abandono da cultura do trigo. Recomendava a conveniência de se consignar no orçamento, verbas para a compra de maquinaria. Um quinquênio após, a situação não se modificara. Justificava outro Presidente provincial a dificuldade da cultura do trigo pela falta de maquinaria aperfeiçoada. O fato impedia a farinha rio-grandense de concorrer com a importada e, conseqüentemente, não animava os agricultores. Em 1866, foi motivo de discussão no Legislativo, a compra de moinhos.

No catálogo da *Exposição Brasileira-Alemã* realizada em Porto Alegre (1881) constam expositores gaúchos de farinha de trigo. Entretanto, somente Canalli & Cia foi citado explicitamente como moleiro, proprietário do melhor estabelecimento colonial,

²⁷⁹ MACEDO, F. Riopardense de. Nascimento da Vila. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7 nov. 1970. Caderno de Sábado.

²⁸⁰ PORTO ALEGRE, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1994, p. 10 e FRANCO, Sérgio da Costa. (org.). *Despachos dos cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul 1829/1841*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/IHGRGS, 1998, p. 50.

²⁸¹ FRANCO FRANCO, Sérgio da Costa. (org.), 1998, op. cit., p. 276.

²⁸² REVISTA do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n.15/16.

capacitado a moer 100 sacos de trigo (7 254 litros) em 24 horas. A mesma procedência informa possuir a Colônia 30 moinhos, alguns produzindo excelente farinha. Em vista da quantidade de moendas, não será de se presumir que os expositores de farinha de trigo, acompanhados do termo *produtor*, seriam proprietários de pequenos engenhos? A suposição encontra fundamento ao se examinar o caso do expositor Vaccari & Cia. Compareceu à exposição com um saco de amostra de farinha de trigo. Em 1866, Vaccari consta como proprietário de moinho onde trabalhou Aristides Germani, pioneiro da moderna indústria moageira caxiense²⁸³. Quem expôs farinha de trigo de três qualidades como José Joss, não seria proprietário de moenda? Corroborando com o presumido, o Catálogo, referindo-se a Passo Fundo, compara a farinha fornecida por Felipe Dreher com a importada, afirma que apesar de não ter a mesma aparência daquela, em qualidade *não lhe é certo inferior*. Nesse caso, é óbvia a existência de estabelecimento moageiro.

A Tabela 11 relaciona os que tomaram parte no evento de 1881 como produtores e expositores de farinha de trigo, exceto os já citados.

Tabela n.º 11
Exposição de 1881

EXPOSITORES	LOCALIDADE
Credeíndio Marcelli	Col. Caxias
João Chreck	Lomba Grande
José Alves dos Santos	Montenegro
José Joss	Col. Caxias
Júlio May	Teotônia
Ph. Dreher	Campo do Meio
(')	Bento Gonçalves

2º a fonte, não foi possível identificar os expositores das Colônias D. Isabel e Conde D'Eu por terem perdido os rótulos.

Na década de oitenta, o problema da escassez de estabelecimentos moageiros avultou. Manifestações a respeito e iniciativas de instalações apareceram com certa intensidade. Provavelmente, influenciadas pela maquinaria apresentada na Exposição Brasileira-Alemã.

Em 1883 houve uma iniciativa de estabelecimento de moinho no sul da Província, em Canguçu, segundo informam os anais do Legislativo. Na sessão de 27 de dezembro, foi mandado imprimir um requerimento de Juvêncio da Silva Leivas solicitando garantias de juros sobre 200 contos de réis, privilégio de 15 anos, para ereção de um engenho central de trigo em Morro Redondo, onde pretendia fundar uma colônia.

Dois anos após, o Deputado Villa Nova²⁸⁴, em discurso pronunciado na sessão da Assembleia de 19 de novembro, refere-se a recente instalação de um moinho a vapor por iniciativa dos senhores Freitas Valle e Jacques, no Alegrete. Aqueles pecuaristas tinham em mira a expansão da triticultura no município. Havia pretensão semelhante em Arroio Grande. Na sessão seguinte, foi apresentado ao plenário da Assembleia e logo enviado à *Comissão de Comércio e Indústria*, um substitutivo apresentado pelo Deputado Villa Nova, autorizando o Presidente da Província a criar moinhos centrais para moer trigo e descascar arroz nas seguintes localidades: Montenegro, Conde d'Eu, Taquari, Encruzilhada, Canguçu, Caçapava, Alegrete e em outros locais à escolha da

²⁸³ CAMPOS NETTO. *O Cavaliere Aristides Germani*. Caxias do Sul: UCS, 1978, p. 35.

²⁸⁴ VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. Anais sessão da Assembleia de 19 de novembro 1885.

administração, num total de dez unidades. O governo ofereceria garantia de 8% de juros sobre o capital, por um tempo não superior a dez anos. Os moinhos não teriam custo superior a 20:000\$000. Os beneficiários gozariam de isenção de direitos municipais e provinciais sobre o material importado, exigido para a criação do estabelecimento. Em contrapartida, comprometiam-se adquirir moinhos *aperfeiçoados*, 200 000 braças de terras, nos respectivos municípios e cultivá-las, inicialmente, com 800 litros de trigo e aumentar anualmente o plantio de modo a atingir, no décimo, vinte mil litros. Deveriam, ainda, fundar uma escola primária de agricultura manter gratuitamente cinco alunos em cada ano e difundir as culturas de trigo e arroz através de propaganda e no quarto ano, distribuírem sementes.

Os moinhos e terras anexas seriam hipotecados à Província e os contratos aprovados pelo Legislativo.

O moinho proposto por Juvêncio Leivas, pelo visto, deveria enquadrar-se no projeto que previa nominalmente, *caso quisessem*, a inclusão dos proprietários de moinhos do Alegrete e de Conde d'Eu.

Gomes do Carmo registra a fundação de dois pequenos moinhos em 1888. O primeiro, fundado por Ramiro Moreira Brito, em Cacimbinhas, moeu naquele ano 15 000 kg. Em São Sepé, Jorge Echard estabeleceu o seu moinho empregando um capital de dez contos de réis²⁸⁵.

Apesar da boa vontade do Legislativo, o problema da triticultura não encontrava o seu único óbice na falta de indústria moageira compatível. Esta era uma consequência da lavoura que se utilizava de sementes inadaptadas e cujos produtos sujeitavam-se a um escoamento extremamente precário e custoso. A realidade espelhava uma produção insuficiente à demanda do mercado.

4. Na importação a parte do leão continuava com os Estados Unidos

A carência de produção necessária fomentou a importação; a de moinhos, maior opção pela farinha de trigo. O trigo em grão foi pouco importado. O fenômeno não era só rio -grandense, era nacional. No conjunto, farinha e trigo em grão atingiam valor bastante elevado na pauta de importação brasileira. No ano fiscal 1847/1848, o país pagou 3 382:430\$826 pela farinha e somente 11:008\$289 com o grão ou seja 0,32% do total. Da farinha, ao Rio Grande, o custo atingiu 13,4% do total.

Os fornecedores dos brasileiros não eram muito numerosos. Aos Estados Unidos cabia a parte de leão. No ano fiscal 1847/1848, das 1 665 463 arrobas (24 4463 986 quilogramas), o citado país forneceu 1 490 460 arrobas (21 893 366,940 quilogramas) ou sejam 89,5% do total. O restante dividiu-se entre nove países europeus e dois sul-americanos.

²⁸⁵ CARMO, A. Gomes. *O Problema nacional da produção do trigo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1911.

Tabela n.º 12
PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL
Importação de Farinha de Trigo dos Estados Unidos

ANO	BARRICAS(*)	QUILOGRAMAS
1829	3 161(1)	278 591,574
1830	27 863	2 455 677,642
1831	16 540(2)	1 457 736,360
1832	- (3)	-
1833	16 139(4)	1 422 394,626
1834	13 837(5)	1 219 510,158
1835	5 930(6)	522 634,620
1836	5 134(7)	452 479,956
1837	-	-
1838	1 044	92 011,896
1839	900(8)	79 320,600
1840	(9)	
1841	(10)	

1 barrica = 88,134 Kg.

somente 1º sem.; (2) + 3 entradas s/ especificação de peso; (3) 10 entradas idem; (4) + 2 entradas s/especificação de peso; (5)+ 7 entradas idem; (6) + 13 entradas idem; (7) somente 1º sem + 1 entrada sem especificação de peso, não registra entrada no 2º sem.; (8) + 9 entradas s/especificação de peso; (9) 10 entradas s/ especificação de peso; (10) somente 1º sem., 6 entradas s/ especificação de peso.

Não há registro de entrada de trigo em grão. Tabela organizada com elementos extraídos de *Estados Unidos e Rio Grande – Negócios no século XIX*.

Informações decorrentes da consulta à *Coleção dos Mappas Estatísticos do Commercio e navegação do Império do Brasil - 1847/1848*.

Séries estatísticas de importação, à semelhança das de produção, são escassas e não são muito confiáveis. As poucas fontes apresentam dados divergentes.

Os mais antigos dados quantitativos sobre importação gaúcha do período referem-se apenas à farinha e ao trigo provenientes dos Estados Unidos. Constam nos relatórios consulares que detalham as cargas dos navios americanos entrados nos portos de Rio Grande e Porto Alegre²⁸⁶. Com eles, organizou-se a Tabela 12.

A quase totalidade da farinha constante nessa Tabela foi desembarcada no porto do Rio Grande. Em Porto Alegre, segundo a fonte, os navios americanos desembarcaram farinha no segundo semestre de 1835 e no primeiro do ano seguinte. Os elementos expostos não revelam os totais recebidos pelos dois portos. A falta de elementos quantitativos completos como, por exemplo, em 1836, onde 13 desembarques não são avaliados, impedem uma ideia, mesmo aproximada, do aportado, que foi bem maior.

Na *Colleção dos Mappas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil*, ano financeiro 1847/1848²⁸⁷ encontrou-se os elementos para a constituição da Tabela 13.

²⁸⁶ FRANCO, Sérgio da Costa. *Despachos dos cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul 1829/1841*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/IHGRGS, 1998.

²⁸⁷ *COLLEÇÃO dos Mappas Estatísticos do Comércio e Navegação do Império do Brasil*, ano financeiro 1847/1848. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1854.

Tabela n.º 13
Província do Rio Grande do Sul
Importação de Farinha de Trigo – 1847-1848

PROCEDÊNCIA	DESEMBARQUE	QUANTIDADE	VALOR/RÉIS	QUANTIDADE K
E. Unidos	R. Grande	215 367 bar(*)	430:743\$000	18 981 155,710
E. Unidos	S. José Norte	11 245 @(")	22:489\$066	165 177,80
Entre-Rios	S. Borja	570 @	1:078\$600	8 372,73
Corrientes	S. Borja	72@	144\$000	1 057,60
TOTAL			454:435\$066	19 153 763,30

Fonte: Collecção de Mappas Estatísticos(...)1847/1848.

Essa Tabela mostra a procedência da importação naquele ano, confirma a supremacia norte americana e informa a desigual importância dos portos de desembarque.

Sobre os dados, a fonte pouco esclarece *segundo os parciais organizados pelas Alfândegas e Mesas de Consulado* e mais nada. Ao se comparar esses dados com os revelados pela fonte americana, mesmo considerando as falhas existentes, nos chamou a atenção a disparidade entre as respectivas quantidades. Não havia justificativa para um aumento tão grande no volume de farinha importado mesmo levando em conta o fim da Revolução Farroupilha. Em vista disso apelou-se para o Relatório da *Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa em Vigor*²⁸⁸. Nessa fonte, as importações são reveladas em custos e não em quantidades. Havendo o Brasil, em 1847/1848, importado da Bélgica uma arroba de farinha ao custo de 2\$000, pôde-se, considerando esse valor constante para o decênio 1839/1849, constituir a Tabela 14.

Comparando o total da Tabela 13 com o mesmo ano da seguinte, constata-se uma enorme disparidade entre as importações registradas em ambas, porém a última pareceu mais consentânea com a realidade de então. Infelizmente, não se tem estimativa do total de população. Com ele se poderia obter o consumo aparente per capita e ter melhor avaliação sobre os números das importações.

Procurando-se a causa da desigualdade das quantidades expostas, e considerando que somente a correspondente à importação por Rio Grande, em 1847/1848, (Tabela 13 em negrito) era expressa em barricas e não em arrobas, como a dos outros portos, pensou-se considerá-la como arrobas. Nessa consideração, a medida, somada às provenientes dos outros portos provinciais, totalizou 227 254 arrobas, peso inferior ao expresso na Tabela 14 em 71 646 arrobas.

A quantificação dos pesos expressos pela Tabela 14, como foi explicado, foram computados sobre os valores totais declarados quando da importação da farinha. Sobre eles, as autoridades alfandegárias calculavam os impostos. É preciso, porém, não esquecer a existência de sonegação e a possibilidade dos mesmos terem sido subestimados

O valor adotado pela arroba de farinha de trigo é consentâneo com a realidade. Testaram-se pesos e valores totais de importações de várias procedências, obtidos em outra fonte. As variações foram pequenas, entre 1\$998 e pouco acima de 2\$000.

²⁸⁸ MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa em Vigor*: Relatório. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1874.

Tabela n.º 14
Província do Rio Grande do Sul
Importação de Farinha de Trigo

ANO	ARROBAS (‘0)	VALOR 1\$000	QUILOGRAMAS
1839/40	32 500	65:000\$	477 392,500
1840/41	80 500	161:000\$	1182 464,500
1841/42	96 100	192:200\$	1411 612,900
1842/43	65 350	130:700\$	959 926,150
1843/44	113 200	226:400\$	1 662 794,800
1844/45	122 500	245 000\$	1 799 402,500
1845/46	174 246	384:512\$	2 559 646,380
1846/47	164 596	329:192\$	3 417 750,638
1847/48	298 900	597: 801\$	4 381 736,044
1848/49	205 414	410: 828\$	3 017 328,240

(‘)Calculadas considerando o valor de cada @ =2\$000. A fonte forneceu o valor total.

Tabela organizada com elementos extraídos do Relatório da Comissão Encarregada da Revisão das Tarifas em Vigor referentes aos portos de Rio Grande, São José do Norte, P.Alegre e S. Borja.

A Tabela 14 mostra que a importação de farinha esteve em crescimento durante a Revolução Farroupilha. Os dados não discriminam os portos de importação mas é óbvio que o produto não seria consumido apenas na área de influência do porto do Rio Grande. Com a paz, a importação dobrou.

As importações posteriores apresentam carência de dados. São de diversas fontes os elementos constantes na Tabela 15 e, infelizmente, apresentam lacunas.

Tabela n.º 15
Porto Alegre
Importação de Farinha de Trigo

ANO	BARRICA* (A)	SACOS** (B)	KG. (A+B)
1868	10 780,5	8 841	1 339 133
1873	16 823	7 603	1 817 210
1874	20 998	37 773	3 512 650
1876	21 483	34 401	3 407 027
1880	19 201	40 454	3 472 237
1885	23 347	48 851	4 207 108

* Barrica = 88,134kg. **Saco = 44kg

A Tabela 14 mostra uma discrepância muito grande entre os dois primeiros dados e os restantes. Poder-se-ia dizer, tendo-a como base, que nos últimos trinta e cinco anos teria havido uma estabilização nas importações de farinha, mas a confiabilidade dos seus componentes torna a afirmativa arriscada.

5. Conclusão

O conteúdo desenvolvido responde de sobejo à questão posta inicialmente.

As estatísticas transcritas no trabalho servem mais para dar a ordem de grandeza dos fenômenos que representam. O fenômeno não abrangeu apenas a produção e o consumo de trigo e derivados, compreendeu, também, outros setores. As faltas e as

imprecisões numéricas constituíram uma das deficiências com que contaram os antigos presidentes provinciais no desempenho das suas tarefas. Entre eles houve aqueles que salientaram a carência de documentação estatística como Joaquim Antão Fernandes Leão no relatório de 1859²⁸⁹:

Na deficiência de dados estatísticos, não vos [Deputados] posso dar conta minuciosa do desenvolvimento desseramo da riqueza pública [agricultura] nesta província.

O mal transcendia do âmbito provincial. O relatório da Comissão da Revisão da Tarifa (1853), no segundo parágrafo da primeira página, registra a falta de dados estatísticos e de informações precisas no âmbito imperial.

No Rio Grande do Sul, a triticultura iniciada com as sementes enviadas pela Câmara de Curitiba em 1738 varou o regime imperial sem interrupção. Conservou-se, nolitotal, impróprio para plantio, e no sul da Província, áreas iniciais da cultura. Estendeu-se, posteriormente, pelas terras coloniais, alemã e italiana. Os resultados alcançados, particularmente, nas regiões coloniais, não foram os esperados. Vários fatores se fizeram sentir, uns abrangendo a agricultura em geral outros atingindo particularmente a triticultura. Na pequena propriedade, imperou, por certo tempo, o desconhecimento das condições naturais. Provenientes de áreas de clima e solo diferentes, os que eram cultivadores, ignoravam essa diversidade. Sua experiência era de uma agricultura rotineira na terra de origem, a qual foi incorporada a queimada indígena. Os considerados bons resultados iniciais iam minguando no decorrer do tempo e a produção obtida era compatível com a técnica usada. Os encômios recebidos das autoridades expressavam o resultado de uma comparação improcedente - a lavoura da área de criação. Não se pretende desmerecer o esforço da gente colonial, os seus conhecimentos não lhes permitia comportamento diferente. Não havia condições para explorar a madeira. Sem o fogo, a agricultura teria sido muito mais difícil do que foi. Sem um sistema de escoamento eficiente e barato não havia porque explorar o arvoredo ou aumentar a produção.

Reduzir ou eliminar os inconvenientes apontados sucintamente, competia às autoridades. Essas, centrais ou provinciais, não deixaram de tomar medidas que, se postas em prática de maneira eficiente, teriam trazido resultados compensadores. Uma das iniciativas de relativo sucesso foi o incentivo à imigração de agricultores. Nas instruções aos presidentes provinciais baixadas por Feijó, em dezembro de 1835, o Regente preconizava a vinda de colonos (...) de países de agricultura adiantada²⁹⁰. Ocorria, porém, que as ditas áreas europeias eram as que se haviam industrializado e, portanto, absorvido a mão-de-obra excedente do campo. Os camponeses, das regiões que forneciam imigrantes, não conheciam a agricultura moderna.

O Vice-presidente Corrêa da Câmara ratifica o afirmado no Relatório de 1861²⁹¹ quando diz:

Era de crer que a emigração europeia trouxesse consigo os sistemas aperfeiçoados de cultura que conseguem no velho mundo (...), mas assim não foi: os contratos celebrados (...) não atraíram ao Brasil homens adestrados nessa espécie de trabalho.

²⁸⁹ LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório Apresentado à Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª Sessão da 8ª Legislatura*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1859. p.75.

²⁹⁰ CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, 1989. p. 337.

²⁹¹ LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório com que entregou a presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Commendador Patrício Corrêa da Câmara*. Porto Alegre: Typographia do jornal A Ordem, 1861. p. 48.

No caso específico do trigo, várias medidas foram tomadas como a importação de sementes, prêmios em dinheiro às lavouras bem sucedidas como anteriormente aludido. A partir de 1867 arrefeceu o interesse ministerial pelo trigo. Seria retomado pelo Conselheiro Afonso Pena em 1883 ao mandar publicar e distribuir instruções sobre a cultura do trigo. O conteúdo não era satisfatório e poderia ser responsável por insucessos ocorridos. Àquelas instruções foram substituídas por outras quando o Conselheiro Antônio Prado esteve à testa dos negócios agrícolas.

Especificamente, a lavoura tritícola não contava com sementes apropriadas às condições ambientais rio-grandenses. As importações de várias procedências pareciam querer resolver o assunto através do ensaio e erro o que não se mostrou uma técnica eficiente. Havia consciência de que não era assim que se resolveria esse problema e os da agricultura em geral e sim através da pesquisa e do ensino.

Corrêa da Câmara²⁹² no seu Relatório cita a criação do Instituto de Agricultura Rio-grandense, em 8 de agosto de 1861, graças aos seus esforços junto ao Poder Central. Esperava a nomeação dos membros dos Conselho Diretor e Fiscal a quem competia a feitura dos estatutos, pelo decreto criador. Pretendia-se com esse Instituto, à semelhança de outros já existentes em algumas províncias, estabelecer o ensino prático de aparelhos e aperfeiçoados sistemas de cultura modernos. Quatro anos depois, o Presidente Barros Pimentel lamentava não estivesse o Instituto em funcionamento e nem mesmo organizado. Ao que parece, nunca o foi, pois, em 1870, o Presidente Miranda e Castro²⁹³ falando sobre trigo, pregou a instituição de uma sociedade agrônômica à semelhança das existentes nos Estados Unidos, *que se esforçasse em derramar noções úteis sobre agricultura e de cuja competência fosse a mencionada renovação de sementes*.

Boas soluções, não faltavam. Pô-las em prática esbarravam na falta de recursos, crônica na vida brasileira desde tempos recuados, na ineficiência dos serviços públicos assistenciais. Ideias arraigadas como as superioridades climática e edáfica do Rio Grande comparativamente a outros países dificultavam a compreensão de problemas agrícolas.

A descontinuidade administrativa nos âmbitos central e provincial também deveriam cooperar para as dificuldades. O Rio Grande, entre 1846, término do governo do Barão de Caxias e 15 de novembro de 1889, teve, entre interinos e efetivos, 72 presidentes.

A triticultura brasileira e em particular a gaúcha só iria ter um desenvolvimento compatível com as peculiaridades nacionais, quando, no século XX, a ciência e a tecnologia reuniram uma plêiade de homens competentes para resolver os problemas que se antepunham ao sucesso do cultivador. Uma nova triticultura surgiu na paisagem rio-grandense com os entendimentos do céu, da terra e do homem.

²⁹² LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. Op. cit., p.48.

²⁹³ MIRANDA E CASTRO, João Capistrano de. *Relatório com que passou a administração da Província ao Presidente Francisco Xavier Pinto Lima*. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1870.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano. *Ensaio e Estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/MEC, 1976.

ABREU, Florêncio de. *Aspectos do desenvolvimento econômico e financeiro do Rio Grande do Sul*: Comemorações em honra do Centenário da Independência do Brasil 1922. Porto Alegre: A Federação, 1923.

_____. Retrospecto econômico e financeiro do Rio Grande do Sul -1822/1922. *Revista do Archivo Publico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n.8, 1922.

ALMEIDA, Alfeu Pinheiro (coord.). *Zoneamento Agrícola*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/Secretaria da Agricultura, 1978.

AMSTAD, Theodor. *Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul 1824-1924*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1924.

ANDRÉA, Francisco José de Souza Soares de. *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Tipografia do Porto Alegrense, 1849.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. *Comissão especial dos problemas da lavoura tritícola*. Porto Alegre: ALERGS, 1973.

ASSIS BRASIL, J.F. *Cultura dos campos*. Paris: Mounier, Jeanbin, 1905.

ASSIS BRASIL, João Antônio. *Alguns aspectos da cultura do trigo no Estado do Rio Grande do Sul sob o ponto de vista estatístico*. Porto Alegre: Departamento de Estatística, 1948.

AVE-LALLEMANT, Roberto. *Viagem pelo Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e Gaúchos*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1975.

AZEVEDO, José Luiz Bragança de. *Alfândega da cidade de Rio Grande (do Sul)*. Porto Alegre: Globo, [s.d.].

BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul/Florianópolis: UNIDISC/Paraula, 1997.

BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: Escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BAPTISTA, Álvaro. *Relatório apresentado ao Presidente do Rio Grande do Sul pelo Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda*. Porto Alegre: Globo, 1908.

BARCELOS, Rubens de. *Esboço da formação social do Rio Grande*. *Revista Província de*

São Pedro, Porto Alegre, n.3, 1945.

BARRETO, Abeillard. *Bibliografia Sul-Riograndense*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

BARROS PIMENTEL, Esperidião Eloy de. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul à Assembléia Provincial*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1863.

_____. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul à Assembléia Provincial*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1864.

BASTIDE, Roger. *Brasil terra de contrastes*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1959.

BASTOS, Manuel Fernandes. A fundação da freguesia de N. S. da Conceição do Arroio. In: Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-Rio-Grandense, 1., 1936, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Globo, 1936.

BERTASO, Henrique; LIMA, Mário de Almeida. *Álbum comemorativo ao 75º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

BETTAMIO, Sebastião Francisco. Notícia particular do continente do Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 23, 1958.

BOEHN, João Henrique. *Carta ao Marquês de Lavradio*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro/Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, 1979.

BORGES FORTES, João. O levante dos dragões do Rio Grande em 1742. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n.74, 1939.

_____. *Os casais açorianos*. Porto Alegre: Martins, 1978.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogo das Grandezas do Brasil*. Salvador: Progresso, 1956.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BUREAU OF THE CENSUS. *Statistical Abstract of the United States*. Washington: Bureau of the Census, 1951.

CABRAL, Osvaldo. *Santa Catarina*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

CABRAL DA CÂMARA, Sebastião Xavier da Veiga. Ofício do governador Sebastião (...) em 22 de dezembro de 1780. *Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. 40, 1877.

_____. Reflexões sobre o estado actual do Continente do Rio Grande de S. Pedro 1783

in *Revista do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro: Garnier, 1877.

CALMON, Pedro. *História do Brasil: as origens*. São Paulo: Nacional, 1939.

_____. *Brasil e América*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política Exterior do Império*. Brasília: Senado Federal, 1989.

CAMARGO, Eleutherio A. *Quadro Estatístico e Geográfico da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Jornal do Comércio, 1868.

CAMPOS NETTO. *O Cavvaliere Aristides Germani*. Caxias do Sul: UCS, 1978.

CANABRAVA, A. P. *O Comércio português no Rio da Prata 1580-1640*. São Paulo/B. Horizonte: USP/Itatiaia, 1984.

CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO. Correspondência de várias autoridades e avulso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 65, 1902.

CARDIM, Fernão. *Tratado da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1939.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

CARMO, A. Gomes. *O problema nacional da produção do trigo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1911.

CASAL, Aires de. *Corografia Brasílica*. São Paulo: Cultura, 1943.

CATÁLAGO da Exposição Brasileira-Allema em Porto Alegre em 1881. Porto Alegre: Deutsche Zeitung, 1881.

CAVENAGO, Mercedes Susana. *Geografia Econômica General*. Buenos Aires: Machi, 1950.

COLECÇÃO dos Mappas Estatísticos do Commercio e Navegação do Imperio do Brasil, com suas províncias e paízes estrangeiros 1847-1848. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1854.

COPSTEIN, Gisela (org.). *Itapuã*. Porto Alegre: UFRGS, 1982.

COPSTEIN, Raphael. *Pelas Águas do Rio Grande*. Porto Alegre: Magister, 1993.

_____. O trigo no Continente de São Pedro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Aelgre, n. 132, 1998.

CORRÊA DA CÂMARA, Patrício José. *Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857*. Porto Alegre: Tipografia do Mercantil, 1857.

COSTA, Alcione José; SANTOS, Eurico. *Calendário agrícola do Rio Grande do Sul*. Rio de

Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

COSTA, Rovílio; et. al. *As colônias italianas Dona Isabel e Conde d'Eu*. Porto Alegre: EST, 1992.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Demográfico do Rio Grande do Sul 1941 /1942*. Porto Alegre: Globo, 1944.

DORNAS FILHO, João. *Aspectos da Economia Colonial*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1958.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: IEL, 1961.

EUVERTE, Guy. *Les climats et l'agriculture*. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

F.A.O. *Production Yearbook*, 1967. Roma: FAO, 1968.

FABRÍCIO, José de Araújo. Inácio Francisco de Melo in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 121, 1975.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. São Paulo: Globo, 1991.

FAUCHER, Daniel. *Geografia Agrária*. Barcelona: Omega, 1953

_____. *La "revolution" agricole du XVIII-XIX sièclein: la vie rurale vue par un géographe*. Toulouse: Fac. des Lettres/Institut de Géographie, 1962.

FERRAZ. Ângelo Moniz da Silva. *Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléia Legislativa Provincial*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1858.

FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: Globo, 1960.

FIGUEIRA DE MELLO, Jerônimo Martiniano. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1872.

FONTOURA, Alvarino Marques. *Episódios do ciclo do charque*. Porto Alegre, Edigal, 1987.

FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: Guia Histórico*. Porto Alegre: EdUFRGS, 1988.

_____. (Org.). *Despachos dos cônsules dos Estados Unidos no Rio Grande do Sul 1829/1841*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/IHGRGS, 1998.

FREITAS, Décio. *O capitalismo pastoril*. Caxias do Sul: EST/Universidade de Caxias do Sul, 1980.

GALVÃO, Manoel Antonio. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do*

Sul na abertura da Assembléa Provincial em 5 de outubro de 1847 acompanhado do Orçamento da Receita e Despesa para o anno de 1847 a 1848. Porto Alegre: Typographia do Argos, [s.d.].

GALVÃO, Manoel do N. da Fonseca. *Notas geographicas e históricas sobre Laguna*. Desterro: J.J.Lopes, 1884.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924.

GANEVAL, M. J. A.; GROFFIER, V. P. *Dictionnaire de Géographie Commerciale*. Lyon: Emmanuel Vitte, 1895.

GONÇALVES CHAVES, A. J. *Memórias economo-políticas sobre administração pública do Brasil*. Porto Alegre: União de Seguros Gerais, 1978.

GOULART, João Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

HILLEBRAND, João Daniel, Relatório apresentado ao governo da Província pelo Dr. João Daniel Hillebrand, ex-diretor das Colônias, 1854. *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, set/dez 1924.

IBGE. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

_____. *Serviço Nacional de Recenseamento, Estado do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1955. (v.28, t.1)

JUGLAS, J.J. *Économie mondiale*. Paris: Faucher, [s.d.].

KNIGHT, Peter T. Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção de trigo no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Economia*, v. 26, n. 2, abr./jun., 1972.

KOSERITZ, Carlos de. Relatório da Colonização da Província. In : SILVA, Antônio da Costa Pinto. *Relatório com que passou a administração da mesma* (província de S. Pedro do Rio Grande do Sul) *ao Dr. Israel Rodrigues Barcellos*, em 20 de maio de 1869. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense, 1869.

KRUIF, Paulo. *Os vencedores da fome*. Porto Alegre: Globo, 1944.

LAVRADIO, Marquez de. Relatório do (...) entregando o governo a Luiz de Vasconcelos e Souza. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 16, 1843.

LAYTANO, Dante de. *Açorianos e alemães*. Porto Alegre: Globo, 1948.

_____. *O Negro no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PUC, 1957.

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório Apresentado à Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 2ª Sessão da 8ª Legislatura*. Porto Alegre: Typographia do Correio do Sul, 1859

LEÃO, Joaquim Antão Fernandes. *Relatório apresentado à Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Tipografia do Correio do Sul, 1860.

_____. *Relatório com que entregou a presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Commendador Patrício Corrêa da Câmara*. Porto Alegre: Typographia A Ordem, 1861.

LERY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1961.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante italiano*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. São Paulo: Martins, 1942.

LUTGENS, Rudolf. *Los espacios productivos de la economia mundial*. Barcelona: Omega, 1954.

_____. *Los fundamentos geográficos y los problemas de la vida económica*. Barcelona: Ed. Omega, 1954.

MACEDO, F. Riopardense de. Nascimento da Vila. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 7 nov. 1970. Caderno de Sábado.

MACEDO, Jorge. Portugal e a economia pombalina: temas e hipóteses. *Revista de História*, São Paulo, n. 19, jul./set., 1954.

MAESTRI FILHO, Mário José. *O Escravo no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

MARIAN, N. *Les variatons des conditions naturelles et instabilité du marche mondiale du blé*. Genève: E. Droz, 1954,

MARIANTE, Hélio Moro. Toponomástica sul-rio-grandense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 127, 1990.

MARKMAN FILHO, Manuel. Cultura racional do trigo. *Agritrigo*, Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, 1958.

MARQUES FERNANDES, Domingos José. Primeira História gaúcha. *Pesquisas História*, Porto Alegre, n. 15, 1961.

MAURO, Frederic. *História Econômica Mundial 1790/1970*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1944.

MEDINA, Rodolfo. *Industria moageira*. Buenos Aires: Peuser, 1922.

MENA BARRETO, Gabriel. Aspectos econômicos do Rio Grande do Sul - esboço histórico. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA SUL-RIO-GRANDENSE, 1.,

1936, Porto Alegre. *Anais...*Porto Alegre: Globo, 1936.

MERIGOT J.; FROMENT, R. *Geographie Économique*. Paris: Sirey, 1963.

MILLAU, Francisco. *Descripcion de la provincia del Rio de la Plata (1772)* .Buenos Aires: Espasa Calpe, 1947.

MILLET, Sérgio. *Roteiro do café*. São Paulo: Bipa , 1946.

MINELLA, Euclides. *Cultivares de Trigo recomendadas no Brasil - 1922 a 1992*. Passo Fundo: EMBRAPA/CNPT,1994.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Relatório da Comissão Encarregada da Revisão da Tarifa em Vigor. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1874.

MIRANDA E CASTRO, João Capistrano de. *Relatório com que passou a administração da Província ao Presidente Francisco Xavier Pinto Lima*. Porto Alegre: Tipografia do Rio-Grandense, 1870.

MORAES, Carlos Dante de. *Figuras e ciclos da História Rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959.

MORE, Jean Charles. *De la colonisation dans la province de St Pierre de Rio Grande do Sul*. Hambourg: Langhoff, 1863.

MOREIRA SOARES, João Carlos; et. al. *Informações sobre cultivares de trigorecomendadas para o plantio de trigo no Rio Grande do Sul em 1995*. Passo Fundo: EMBRAPA/CNPT, 1995.

MORENO, José Alberto. *Clima do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Secretaria de Agricultura, 1961.

NEISS, Ruben. *Guarda Velha de Viamão*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

NIZZA DA SILVA, Maria Beatriz. *Vida privada e quotidiana na época de D. Maria e D. João VI*. Lisboa: Estampa, 1993.

NOVAIS, Fernando. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI - XVIII)*. São Paulo: CEBRAP, 1973.

OLIVEIRA LIMA. Dom João VI no Brasil. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1908.

PAUWELS, Geraldo José S.J. Autos principais do Conselho de Guerra a que foi submetido o coronel Rafael Pinto Bandeira. *Revista do Archivo Público do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 23, 1930.

PEBAYLE, Raymond. *Les gaúchos du Brésil eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul*. Bordeaux: Centre d'Etudes de GeographieTropicale, 1977.

PEREIRA, José Saturnino da Costa. Instruções sobre o porto do Rio Grande do Sul. In: *Obras do Porto e Barra do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Federação, 1924.

PEREIRA ROCHA, Francisco de Assis. *Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Sul na 1ª Sessão da 10ª Legislatura da Assembléa Provincial*. Porto Alegre: Typ. do Jornal A Ordem, 1862.

PERPILLOU, M. *Geographie des céréales*. Paris: Centre de Documentation Universitaire, [s.d.]

_____. *Introduction à la Geographie de L'alimentation*. Paris: C.D.U., 1956.

PINTO DA SILVA, J. *A Província de São Pedro*. Porto Alegre: Globo, 1930.

_____. A Capitania de S. Pedro no limiar do século XIX. *Revista Província de São Pedro*, Porto Alegre, n.14, 1947.

PITTA, S. da Rocha. *História da América Portuguesa*. Bahia: Progresso, 1950.

PORTO, Aurélio. Os casais açorianos. *Boletim Municipal*, Porto Alegre, n.7, 1946.

_____. *Dicionário Enciclopédico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Minuano, 1937.(v.1)

_____. Presídio do Rio Grande de São Pedro. In: *Terra Farroupilha*. [Porto Alegre], [S.n.t.].

_____. *O Trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sta.Teresinha, 1934.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1957.

_____. *História econômica do Brasil*. S. Paulo: Brasiliense, 1949.

PRUNES, Lourenço Mário. *O Trigo*. Porto Alegre: [s.n.], 1939.

PORTO ALEGRE, Achylles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

PORTO ALEGRE, Augusto. *A fundação de Porto Alegre*. Porto Alegre: Globo, 1906.

PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. *Colecção das Leis e Resoluções Provinciais de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: F. Pomatte, 1850.

QUEIROZ, Maria Luiza Bertuline. *A Vila do Rio Grande de São Pedro*. Rio Grande: FURGS, 1987.

QUINTAS, António Tavares; KLETTNER, Edgar. *Datas e itinerários dos viajantes botânicos no Rio Grande*. Porto Alegre: Preservação do Acervo Cartográfico do Rio Grande do Sul, 2010.

RAMBO, Balduino. A zona da colonização italiana: estudo geográfico. In: BERTASO, Henrique; LIMA, Mário de Almeida (org.) *Álbum comemorativo ao 75º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1950.

- _____. A imigração alemã. In: *Enciclopédia Rio-grandense*. Canoas: Regional, 1956.(v.1).
- RECLUS, Elisée. *Nouvelle Géographie Universelle: L'Europe Centrale*. Paris: Hachette, 1878. (v.3)
- REGO MONTEIRO, Jonathas da Costa. *A Colônia do Sacramento 1680-1777*. Porto Alegre: Globo, 1937.
- RIBEIRO, Darci. *O Povo Brasileiro*. São Paulo: Cia. de Letras, 1995.
- RIBEIRO, Orlando. *Portugal o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Sá da Costa, 1967.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- _____. *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia UFRGS, 1961.
- SANMARTIN, Olinto. Aspectos econômicos da velha Porto Alegre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, n. 89, 1943.
- SANTOS, Domingos Francisco dos. *Cultura do trigo*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1894.
- SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA. *Legislação agrícola do Brasil: Agricultura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910.
- SAINT-ADOLPHE, J.C.R. Milliet de. *Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Império do Brasil*. Paris: Aillaud, Guillard, 1863.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro/Erus, 1987.
- SALVADOR, Vicente Frei. *História do Brasil 1500-1627*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.
- SALVADOR, José Gonçalves. *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico Meridional*. São Paulo: Pioneira/MEC, 1978.
- SANTA-ANNA NERY, M.F. J. de. *Le Brésil en 1889*. Paris: Charles Delagrave, 1889.
- SECRETARIA DOS NEGÓCIOS DO INTERIOR E EXTERIOR. *Anuário Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul: ano 1923*. Porto Alegre: A Federação, 1924.
- _____. *Anuario Estatístico do Estado do Rio Grande do Sul: ano 1922*. Porto Alegre: A Federação, 1923.
- SEPLAN/ IBGE. *Recursos Naturais : Brasil Sul*. Rio de Janeiro: IBGE, 1986.
- SERTÓRIO, João. *Relatório com que passou a administração da Província ao Presidente João Capistrano de Miranda e Castro*. Porto Alegre: Typographia Riograndense, 1870.

SGAR, Dirceu Luiz (Coord.). *Aspectos sócio-econômicos dos municípios do Rio Grande do Sul 1991-1992*. Porto Alegre: CEDIC, 1991/1992.

SIMONSEN Roberto C. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1962.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, Nacional, 1977.

SORRE, Max. *Les fondements de la Géographie Humaine: Fondements Biologiques*. Paris: Armand Colin, 1951.

SOUSA, Francisco Ferreira. *Descrição a viagem do Rio Grande*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979.

SPALDING, Walter. Cinco documentos interessantes. In: CONGRESSO SUL-RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., 1940, Porto Alegre. Anais...Porto Alegre: Globo, 1940.

_____. Colonização açoriana. *Boletim Municipal*, Porto Alegre, n. 23, 1945.

SPIX, J. B. Von; MARTIUS, C.T.P. Von. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.

STRASSER, P. Melchior. Carta de Strasser. *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, Montevideo, t. 7, 1930.

TEIXEIRA, Edgar Fernandes. *O Trigo no Sul do Brasil*. São Paulo: Linotype, 1958

TRICARD, J. *Sources d'énergie et cultures alimentaires: le blé, le riz*. Paris: C.D.U., [s.d.].

TRUDA, Leonardo. Aspecto Econômico do Rio Grande do Sul antes da independência nacional. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 1930.

VARELA, Alfredo. *Rio Grande do Sul*. Pelotas: Echenique & Irmãos, 1897.

VASCONCELOS E SOUZA, Luiz de. Ofício do Vice-Rei (...) para ser entregue ao seu sucessor. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 14, 1842.

_____. Relatório apresentado ao governo de Lisboa pelo Vice-Rei (...) em outubro de 1784, sobre o Rio Grande do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Tip. do Centro, 1929.

VILLANOVA, Rodrigo de Azambuja. *Relatório com que passou a Administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Barão de Santa Tecla, no dia 9 de agosto de 1888*. Porto Alegre: Oficinas Typographicas do Conservador, 1888.

WAIBEL, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical do Brasil*. Rio de Janeiro: I.B.G.E./C.N.G.. 1958.

_____. Princípios da Colonização Europeia no Sul do Brasil. In: Waibel, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: I.B.G.E., 1958.

XAVIER, Paulo J. A Estância no Rio Grande do Sul. In: *RIO Grande do Sul, Terra e Povo*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1964.

_____. Açorianos e os casais de número. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 24 out. 1975. Suplemento Rural.

_____. Os colonistas e a lavoura de trigo. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 27 abr. 1973. Suplemento Rural.

_____. Comércio de trigo. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 16 jan. 1976. Suplemento Rural.

_____. Uma opinião sócio-econômica. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 fev. 1973. Suplemento Rural.

_____. Rio Grande na Iª Exposição Nacional. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 8 jun. 1973. Suplemento Rural.

_____. Rio Grande na IIª Exposição Nacional. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 dez. 1976. Suplemento Rural.

_____. Pão e História. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 25 dez. 1975. Suplemento Rural.

_____. Primeiro a agricultura. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 1 jan. 1976. Suplemento Rural.

_____. Produção e contrabando in *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 11 maio 1973. Suplemento Rural.

_____. Trigo e alguns moinhos. *Jornal Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 abr. 1973. Suplemento Rural.

ZEMELLA, Mafalda P. *O Abastecimento da Capitania de Minas Gerais no Século XVIII*. São Paulo: Hucitec/EdUSP, 1990.

ZIMMERMANN, Erich W. *Recursos industriais del mundo*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1975.